

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A repercussão pública da participação do Brasil na
Minustah (2004-2011)**

Israel Aparecido Gonçalves

São Carlos
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS POLÍTICAS

**A repercussão pública da participação do Brasil na
Minustah (2004-2011)**

Israel Aparecido Gonçalves

Linha de pesquisa: Instituições e
Comportamento Político

Orientador: Prof. Dr. João Roberto Martins
Filho

Bolsa: CAPES

São Carlos
2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

G635rp

Gonçalves, Israel Aparecido.

A repercussão pública da participação do Brasil na
Minustah (2004-2011) / Israel Aparecido Gonçalves. -- São
Carlos : UFSCar, 2012.

143 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2011.

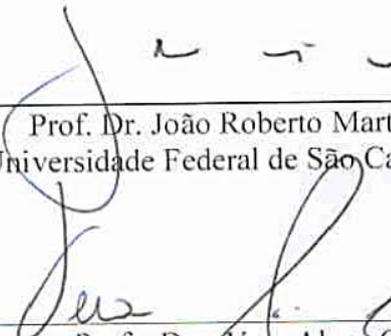
1. Ciência política. 2. Brasil - congresso. 3. Política
externa. 4. Mídia impressa. I. Título.

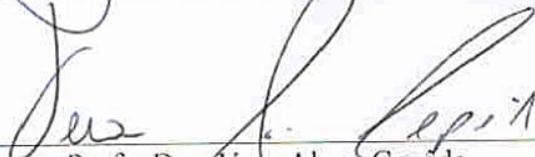
CDD: 320 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Israel Aparecido Gonçalves

02/08/2011


Prof. Dr. João Roberto Martins Filho.
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar


Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar


Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille.
Faculdades de Campinas/FACAMP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14h no dia 02/08/2011.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. João Roberto Martins Filho.
Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille

Homologado na CPG-PPGPOL na
ª Reunião no dia 

Prof. Dr. Eduardo Garuti Noronha
Coordenador do PPGPOL

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. João Roberto Martins Filho, pela orientação cuidadosa, amizade, paciência que me permitiram crescer como ser humano e acadêmico.

À professora Dra. Vera Alves Cepêda, pela grande amizade e sugestões feitas na qualificação e ao longo da pesquisa. Ao professor Dr. Luís Alexandre Fuccille pela leitura e apontamentos.

Agradeço também ao PPG-POL da UFSCar, pois através do mesmo consegui a bolsa de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitou a elaboração parcial deste trabalho.

Agradeço à Solange Aparecida Gaspar, minha namorada e companheira de todas as horas, sem ela não teria conseguido terminar esta dissertação, obrigado. A Lúcia, mãe, amiga que sempre me incentivou, mesmo distante.

Agradeço a todos os meus colegas de Mestrado, em especial ao Paulo Gustavo P. Corrêa que sempre foi muito cordial e ao Gabriel Henrique Antônio e ao Gustavo Louis Pinto. Aos meus amigos em Limeira/SP, Matheus Rodrigues Bosqueiro, André Garcia e Antônio Luiz Carvalho e Silva.

Gostaria de agradecer profundamente ao professor Dr. Paulo César Manduca, que acreditou e incentivou-me a prestar o mestrado e a seguir minha vida acadêmica.

Agradeço aos professores e funcionários da UFSCar, em especial à Ana Virgínia, do Arquivo Ana Lagoa pela confiança e apoio. A todos vocês, muito obrigado!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar qual é a repercussão pública da participação do Brasil na Minustah - Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti. Para entender como se realizou essa repercussão pública são estudados três campos: o acadêmico, o Congresso Nacional e a Imprensa escrita brasileira. A metodologia deste trabalho pautou-se pela análise de conteúdo e de fontes primárias, como leis e documentos oficiais. Os resultados da pesquisa demonstram que a imagem pública da missão sofreu várias críticas ao longo destes setes anos, mas o que prevaleceu foi uma visão institucional, ligada ao governo brasileiro.

Palavras-chaves: Minustah, Congresso Nacional, Política Externa, Mídia Imprensa brasileira.

ABSTRACT

The object of this work is to analyze the public impact of Brazil's participation in the MINUSTAH - United Nations Stabilization Mission in Haiti. To understand the public impact we have studied three fields: academe, Congress and the written press in Brazil. The methodology of this study was guided by intensive reading of essays and papers about the Brazilian participation in MINUSTAH and analysis of primary sources, such as laws and official documents. The results show there is a positive public image of the Brazilian participation in MINUSTAH, even with some critical periods.

Keywords: Minustah, National Congress, media brazilian.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

AC – Acre

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

AM – Amazonas

BRABATT - Batalhão Brasileiro no Haiti.

BRABATT 2 – Segundo Batalhão Brasileiro no Haiti.

CE - Ceará

CEP – Comissão Eleitoral Provisória

CS - Conselho de Segurança

CSS – Cooperação Sul-Sul

CRE - Comissão Permanente de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal

CRDN – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados Federais

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas

DDR- Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

DEM – Partido Democrata

DF – Distrito Federal

DPKO - Operações de Manutenção da Paz do Secretariado da ONU (do acrônimo inglês)

EUA - Estados Unidos da América

FARC – Força Armadas Revolucionárias da Colômbia

FSP – Folha de São Paulo

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MD – Ministério da Defesa

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MIF - Força Multinacional Interina(do acrônimo inglês)

MG – Minas Gerais

MINUSTAH- Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. (do acrônimo francês)

OAB- Ordem dos Advogados do Brasil

OEA – Organização dos Estados Americanos

OESP – O Estado de São Paulo

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

SIPLEX - Sistema de Planejamento do Exército

SP – São Paulo

PA – Pará

PAN – Partido dos Aposentados da Nação

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDT - Partido Democrático Brasileiro

PI – Piauí

PL – Partido Liberal

PFL – Partido da Frente Liberal

PGT do B- Partido Geral dos Trabalhadores do Brasil

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN- Partido da Mobilização Nacional

PNH - Polícia Nacional Haitiana

PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PP – Partido Progressista

PPS- Partido Popular Socialista

PT – Partidos dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSB- Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unido.
PV – Partido Verde
RJ - Rio de Janeiro
UNASUL- União das Nações Sul Americanas
UNAVEM - Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (do acrônimo inglês)
UNMIH - United Nations Mission in Haiti
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID - United States Agency for International Development

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Comandantes militares da Minustah.....	28
TABELA 2: Reuniões da CRE que tratam da Minustah.....	31
TABELA 3: Instituições Acadêmicas e origem dos trabalhos analisados.....	36
TABELA 4: Síntese das análises sobre a participação do Brasil na Minustah.....	53
TABELA 5: Relação dos componentes da base aliada e da oposição, no Senado Federal (2003 e 2006).....	57
TABELA 6: Relação dos componentes da base aliada e da oposição, no Senado Federal (2007 e 2010).....	57
TABELA 7: Ministros da Defesa no Governo Lula da Silva entre 2003 e 2011.....	59
TABELA 8: Presidentes das reuniões da CRE sobre a Minustah na 52ª Legislatura do Congresso Nacional	61
TABELA 9: Presidentes das reuniões da CRE sobre a Minustah na 53ª Legislatura do Congresso Nacional.....	61
TABELA 10: Matérias Analisadas da Mídia Impressa Brasileira.....	89
TABELA 11: Distribuição das matérias jornalísticas nos anos de 2004 e 2005.....	92
TABELA 12: Jornalistas enviados ao Haiti em 2004.....	89
TABELA 13: Jornalistas enviados ao Haiti em 2005.....	96
TABELA 14: Distribuição das matérias jornalísticas no ano de 2006.....	98
TABELA 15: Jornalistas enviados ao Haiti em 2006.....	99
TABELA 16: Distribuição das matérias jornalísticas entre os anos de 2007 e 2009.....	108
TABELA 17: Jornalistas enviados ao Haiti entre os anos de 2007 e 2009.....	109
TABELA 18: Distribuição das matérias jornalísticas no ano de 2010.....	114
TABELA 19: Jornalistas enviados ao Haiti em 2010.....	114
TABELA 20: Distribuição das matérias jornalísticas no ano de 2011.....	120

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa político do Haiti.....	21
----------------------------------------------	----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Distribuição das Matérias sobre a Minustah.....	32
GRÁFICO 2: Composição do Senado Federal entre 2003 e 2007.....	56
GRÁFICO 3: Reuniões da CRE, sobre a Minustah.....	62
GRÁFICO 4: Matérias sobre o Processo Eleitoral no Haiti em 2006.....	107
GRÁFICO 5: Número de matérias Analisadas de janeiro de 2004 a março de 2011.....	115

ANEXOS

Anexo 1: Decreto Legislativo nº 207 de 2004

Anexo 2: Síntese dos temas das reuniões da CRE

Anexo 3: Lista de Parlamentares presentes nas reuniões da CRE nos anos de 2004 e 2005

Anexo 4: Lista de Parlamentares presentes nas reuniões da CRE nos anos de 2006 e 2007

Anexo 5: Lista de Parlamentares presentes nas reuniões da CRE nos anos de 2008 e 2009

Anexo 6: Lista de Parlamentares presentes nas reuniões da CRE no ano de 2010

Anexo 7: Comissões permanentes no Senado Federal

SUMÁRIO

Introdução:	15
CAP. 1. O debate acadêmico sobre a participação do Brasil na Minustah	35
1.1 Os defensores da participação brasileira na Minustah.....	37
1.2 Os críticos da participação brasileira na Minustah.	40
1.3 O Estado haitiano: análises histórico-estruturais	44
1.4 Artigos de balanço: os objetivos da Minustah	50
CAP. 2. O debate sobre a Minustah no Senado Nacional	55
2.1 A composição parlamentar no Senado Federal	55
2.2 Do envio das Tropas.....	58
2.3 Das reuniões no Senado Federal.....	60
2.4 Reuniões da CRE, em 2004.....	63
2.4.1 Reuniões da CRE, em 2005.....	73
2.4.2 Reuniões da CRE, em 2006.....	75
2.4.3 Reuniões da CRE, em 2007.....	77

2.4.4 Reuniões da CRE, em 2008.....	78
2.4.5 Reuniões da CRE, em 2009.....	80
2.4.6 Reuniões da CRE, em 2010.....	86
CAP. 3. A Mídia impressa e a Participação do Brasil na Minustah.....	89
3.1 Os soldados brasileiros: rumo ao Haiti.....	90
3.2 O Processo eleitoral haitiano em 2006.....	98
3.3 O período pós-eleitoral haitiano de 2007 e 2009.....	108
3.4 O terremoto e a reconstrução do Haiti.....	114
3.5 Um balanço da missão e os novos desafios da Minustah	120
Considerações Finais.....	126
Referências.....	130
Anexos.....	149

Quando você for convidado pra subir no adro
Da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados
E não importa se os olhos do mundo inteiro
Possam estar por um momento voltados para o largo
Onde os escravos eram castigados
E hoje um batuque um batuque
Com a pureza de meninos uniformizados de escola secundária
Em dia de parada
E a grandeza épica de um povo em formação
Nos atrai, nos deslumbra e estimula
Não importa nada:
Nem o traço do sobrado
Nem a lente do fantástico,
Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão
Se você for a festa do pelô, e se você não for
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui
E na TV se você vir um deputado em pânico mal dissimulado
Diante de qualquer, mas qualquer mesmo, qualquer, qualquer
Plano de educação que pareça fácil
Que pareça fácil e rápido
E vá representar uma ameaça de democratização
Do ensino do primeiro grau
E se esse mesmo deputado defender a adoção da pena capital
E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto
E nenhum no marginal
E se, ao furar o sinal, o velho sinal vermelho habitual
Notar um homem mijando na esquina da rua sobre um saco
Brilhante de lixo do Leblon
E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres
E pobres são como podres e todos sabem como se tratam os pretos
E quando você for dar uma volta no Caribe
E quando for trepar sem camisinha
E apresentar sua participação inteligente no bloqueio a Cuba
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui

Haiti

Caetano Veloso
Álbum: Tropicalia 2, 1993.

Introdução

O Haiti está localizado na segunda maior ilha das Grandes Antilhas, no Caribe, e faz fronteira, conforme o mapa (Figura 1, p.21), com a República Dominicana, a Leste e com o Mar do Caribe, a Oeste. Seu relevo é montanhoso e no litoral há vales e planícies. Sua escassa economia é pautada pela agricultura e sua capital é Porto Príncipe. Os idiomas oficiais são o francês e o crioulo- uma mistura de dialetos originários da África com o francês. Sua população é de 10 milhões de pessoas (UNITED NATIONS, 2010).

O Haiti foi o primeiro país da América Latina a conquistar a independência em 1º de janeiro de 1804 – depois de uma série de lutas iniciadas em 1791. O país torna-se, assim, a primeira República negra das Américas (CÁCERES, 1980). Todavia, uma sucessão de golpes e contragolpes entre a elite política haitiana e as invasões estrangeiras impediu a formação de um Estado Haitiano estável na esfera política, econômica e social. Entre os anos de 1915 e 1934, os Estados Unidos da América (EUA) ocuparam o país, seguindo as determinações da *Doutrina Monroe*, que visava conter a influência europeia na região da América Latina. Para controlarem a elite política haitiana, os EUA incentivaram-na a migrar para a capital, Porto Príncipe, causando um inchaço populacional na região (KLEIN, 2004).

Depois da intervenção norte-americana, ocorreram algumas eleições no Haiti que acabaram por instaurar governos fracos e corruptos, incapazes de promover a estabilidade política no país. Assim, depois dessas experiências, assumiu o poder no Haiti, em 1957 o autocrata François Duvalier, mais conhecido como “Papa Doc”.¹ O seu governo ficou conhecido pelos *Tontons Macoute*, um grupo de agentes voluntários que aterrorizavam os suspeitos de conspirarem contra o ditador. François Duvalier morreu em 1971, deixando o poder para o seu filho, Jean Claude Duvalier - o “Baby Doc”. O governo de “Baby Doc” manteve as mesmas características políticas do de seu antecessor, com assassinatos de adversários políticos e concentração do poder em torno de sua família. Cansados da violência generalizada, os haitianos promoveram vários protestos, causando a fuga de

¹ Duvalier era médico (Doctor em inglês, com a abreviação foi para Doc) e Papa, deriva da ideia de pai.

“Baby Doc” do país em 1986 (FERGUSON, 1987).² O regime militar da família “Doc” teve apoio dos EUA que temiam qualquer manifestação comunista na ilha.³

Sob uma nova Constituição (1987) o povo haitiano elegeu, em 1990, o ex-padre católico ligado à Teologia da Libertação, Jean Bertrand Aristide, pelo partido *Lavalas*, fundado por ele. Já no primeiro ano do seu mandato, foi acusado de corrupção e as Forças Armadas do país, coordenadas por Raul Cedras, deflagraram um golpe militar. Aristide foge do país e vai para a França. Posteriormente, os EUA e a ONU, esta por meio do seu Conselho de Segurança (CS), sancionaram e efetivaram um bloqueio comercial internacional à ilha caribenha. Essa medida pressionou a volta de Aristide ao país, mas a situação social se agrava e os haitianos mais pobres do país sofrem com a falta de comida. Em meio a uma crise política e social, os militares golpistas - depois de conquistarem uma anistia dos EUA e do presidente no exílio -, resolveram abrir mão do governo e aceitar duas medidas:

- a) A primeira, a volta do presidente Aristide ao país;
- b) A segunda, a efetivação de uma força multinacional para ajuda humanitária.

Depois de Aristide ser restabelecido no poder em 1995, as Forças Armadas haitianas são dissolvidas pelo presidente, fazendo com que os cerca de 10 mil soldados demitidos aumentassem o coro das revoltas no país. Mesmo assim, o *Lavalas* obteve a maioria no parlamento e seu candidato à presidência, René Préval, venceu as eleições e deteve o poder no Haiti do ano de 1996 até 2001 (KAWAGUTI, 2006). Da metade da década de 1990 até o ano de 2000, segundo o site oficial da ONU, são realizadas quatro missões da ONU no país:

- *United Nations Mission in Haiti* (UNMIH) junto com a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA), atuou entre 1993 e 1996;
- *United Nations Support Mission in Haiti* (UNSMIH) entre 1996 e 1997;
- *United Nations Transition in Haiti* (UNTMIH) realizada em 1997 e,
- *United Nations Civilian Police Mission in Haiti* (MIPONUH) de 1997 até 2000.

² Como veremos posteriormente, “Baby Doc” voltará ao Haiti em Janeiro de 2011, de forma inesperada e em meio a uma crise eleitoral.

³ A preocupação do governo americano advinha do fato de a vizinha Cuba ter realizado em 1959 sua revolução socialista.

Em 2000, o ex-presidente Aristide volta ao cenário político ao vencer as eleições presidenciais, agora com 92% dos votos, embora sob acusações de fraude. Tais acusações acarretaram novos protestos no país, principalmente na capital. Depois de três anos da realização dessa eleição, a situação no Haiti ficaria sem controle quando, no final de 2003, o presidente não convoca as eleições para o Legislativo. Aristide passa a governar por decreto, e rebeliões populares ocorrem em todo o país. Os protestos contra Aristide têm como objetivo principal a renúncia do presidente, cuja reluta, gera uma revolta armada integrada por ex-militares das Forças Armadas haitiana.

Não demorou muito para que tanto o interior e quanto a região norte da ilha caribenha fossem conquistados pelos rebeldes. A situação ficou incontrolável e o risco de uma guerra civil, iminente. Como consequência dos numerosos conflitos no país, o presidente Aristide é exilado na África do Sul – com apoio norte-americano⁴. Nesse período, as cidades haitianas se tornaram um caos político e social, ocorrendo inclusive assassinatos e estupros, entre outros delitos contra os haitianos. Em meio ao vazio político, contam-se 10 milhões de habitantes, uma taxa de analfabetismo de 50%, e 80% da população vivendo em extrema pobreza (PNUD, 2010).

Com o país em ruínas e temendo um massacre, como já ocorrera por questões étnicas em Ruanda, em 1993 (GOUREVITCH, 2000), a ONU aprovou, em 2004 (Resolução 1529/2004), uma Força Interina Multinacional (MIF), ou seja, uma intervenção militar imediata no Haiti. Envia-se, então, para o país, cerca de 3.400 soldados oriundos da França, do Canadá, do Chile e dos EUA. Essa missão não consegue controlar os movimentos políticos e sociais contrários a Aristide que, a essa altura, já se encontrava na África do Sul.

Em junho de 2004, pela resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), é aprovada. A Missão de Estabilização da ONU no Haiti - (Minustah, do acrônimo francês), que assumiu o lugar da MIF, em 1 de julho de 2004. Além do Brasil, fazem parte da missão: Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Peru, Canadá, Estados Unidos, Croácia, Equador, França, Guatemala, Jordânia, Malásia, Marrocos, Nepal, Filipinas, Espanha e Sri Lanka. Depois de alguns anos, já participavam da Minustah 20

⁴ Na África Aristide afirmaria que foi sequestrado (“Aristide chega à África e acusa os EUA de sequestro.” *Folha de S. Paulo*, 02/03/04).

países, sendo que, ao longo da Missão, o efetivo chegou a 9.000 mil soldados (UNITED NATIONS, 2010).

A situação no Haiti era de crise institucional, com a presença de grupos armados formados por paramilitares e de um movimento armado denominado Grupo 184 - ambos anti-Aristide - e, ainda, de um grupo chamado de *chimènes*, considerado o braço armado do partido Lavalas. Os redutos dos partidários de Aristide estão localizados principalmente nos bairros-favelas de Bel Air e Cité Soleil, em Porto Príncipe. Essas duas regiões serão alvos de várias ações das tropas brasileiras ao longo da Missão e demoram três anos para serem pacificadas (entre 2005-2007). Além dos grupos citados acima, há vários manifestos de civis favoráveis ou contrários ao ex-presidente (STOCHERO, 2010).

Como veremos, o Brasil assumiu o comando da Missão no Haiti e sua responsabilidade seria organizar as tropas da Minustah, ou seja, atuar como *Force Commander*. O contingente inicial de soldados brasileiros foi de 1.200 homens. Lembramos que o comando geral da Missão encontra-se sob responsabilidade de um civil, designado pela ONU, cujo posto é ocupado pelo chileno Juan Gabriel Valdés.

O Batalhão Brasileiro no Haiti (BRABATT) é composto, em sua maioria, por soldados oriundos do Exército. Também são do Exército todos os *Force Commanders* no Haiti (conforme Tabela 1, p. 28) , ou seja, para compreender a participação do Brasil na Minustah é necessário incluir o Exército no quadro de análises feitas, pois trata-se de um ator relevante na construção da imagem que se tem da participação brasileira na Minustah.

Destaca-se que, no ano de 2002, - ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso - em um documento chamado: Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), o Exército mudou sua opinião sobre a participação em missões de paz, passando a defender como objetivo da força participar das operações internacionais, atendendo dessa forma os compromissos e tratados do Estado brasileiro. No bojo desse documento, preveem-se ações que vão desde a cooperação com Missões de Paz, como a da Minustah, até a integração a Forças Aliadas (SILVA, 2009).

Os objetivos da Minustah

Os objetivos da Minustah são abrangentes, encerram desde a ajuda humanitária até a retomada de áreas ocupadas por grupos armados. Segundo a Resolução do CS/ONU, 1542, a missão no Haiti tem como objetivos principais:

- Assegurar um ambiente seguro e estável no Haiti além de auxiliar o Governo Provisório do país, sob o comando de Boniface Alexandre, a realizar a eleição presidencial, após a saída de Jean-Bertrand Aristide. Para atingir esse objetivo, era necessário, primeiramente, garantir estabilidade social, o que foi feito por meio de um policiamento ostensivo e com forte inserção da ajuda humanitária aos haitianos. A missão também promove um programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração da ONU (DDR/ONU) dos vários grupos armados pós e contra Aristide:

- Resolver o problema da falta de infraestrutura, com construções de ruas para a passagem das tropas da ONU, como exemplo, além de que muitos prédios essenciais estavam em más condições de uso;

- Proteger as autoridades da ONU, autoridades estrangeiras, como ministros e presidentes de outras nações e garantir a segurança do palácio presidencial. Locais estratégicos como o porto e o aeroporto da capital haitiana também foram alvos da missão. Segundo HIRST (2007), uma parte significativa destas ações era realizada em conjunto com a Polícia das Nações Unidas (UNPOL) e com a Polícia Nacional do Haiti (PNH).⁵

- Proteger os Direitos Humanos, com apoio do Alto Comissariado da ONU (integra-se nesse eixo o monitoramento dos refugiados internos e os chamados *Boat People* – imigrantes que fogem do Haiti em pequenos barcos rumo aos EUA ou Cuba).

Ao longo desses sete anos de missão foram acrescentadas novas Resoluções do CS/ONU que complementam a operação, por exemplo, as resoluções 1608 (2005); 1702 (2006); 1780 (2007); 1840 (2008); 1892 (2009); 1908 (2010) e a 1927 (2010). Ressaltamos que as premissas dessa missão estão no Capítulo VII da Carta da ONU, ou seja, é um

⁵ Um fator agravante no desarmamento era que a constituição haitiana de 1987 permite a posse de armas.

mandato robusto, o que significa autorização para uso da força, por exemplo, para a proteção dos direitos humanos (UN, 2010)⁶.

Também é de responsabilidade das tropas brasileiras no Haiti o treinamento da Polícia Nacional Haitiana (PNH), para que, no futuro, essa venha a substituir a a ONU no policiamento das ruas. Todavia, o recrutamento destes policiais é complexo, já que muitos deles são ex-militares e ainda não têm todo o treinamento necessário para conter as manifestações populares ou mesmo para receber ordens da ONU (KAWAGUTI, 2006).

Segundo o ex-soldado Ruppenthal (2007), que participou do primeiro contingente de soldados brasileiro no Haiti, a PNH cometeu vários abusos contra os direitos humanos (estupros, assassinatos, tortura etc). Tais abusos são assuntos constantes de matérias jornalísticas e relatórios de organizações não governamentais (ONGs). Como a PNH é a única força legal armada, a questão do abuso de poder e dos atos contra os direitos humanos complicou o treinamento da PNH e as ações dos soldados da Minustah.

O relatório elaborado em 2005 pela *Harvard Law Advocates for Human Rights*, que estudou as ações da Minustah, corrobora a afirmação acima ao apontar que a PNH fez prisões arbitrárias e abusou do poder em vários momentos.

No início de 2010, a Minustah ganhou novamente destaque nos meios de comunicação do Brasil e do mundo, em virtude do terremoto que assolou o Haiti no dia 12 de janeiro de 2010. O terremoto atingiu 7 pontos na escala Richter (em uma escala de 0 a 10). Antes do terremoto, o Haiti ocupava o 149º lugar na lista dos 182 países listados no relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, com o índice de 0, 532. O número de mortos foi estimado em 250 mil pessoas. Entre as vítimas estão haitianos, voluntários das Organizações não Governamentais (ONGs) e soldados da ONU (CRUZ, 2010; HIRST, 2010). O terremoto provocou a morte de 18 soldados brasileiros, além da morte de Dona Zilda Arns Neumann, protagonista da Pastoral da Criança e indicada ao prêmio Nobel da Paz em 2006, além do vice-chefe da Minustah, o diplomata brasileiro Luiz Carlos da Costa.

⁶ Há um debate no meio acadêmico, afirmando que a missão da ONU no Haiti não se encaixaria nem no Capítulo 6 e nem no Capítulo 7 da Carta da ONU, mas mesclaria os dois artigos, conforme já estudado por VERENHITACH, 2008.

FIGURA 1: Mapa político do Haiti



Fonte: geology.com (2011)

F

A Política Externa de Cardoso e Lula

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o de Luiz Inácio Lula da Silva (2003– 2010) estão em um contexto pós Guerra Fria, em que os EUA passaram a ser a “única superpotência restante, [e] encontrava-se pressionada para ajustar sua agenda de política externa a um novo cenário que emergia sob o signo da cooperação e da universalização dos regimes políticos e econômicos liberais” (PECEQUILO, 2008, p.137).

O termo “Nova Ordem Mundial”, que expressa o rumo da política internacional pós 1991⁷, para alguns analistas, é marcado pelo multilateralismo, sendo que para pensadores mais à esquerda do debate político, o termo é mundialização do capital (CHESNAIS, 1996). Nesse cenário, os organismos internacionais se destacam como mediadores de contendas políticas, econômicas (com destaque para a Organização Mundial de Comércio - OMC) e culturais entre outras. O principal ator desta nova teia de relações políticas entre Estados é a ONU (MELO, 2006).

⁷ Nesse ano acabava a Guerra do Golfo, conflito que demonstrou o poderio norte-americano e de seus aliados. Na Europa, o mundo assistia à Guerra da Bósnia.

Para o ex-ministro das Relações Exteriores brasileira, Celso Luiz Nunes Amorim (2007) a história da política externa brasileira é marcada por uma linha de atuação que tem nas relações multilaterais seu eixo. Outra característica, apontada por Pecequillo, é a tradição da nossa política externa de ser pautada por “uma agenda autônoma” (2006). O Brasil não participou do Movimento dos Não-Alinhados, nem por isso o governo de Ernesto Geisel deixou de reconhecer em 1975 a independência de Angola, apesar do governo comunista em vigor no país.

Segundo Vigevani e Cepaluni (2007) não ocorreu uma descontinuidade das matrizes da política externa brasileira, no período entre o governo de Cardoso e o governo de Lula da Silva. Ressaltamos que os princípios dessa política são: o da não interferência na política interna de outros países, a vocação pacífica, o respeito aos tratados internacionais, e o desenvolvimento do país como parâmetro de nossa atuação externa.

O contexto histórico do governo Cardoso foi marcado, na América do Sul, pelo Consenso de Washington, que prescrevia privatizações das grandes estatais, diminuição do Estado, abertura econômica, desregulamentação entre outras medidas nos EUA e para o mundo, segundo Pecequillo (2008). Nesse quadro, segundo Cervo e Bueno, podem ser vistos como efeitos negativos: “o déficit do comércio exterior, o endividamento externo, a submissão a consensos e conselhos do centro do capitalismo [...] uma perda de poder do país sobre o cenário internacional” (2010, p.491), além da desregulamentação financeira e da redução do setor produtivo. Os efeitos positivos foram, ao longo do tempo, a modernização do parque industrial, para alguns países e o “aumento da competitividade sistêmica global da economia brasileira; o liberalismo em diminuição do Estado e a ascensão da sociedade na distribuição de responsabilidade sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico, bem como na ação externa” (CERVO E BUENO 2010, p.492).

A política externa de Fernando Henrique Cardoso foi marcada, segundo Vigevani e Cepaluni (2007), por “autonomia pela participação”, ou seja, Cardoso atuou com menos intensidade no cenário internacional, prevalecendo, dessa maneira, uma postura mais moderada. Essa atitude mais comedida foi posta em prática atuando a partir da atuação conjunta a organismos internacionais, assim, o governo evitou ser protagonista nas relações internacionais, o que “resultaria em responsabilidades e riscos”. Para esses autores, nesse

quadro, a associação com os países centrais, em especial, os Estados Unidos, traria mais vantagens econômicas que a estabelecida com outros Estados de menor envergadura econômica e política. Destacam-se, na relação com os EUA, a partir de 1994, as negociações sobre Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, na qual a intenção do governo era a de assinar um acordo ao final das negociações, se as mesmas fossem favoráveis ao Brasil.

No cenário doméstico, Cardoso destaca-se pela estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real - iniciado em 1994- quando ele ainda era Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco. Saliente-se que isso não significou um menor patamar da dívida externa, cuja marca, em 1994, era de 149.5 bilhões de dólares, passando para 280 bilhões de dólares em 1998. No final da década de 1990, uma crise derivada da ineficácia do combate à inflação - dentre outros problemas do Plano Real - fez com que a moeda brasileira fosse desvalorizada, ocasionando uma forte crise interna⁸.

Na esfera militar, durante o segundo mandato do governo Cardoso, é criado o Ministério da Defesa (MD), como interlocutor entre os militares e os civis, em junho de 1999, pela Medida Provisória nº 1.799-6 e o Decreto nº 3.080. Esse Ministério vem promovendo o debate sobre a política de defesa do país e da relação das Forças Armadas com os civis, assim como a questão do reaparelhamento das Forças Armadas (OLIVEIRA, 2005; PECEQUILO, 2008). Acrescente-se que tanto o Plano Real, como o MD foram legados mantidos pelo governo Lula da Silva.

A pouco mais de um ano para o término do governo de Cardoso, as relações de poder na esfera internacional mudam radicalmente em função dos atentados do dia 11 de setembro de 2001. Com esse fato, o governo Lula assume o poder num cenário político internacional diferente daquele em que atuou presidente Cardoso. O início do século XXI é marcado pela “Guerra ao Terror” e pelo unilateralismo do governo George W. Bush (2001-2008). Bush, em 2001, invadiu o Afeganistão; e em 2003, invadiu o Iraque aplicando uma política de guerra preventiva.

No Brasil, uma das características da política externa do ex-presidente Lula foi a diversificação dessa agenda, construindo, segundo Cervo e Bueno (2010), uma

⁸ Para um debater mais específico sobre o Plano Real, consultar o economista Nildo Ouriques (1997) que expõe suas críticas ao plano.

“independência real” no processo decisório, agora não mais submisso aos conselhos das instituições capitalistas. Dessa forma, o que ocorreu no governo Lula da Silva, foi uma ênfase maior nas negociações internacionais para que houvesse a possibilidade de uma coordenação política com as nações emergentes, com destaque para a Rússia, China, Índia e África do Sul⁹. Não ficaram de fora desse cenário, os acordos com os países da América do Sul. Para aqueles autores, o governo de Lula da Silva não efetivou uma ruptura na política externa brasileira a ponto de apagar todas as ações de seu antecessor, mas iniciou um novo “modelo” de atuação.

No primeiro mandato do governo Lula, o nível de inflação foi mantido em patamares baixos e a taxa de juros ficou estável ou diminuiu. O número de pessoas empregadas formalmente bateu recorde; nas exportações o país conseguiu imprimir um aumento considerável, além de quitar sua dívida com o FMI. (SAMUELS, 2009, p.244)

Vigevani e Cepaluni (2007) salientam que na agenda da política externa do governo Lula da Silva, o combate à fome, principalmente no primeiro mandato do governo, provocou destaque na mídia internacional e nacional, inserindo a própria figura do presidente em vários fóruns internacionais. Todavia, no âmbito doméstico, as ações de combate à fome, implementadas pelo programa *Fome Zero*, o qual foi criticado por sua “ineficiência e por estar relacionado mais à publicidade do partido do que ao combate à fome do país” (SAMUELS, 2009, p.246). Samuels lembra:

(...) que o governo Lula da Silva mudou a situação social do país ao afirmar que: Aqueles que afirmam que o governo Lula não foi capaz de concretizar uma inversão das prioridades governamentais ignoram os indícios concretos de que esse governo beneficiou o Brasil pobre e melhorou as condições de vida de sua população, incluindo um crescimento real bastante significativo do salário mínimo, o que aumentou o poder de compra dos cidadãos mais pobres do país. (2009, p.247)

Na política externa, Vigevani e Cepaluni (2007) demonstraram que há uma nova estratégia no governo Lula da Silva, a qual privilegia as ações com os países do hemisfério Sul, com destaque para a Cooperação Sul-Sul, e com parceiros não tradicionais da política externa brasileira, como é o caso dos BRICS.

⁹ Em 2007 é criado um Fórum composto por Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), visando cooperação em diversas áreas. Em 2011, com a entrada da África do Sul, o grupo passa a ser chamado BRICS.

Uma evidência desta “autonomia pela diversificação” na esfera política são os acordos feitos com o Irã, em 2010 (AMATO, Fábio.). A "Humildade" do Brasil garantiu acordo, diz Lula (*Folha de S. Paulo*, 27/05/2010). Na esfera econômica, o exemplo é a exportação para China, país que desbancou os EUA e a União Europeia tornando-se o maior comprador do Brasil, a partir do segundo mandato de Lula (2007– 2010).

Nessa atuação, o governo de Lula da Silva buscou um equilíbrio nas relações externas com as grandes potências do hemisfério Norte, com destaque para o G-20. Atuando com outros países através de acordos bilaterais ou multilaterais, o país conseguiria se fortalecer nos organismos internacionais, como na Organização Mundial de Comercio (OMC) e na ONU. Essa estratégia também visa um maior intercâmbio cultural, econômico, tecnológico entre outras esferas.

Ainda no primeiro mandato do governo de Lula da Silva, o ministro das Relações Exteriores demonstrava quais eram as intenções do governo na área diplomática “Buscamos uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera, não só por solidariedade, mas também por interesse, porque o bem estar e progresso de nossos vizinhos influencia, fomenta nosso próprio bem estar e progresso”. (Celso Amorim, 2003).

A política externa brasileira e a América Latina.

A ideia de que o Brasil é, por seu tamanho e economia, um líder natural na América do Sul é bastante antiga. No período do governo Cardoso, a América do Sul não ficou fora da agenda da política externa brasileira, mas se compreendia que nossa política deveria ser:

[...] discreta, sem se dar a presunção de exercer uma chefia. O melhor é agir com o espírito de compreensão e de solidariedade do que com a lógica do poder, que produz resistências e bloqueios. Afinal, o líder existe ou não, naturalmente, mas nunca deve ser proclamado, disse Cardoso (SABÓIA, Napoleão. “FHC acha ‘impertinente’ Brasil passar por líder”. *O Estado de S. Paulo*. 30/01/2003).

Uma diferença entre o governo do Presidente Lula da Silva e o de seu antecessor consiste na forma de legitimar essa liderança “natural”. No governo de Lula da Silva, além do MERCOSUL se tornar um tema concernente à agenda de seu governo, buscaram-se

outras formas de integração, não apenas a econômica, mas a política e a cultural (PECEQUILO, 2008). Entre os acordos, destaca-se o da União das Nações Sul Americanas (UNASUL), firmado em 24 de maio de 2008, entre os dozes países da América do Sul, dos quais nove já ratificaram o Tratado até 2010.

A UNASUL foi construída num cenário de tensão entre dois países sul-americanos. Em março de 2008, a Colômbia feriu a soberania do Equador ao matar um líder das FARC – Força Armadas Revolucionárias da Colômbia, no território equatoriano, levando o Equador a romper as relações diplomáticas com o seu vizinho (MAISONNAVE, Fabiano. “Uribe acusa vizinho de ligação com Farc”. *Folha de S. Paulo*, 03/03/2008).

No segundo mandato do governo Lula da Silva (2007-2010), tem destaque o golpe de Estado em Honduras. O presidente eleito em 2005, José Manuel Zelaya, foi deposto em 28 de junho de 2009, quando, em seu lugar, assume o governo o deputado Roberto Micheletti, fazendo com que Manuel Zelaya e sua família saiam do país. Posteriormente, Zelaya volta à capital do país, Tegucigalpa, refugiando-se na embaixada brasileira. Este fato foi muito importante, à medida que gerou crítica dos partidos de oposição ao governo Lula, acusando-o de interferência interna em Honduras. O governo brasileiro não reconheceu as eleições de novembro de 2009, e nem o governo de Porfirio Lobo, empossado dia 27 de janeiro de 2010, na capital hondurenha (MAISONNAVE, Fabiano. “Brasil insiste em que só reconhece eleição com Zelaya no poder”. *Folha de S. Paulo*, 05/11/2009).

Essa atuação mais efetiva do governo brasileiro, tanto em Honduras quanto no Haiti, desde 2004, desloca a área de influência brasileira da América do Sul para América Central. Fato novo na política externa brasileira.

A questão do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU

Em uma “Nova Ordem”, pautada pelo Neoliberalismo, as instituições internacionais tornam-se importantes instrumentos para atuação dos países nas múltiplas disputas mundiais.

Buscar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas - - órgão que tem inúmeras incumbências, em especial a de organizar as Operações de Paz - é uma forma de conquistar reconhecimento político. Segundo Pecequilo (2008), o interesse de um assento no Conselho de Segurança já era um objetivo expresso no governo de Itamar Franco (1992-1994), sendo que ambos os governos (Cardoso e Lula) continuaram buscando apoio para uma reforma do CS, mas com táticas diferentes, visando, dessa forma, uma vaga para o Brasil.

Para Pecequilo (2006, p.140), a opção de Cardoso por privilegiar as relações Norte-Sul não produziu os resultados esperados para as reivindicações da diplomacia do governo dele. Contudo, deve-se compreender que, por concentrar a agenda da política externa nos EUA e na União Europeia, a política externa de Cardoso valorizou mais a busca por um espaço no G7 (grupo de países industrializados), do que o investimento em um debate complexo como a reforma do CS.

O ex-soldado Ruppental (2007), que participou da Minustah no seu início, em 2004 é taxativo ao afirmar que:

Todo mundo está cansado de saber, e isso não era segredo nenhum para as tropas, que o governo brasileiro estava bastante empenhado em fazer algum tipo de pirotecnia para conseguir o tal lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU (RUPPENTAL, 2007, p.65).

É no governo do presidente Lula da Silva, que se tem mais nítida a questão da cadeira permanente no CS/ONU. Nesse sentido, a busca de acordos bilaterais e multilaterais é um aspecto que demonstra o interesse do país em atuar nas diversas esferas internacionais, expondo para o mundo suas aspirações e buscando apoio na Comunidade Internacional para seus objetivos (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007). Entretanto, a intensificação das relações com um país não implica, necessariamente, a adesão desse país aos objetivos políticos brasileiros. A China e os EUA, como exemplo, não aceitaram a proposta para a reforma do Conselho de Segurança da ONU, segundo Cervo e Bueno, 2010.

A Minustah, iniciada em 2004, faz parte de uma ação da política externa brasileira que habilitaria o governo Lula da Silva a conquistar um assento permanente no CS/ONU¹⁰ e legitimar politicamente a liderança do Brasil na América do Sul, assim como, no Caribe. A Minustah não fica de fora da configuração das relações exteriores brasileiras, pelo contrário, ela se torna um instrumento dela.

Destacamos que a diplomacia brasileira possui um histórico de atuação em várias esferas da ONU, com destaque para o Departamento de Operações de Manutenção da Paz do Secretariado da ONU (DPKO, acrônimo do inglês) - subordinado ao CS/ONU. Nesse aspecto, podemos afirmar que a participação do país em missões de paz organizadas pela ONU é algo que vem ocorrendo da metade do século XX até os dias atuais (FONTOURA, 1999).

Porém, no caso da Minustah, pela primeira vez o Brasil aparece como *force commander*. Para o Itamaraty, no governo Lula, a missão no Haiti demarcaria a posição brasileira no cenário internacional, ao defender os valores do respeito aos direitos humanos e da democracia, o que projetaria o país favorecendo a obtenção do reconhecimento político necessário para pleitear seus objetivos dentro das mais diversas instituições.

O Brasil, no intuito de garantir essa projeção internacional, conseguiu manter na Missão os comandantes da esfera militar da Minustah durante sete anos, com exceção do mês de janeiro de 2006, já que, devido ao suicídio do general Urano Teixeira da Matta Bacellar, o general chileno Eduardo Aldunate Herman assumiu temporariamente o poder, conforme a Tabela abaixo:

TABELA 1 – Comandantes militares da Minustah

Posto	Nome	Período	Nacionalidade
General de Exército	Augusto Heleno Ribeiro Pereira	De junho 2004 até 31 de agosto de 2005	Brasileiro
General de Divisão	Urano Teixeira da Matta Bacellar	De 31 de agosto de 2005 até 7 de janeiro de 2006	Brasileiro
General do Exército	Eduardo Aldunate Herman	De 08 de Janeiro de 2006 até 31 de janeiro do mesmo ano – comandante pro tempore.	Chileno
General de Exército	José Elito Carvalho Siqueira	De 31 de janeiro de 2006 até 11 de janeiro de 2007.	Brasileiro

¹⁰ Tal objetivo é amplamente debatido pelos vários trabalhos já produzidos sobre a participação do Brasil na Minustah e nos vários meios de comunicação, conforme o capítulo I e II desta pesquisa.

General Brigada	de	Carlo Alberto dos Santos Cruz	De 11 de janeiro de 2007 até 08 de abril de 2009	Brasileiro
General Brigada	de	Florian Peixoto Vieira Neto	De 08 de abril de 2009 até abril de 2010	Brasileiro
General Brigada	de	Luiz Guilherme Paul Cruz	De abril de 2010 até o momento.	Brasileiro

Fonte: Exército Brasileiro

Segundo o ministro das Relações Exteriores de Lula, Celso Amorim, a forma pela qual a política externa do governo Lula da Silva atuou no cenário internacional, não visou apenas fortalecer os laços já existentes com vários países, mas buscou reforçar a cooperação entre os países da América Latina (AMORIM, 2004, p.6). Entre os acordos, destacamos o empenho da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que tentou desenvolver, especificamente, alguns acordos com o Haiti, porém muitos desses acordos não tiveram sucesso.

Assim, diferentemente do seu antecessor, o governo de Lula da Silva é marcado por um maior ativismo no campo das relações internacionais, sendo nesse contexto que deve ser entendida a participação brasileira na Minustah.

A repercussão pública da atuação do Brasil na Minustah

“A natureza dialógica da Política propõe o problema da verdade factual, que informa a estrutura deste diálogo. Com efeito, se a Política se situa no campo da opinião, o problema da verdade factual – que é a verdade da Política, uma vez que as outras verdades são monológicas – se resume na circunstância que sendo verdade, ela não pode ser modificada, mas a sua maneira de asserção é a da opinião” (ARENDDT, 2007, p.19).

A participação do Brasil na Minustah foi autorizada pelo Congresso Nacional no primeiro mandato do presidente Lula da Silva (2003-2006), no dia 12 de maio de 2004¹¹. Ressaltamos que a participação brasileira em missões de paz sob o auspício da ONU data da década de 1940, ou seja, há uma tradição brasileira nas missões de paz da ONU que é uma instituição multilateral por excelência (CERVO, 2008).

Desde o início, a participação do Brasil na Minustah, repercute em matérias de vários meios de comunicações e em instituições formadoras de opinião constituindo, assim,

¹¹ Ver o Decreto de autorização do envio das tropas brasileira ao Haiti, no Anexo 1.

ao longo dos sete anos da missão, uma imagem pública sobre o papel dos militares brasileiros naquele país, produzindo uma simbologia da participação brasileira na Minustah. Nesse ínterim uma imagem positiva do Brasil auxiliaria o país na sua busca por um maior protagonismo na ONU e no Mundo (AMORIM, 2004), ou seja, na realização de seu objetivo de se tornar um *global player* por excelência. A imagem pretendida pelo governo brasileiro na sua participação no comando da Minustah é caracterizada por uma administração bem sucedida, promovendo “a construção de instituições sólidas, que permitam o pleno exercício da democracia e o respeito aos direitos humanos” e de conseguir implementar no Haiti eleições periódicas (AMORIM, 2007).

Neste trabalho, o nosso objetivo é compreender a repercussão da participação do Brasil na Minustah na opinião pública. Compreende-se que uma imagem pública, principalmente se for positiva, é uma forma de projetar poder. Segundo Defleur e Ball-Rokeach (1993) uma imagem positiva, seja de uma instituição estatal ou não, leva ao longo dos anos a uma influência sutil na percepção que uma sociedade tem de uma instituição. Nesse sentido, a participação em uma missão de paz teria potencial para atender o propósito de construir essa imagem do Brasil.

Escolhemos para entender essa imagem feita pela repercussão pública da participação brasileira na Minustah, três *campos* específicos. Entende-se por *campo* o conceito expresso por Pierre Bourdieu: são arenas sociais em que seus agentes disputam e se apropriam de diversas formas de capital, simbólico, cultural, econômico e discursivo. Para Bourdieu, o poder simbólico produz uma simbolização de suas instituições de seus opostos para legitimar e ilegitimar outros discursos (BOURDIEU, 1989).

Primeiramente, focamos o campo acadêmico, que gerou vários conceitos e visões, algumas antagônicas, sobre a missão. Em destaque, o enviado especial do governo brasileiro no Haiti, Ricardo Seitenfus (2006). Segundo ele, a missão configura-se no que ele chama de Diplomacia Solidária, ou seja, uma nova inserção do país nas relações internacionais. Outros autores criticam a visão de Seitenfus. Para eles, o Brasil não conseguiu efetivar um novo tipo de missão de paz, ou seja, o Brasil não apresentou “avanços substanciais na construção de um novo modelo de intervenção” (CORRÊA, 2005, p.89). Outro grupo de pesquisadores (ROCHA, 2008; CORBELLINI, 2008) que abordaram a participação brasileira na Minustah como uma forma de ajudar a reconstruir um país em

“Estado Vulnerável”. Enfim, há pesquisadores (HIRTS, 2010; CAVALCANTE, 2010), que realizam um balanço da participação brasileira na Minustah, portanto, há no meio acadêmico um intenso debate sobre a participação brasileira na Minustah nestes sete anos de missão.

O segundo *campo* é o da política doméstica, pois além daquele empreendido na esfera acadêmica, há no Congresso Nacional, com destaque para o Senado Federal¹², um debate entre os parlamentares da base aliada ao governo Lula da Silva e a oposição ao seu governo sobre a participação brasileira na Minustah. Uma análise sobre a postura do Senado Federal é importante, primeiro na medida em que os parlamentares deveriam representar os anseios da sociedade; segundo, pelo fato de não haver um estudo sobre como os parlamentares atuam nas comissões que tratam da autorização de envio de tropas brasileira para fora do país, neste caso, para o Haiti. Um terceiro fator relaciona-se ao fato de haver um rico material no Senado Federal que ainda não foi cotejado de forma específica pelos analistas da Ciência Política, conforme a Tabela 2. No Senado Federal o foco recai nas reuniões da Comissão Permanente de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE). As reuniões que tratam sobre o tema deste trabalho estão distribuídas ao longo dos sete anos da missão da seguinte forma:

TABELA 2 - Reuniões da CRE que tratam da Minustah

PERÍODO	REUNIÕES N°	%
2004	3	15%
2005	5	25%
2006	2	10%
2007	2	10%
2008	2	10%
2009	3	15%
2010	3	15%
Total	20	100%

Fonte: Senado Federal

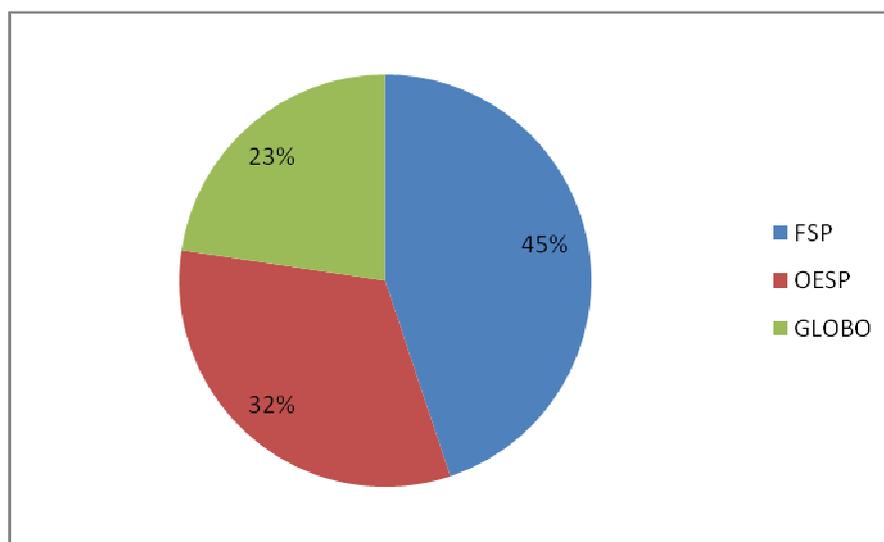
O terceiro *campo* refere-se à imprensa escrita. Partimos do pressuposto que esse veículo de comunicação é um formador de opinião pública.

¹² Depois de uma análise das reuniões na Câmara dos Deputados Federais optamos por focar no Senado, tendo como base que muitas reuniões foram fêrias de forma conjunta entre as duas Casas.

Foram escolhidos os três principais jornais, os de maior circulação no Brasil, a saber: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, já que estes periódicos mantêm sucursais em boa parte das capitais do Brasil e correspondentes internacionais, possibilitando a circulação de exemplares em quase todo o Brasil, alcançando os vários setores da sociedade, em comparação com outros meios, como por exemplo, as revistas.

O critério para a análise das reportagens está pautado pela relação dessas com a participação brasileira na Minustah, principalmente no que diz respeito à sua vertente política. Dessa forma, foram lidas 484 matérias do jornal a *Folha de S. Paulo*; 350 de *O Estado de S. Paulo* e 244 de *O Globo*; ao todo há uma análise de 1.078 matérias que formam o gráfico abaixo.

GRÁFICO 1 – Distribuição das Matérias sobre a Minustah



Fonte: *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*.

Como o número de reportagens é grande, dividimos a produção jornalística em cinco momentos. O primeiro momento contempla a chegada dos soldados da ONU, no Haiti, em 2004. O segundo, cobre o processo eleitoral realizado na ilha, em 2006, com o apoio dos soldados e da administração da Minustah. O terceiro momento diz respeito ao período pós-eleitoral (2007-2009), quando se fizeram necessários investimentos em vários segmentos sociais, e apoio para garantir a governabilidade do presidente eleito, René

Garcia Préval. Um quarto momento de análise do material recolhido, trata do terremoto ocorrido no Haiti, em 12 de janeiro de 2010, cujas consequências repercutiram em várias esferas tanto do âmbito nacional brasileiro quanto do âmbito internacional. No quinto momento, é feito um balanço das reportagens analisadas e dos desafios da participação brasileira na Minustah.

A partir da identificação desses três *campos* formulamos a seguinte questão: Como foi construída a imagem pública, no Brasil, da participação brasileira na Minustah ao longo destes sete anos de debates sobre a missão?

Para responder a tais questões, nossos objetivos são: (i) identificar como ocorreu, na esfera acadêmica, o debate sobre a participação brasileira na Minustah; (ii) analisar qual foi o discurso da situação e o da oposição ao governo Lula da Silva sobre a participação brasileira na Minustah na CRE; e (iii) depreender qual foi a percepção da mídia impressa sobre as ações do Brasil no Haiti.

Nossa hipótese é a de que a repercussão da Minustah na opinião pública no Brasil ficou caracterizada por uma percepção ligada mais à imagem que governo brasileiro buscou construir do que aos críticos a ela.

É importante dizer que há uma lacuna na literatura sobre a Minustah, ou seja, não foi encontrado nenhum trabalho que faça o cruzamento dos diversos interesses destes *campos* aqui expostos.

Além disso, estudar a repercussão na opinião pública de um fenômeno social é entender a forma pelas quais as instituições se legitimam perante a sociedade. Essa compreensão só é possível de forma relacional entre os vários *campos* de estudo e das visões institucionais, como é o caso da Comissão Permanente do Senado de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, nutrindo, dessa forma, a “natureza dialógica da Política”, exposto como epígrafe deste intertítulo. O *campo* do conhecimento ou da esfera institucional gera internamente, no mínimo, na sua estrutura, uma concepção sobre a missão, sendo que toda visão de mundo gera uma relação de forças políticas que se desdobra em uma ação no meio social, ou seja, uma imagem pública poder ser um instrumento de projeção de poder.

O tratamento dos dados coletados será posto à prova na análise de conteúdo. A análise de conteúdo é uma forma de possibilitar a compreensão do significado dos discursos, que são carregados de simbologias e intenções políticas.

Segundo Laurence Bardin (2008) a análise de conteúdo é uma forma de compreender as “representações” que estão inseridas nas fontes impressas. O uso desse método possibilita ao analista construir os sentidos dos discursos feitos pelos documentos analisados.

Para uma melhor compreensão da temática, a estrutura desta dissertação foi discutida em três capítulos, sendo que, no epílogo, faremos nossas considerações finais. No primeiro capítulo, analisamos a produção acadêmica sobre a Minustah. No segundo capítulo, examinamos o debate sobre a Minustah no Congresso Nacional. No terceiro e último capítulo, são analisadas as matérias jornalísticas sobre a Missão. Após a análise desses três *campos*, faremos um balanço da imagem pública construída pelo conjunto desses campos.

Cap. 1 – O DEBATE ACADÊMICO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA MINUSTAH

“(…) economicamente a participação direta das tropas constituía um bom negócio, pelo menos na opinião dos diplomatas: os soldados receberiam treinamento em combates reais, o dinheiro do desgaste dos equipamentos seria reembolsado, o Brasil ganharia prestígio” (KAWAGUTI, 2006, p.181).

Neste capítulo analisaremos a produção acadêmica sobre a Minustah, num total de treze artigos, uma monografia e quatro dissertações que tratam da missão sob vários ângulos. Inicialmente examinaremos as posições dos pesquisadores que defendem a missão como expressão de um novo tipo de concepção da política externa brasileira. Primeiramente, elencamos os autores que apoiam a chamada Diplomacia Solidária e/ou, no mínimo, entendem que a missão encontra-se pautada em uma questão de cunho mais humanitária que política, ainda que isso implique maior prestígio ao Brasil no cenário internacional. Em seguida, estão os autores que, além de não concordarem com a opinião de que há um novo tipo de diplomacia nas relações exteriores, avaliam de forma negativa a participação do Brasil na operação de paz ou, ao menos, apontam para um fracasso em relação aos fins políticos almejados pela diplomacia brasileira. Em terceiro lugar, procuraremos examinar os argumentos dos autores que compreendem que o Haiti é um Estado “vulnerável” ou sem condições de garantir o mínimo de bem estar social aos seus cidadãos. Para esses autores, a Missão tem como função recuperar ou construir (Building) as estruturas do Estado haitiano. Em quarto, lugar relacionaremos os autores revisionistas, que buscam compreender os resultados (positivos ou negativos) obtidos pelo Brasil na operação feita no país caribenho. Ao final deste capítulo, apresentamos uma tabela que resume os eixos de cada grupo de intérpretes da participação brasileira na Missão. Assim, conforme nosso objetivo, busca-se compreender a repercussão na opinião pública da participação do Brasil na Minustah e testar nossa hipótese de que ocorreu uma percepção acrítica da missão, e que a percepção na opinião pública restringiu-se ao governo brasileiro.

Para uma ideia da filiação institucional e geográfica da produção acadêmica analisada apresentamos a tabela seguinte:

TABELA 3– Instituições Acadêmicas e origem dos trabalhos analisados

Instituições	Artigos Científicos	Dissertações
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	2	1
PUC- Rio de Janeiro GAPCON- UCAM/RJ	1	
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)		1
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1 ¹³	
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).	1	
UNESP/Santiago Dantas	1	
Universidade Federal de Fluminense (UFF)	1	
Universidade de Fortaleza (UF)	1	
Centro Universitário de Brasília - UNICEUB	1	
Universidade de Brasília (UnB)	1	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)		1
Exército Brasileiro	1	
Universidade de Coimbra	1	
Universidade Torcuato di Tella – Buenos Aires	1	

¹³ Trata-se de uma monografia.

1.1 - Os defensores da participação brasileira na Minustah

Para Ricardo Seitenfus, o comando militar do Brasil na Minustah constituiu um novo paradigma de atuação nas operações de paz na ONU. Ressaltamos que Seitenfus foi enviado especial do governo brasileiro no Haiti e responsável por um relatório sobre a situação pós-eleitoral em 2006 no país (SEITENFUS, 2006 [a]). No seu texto “De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de paz” (SEITENFUS, 2006 [b]), ele analisou um momento importante da missão: o período do pleito presidencial no Haiti, ocorrido em 7 de fevereiro de 2006. Como o número de votantes foi bem maior que o esperado e o novo presidente foi eleito no primeiro turno, o autor avaliou favoravelmente a contribuição do Brasil nesse processo de transição do governo provisório para o governo constitucionalmente eleito, do presidente René Garcia Préval (mandato 2006-2010).

Para esse autor, o envio de soldados brasileiros sob os auspícios da ONU para o Haiti, pautou-se pela manutenção da segurança, visando a reconstrução da infraestrutura do país e o apoio ao processo eleitoral. A Minustah evidenciou, segundo Seitenfus, uma nova atitude das relações exteriores brasileiras ou, ainda, um novo paradigma na resolução do conflito por intermédio das missões de paz, ao qual o autor chama “Diplomacia Solidária”:

pode ser definida como sendo a concepção e a aplicação de uma ação coletiva internacional, sob os auspícios do CS, feita por terceiros Estados intervenientes num conflito interno ou internacional, desprovidos de motivações decorrentes de seu interesse nacional e movidos unicamente por um dever de consciência ou por interesses difusos. (2006, p.12[b])

A Diplomacia Solidária é apresentada como uma maneira de inserir o Brasil na esfera internacional por meio das missões de paz, sem buscar ganhos reais com a missão. A Diplomacia Solidária, por não produzir um ganho econômico para o país que faz a intervenção, fortaleceria a ONU e todo o sistema multilateral no quesito moral e político.

Segundo Seitenfus, outro fator que corrobora o argumento de que a missão no Haiti está pautada por uma nova diplomacia, é a própria composição da missão. Para ele os países que integram a Minustah são considerados “um papel secundário no sistema internacional” (2006, p. 14[b]), o que nos leva a entender que tais países não teriam qualquer interesse econômico em integrarem-se à Minustah. Para o autor, “a grande

incógnita colocada pela diplomacia solidária é saber se essa nova forma de intervenção possui a capacidade de ser reestruturante e aportar benefícios duradouros à população do país e à organização de um Estado que responda aos desafios do presente” (2006, p.14[b]). Seitenfus acredita que a Diplomacia Solidária é o único caminho para a resolução dos problemas no Haiti: “Sem trabalho, emprego, e desenvolvimento, não haverá segurança ou estabilidade. O caminho é a Diplomacia Solidária” (“Consultor da ONU diz essa é a última chance”. *O Estado de S. Paulo*, 14/01/2004.)

A dissertação de Verenhitch (2008) “A Minustah e a Política Externa Brasileira: motivações e conseqüências”, defendida na UFSM, onde Seitenfus leciona, filia-se à ideia do novo paradigma. Para ela, em 2004, o Brasil não estava preparado para enfrentar a envergadura da missão. Segundo a autora, o país caribenho passava por um momento de profunda crise, pois seu presidente – na época Jean-Bertrand Aristide - saíra do país, provocando uma ausência de poder político e uma grave tensão entre os vários grupos sociais e políticos que disputavam o poder, ou seja, o Haiti estava à beira de uma guerra civil, por isso era necessária uma intervenção internacional no país. Na medida em que o Haiti não tinha condições políticas de sanar seus problemas, a autora concorda com a participação do Brasil e defende que essa atuação efetiva é “uma questão de humanidade” (2008, p.106), e não de ganhos econômicos. Todavia, se os ganhos não são econômicos, eles podem ser políticos. Nesse sentido, a autora salienta a pretensão da missão em conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; todavia, esse debate não é central no seu estudo.

Para Verenhitch, existiu efetivamente uma nova proposta de resolução dos problemas internacionais, já que a “crise haitiana precisa de soluções inovadoras” (2008, p.103), pelo próprio contexto histórico, político e cultural do Haiti. As bases para a participação brasileira estariam na Constituição Federal de 1988, no artigo 4º, no seu inciso IX¹⁴, no qual se afirma que as relações internacionais brasileiras são pautadas pela

¹⁴ Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se em suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

“cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. Isto é, a Diplomacia Solidária já existia como princípio desde o final da década de 1980, mas não foi explorada pela diplomacia brasileira. Para aquela autora, mais que um princípio, a Diplomacia Solidária se tornou um valor – moral - e, como tal, permeia as várias ações da política externa brasileira. Esse valor, pautado pela solidariedade, ficou expresso nos “inúmeros resultados positivos que vêm sendo alcançados pela Missão”, devido “em grande parte à influência brasileira, consubstanciada pela inédita liderança do país em uma operação de paz” (2008, p. 74). Ressalte-se que a escolha das fontes para escrever essa dissertação é pautada por documentos oficiais, como discursos e documentos do governo brasileiros e resoluções da ONU.

Já o artigo da pesquisadora da PUC-Rio, Luísa Café Figueiredo Façanha (2008) “As motivações da política brasileira para Participação das Missões de Paz das Nações Unidas: O caso do Haiti”, apresentado no encontro da Associação Brasileira de Estudo de Defesa em 2008, não subscreve a concepção de que a política externa brasileira efetivou uma nova forma de atuar no campo das relações internacionais, mas defende que a missão traz uma imagem favorável para nossas relações exteriores. Para Façanha, as motivações para que o país participasse da Minustah extrapolavam os próprios objetivos da missão. A autora insere o debate sobre a participação do Brasil nas missões de paz no contexto dos anos 1990, quando surge uma nova dinâmica internacional, pautada pelo multilateralismo. Nesse cenário, o Brasil poderia ter uma importância mais significativa no tabuleiro internacional, se fosse capaz de demonstrar uma maior vontade em resolver os problemas globais em consonância com organismos internacionais - no caso a ONU.

Por fim, o texto ressalta o prestígio internacional que o Brasil auferiu ao assumir uma missão do porte da Minustah, maior missão da ONU em atividade:

A participação brasileira na Minustah fortaleceu não **só a imagem brasileira** como um país preocupado com a paz mundial, mas também fortaleceu as relações com os países da América Latina [...] o sucesso da missão resultará em ganhos positivos para o Brasil, como o aumento da sua influência na ONU e da probabilidade de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU” (2008, s/n – grifo nosso).

Faça uma aproximação, assim, do discurso governamental, ou seja, acredita que a missão produziria benefícios políticos para o Brasil e ajudaria o governo no protagonismo desejado nas relações internacionais.

Também é a conclusão do Cientista Político, pela UFF, Severino de Ramos Bento da Paixão (2010), no seu artigo “O impacto dos novos parâmetros adotados pelas Nações Unidas para as operações de paz na tradição política externa brasileira”, a perspectiva de que a participação brasileira no Haiti resultaria em uma imagem de administração bem sucedida foi incorporada ao discurso Oficial e à imagem que o governo buscou construir, o que auxiliaria o país em suas pretensões políticas.

1.2 - Os críticos da participação brasileira na Minustah

São considerados críticos da participação brasileira na Minustah todos os autores que não concordam com o ponto de vista de que o governo brasileiro está promovendo uma missão de paz diferenciada das outras já realizadas pela ONU, ou que acreditam que os objetivos da missão não foram cumpridos. Para esses autores, se houve avanços, ora para o Haiti ora para os interesses brasileiros, esses se devem mais à *fortuna*, ao acaso, do que a uma ação diferenciada do Brasil no comando da operação de paz na ilha caribenha. Nesse sentido, em “MINUSTAH e implicações para as aspirações internacionais do Brasil”, a pesquisadora do IUPERJ, Bárbara Gomes Lamas (2005) afirma que as dificuldades encontradas pela Minustah podem prejudicar os interesses do Brasil em ter um papel mais efetivo no cenário das relações internacionais pautadas pelo multilateralismo. A autora desenvolveu um interessante debate sobre como é tratado o conceito de “missão de paz” na literatura especializada, ressaltando que a prática ultrapassa, muitas vezes, os conceitos. Dessa forma, ela indica que o trabalho feito no Haiti pelos soldados na missão de paz tem um novo significado dentre as operações de paz. A autora defende seu argumento citando os objetivos da Minustah, descritos na Resolução nº1542 de 30 de abril de 2004 do CS/ONU, destacando que o objetivo principal da missão ainda não foi alcançado. Segundo ela:

É insatisfatório o nível de segurança no Haiti e os grupos ilegais continuam armados e atuantes em diversas regiões do país, uma vez que não houve nenhum programa eficaz de desarmamento destes grupos, o que pode atrasar os planos de realização das eleições no fim de 2005; os direitos humanos continuam sendo violados; e a reconstrução do país também está comprometida, o que contribui para o aumento da violência (LAMAS, 2005, p.5).

Torna-se importante ressaltar que o artigo foi escrito em vinte e nove de junho 2005, ou seja, um ano e quatro meses depois que a Missão foi aprovada pelo CS/ONU – o que ocorreu em 30 de abril de 2004. Lamas afirma, ainda, que “diante da possibilidade de fracasso da missão, então, as aspirações brasileiras estão correndo risco de também serem frustradas” (2005, p.06).

Suzeley Kalil Mathias (UNESP-Franca) e Leandro L. Pepe (2006), em seu artigo “Segurança e Democracia: A Atuação do Brasil no Haiti”, também discutem de forma crítica a participação do Brasil na Minustah. Salientando que a Minustah é a maior missão vigente da ONU, esses autores defendem que o principal interesse das nossas relações exteriores com a missão é a busca de visibilidade internacional, e a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU) - se o mesmo um dia passar por uma reforma¹⁵. Outro objetivo da diplomacia brasileira com a missão, segundo os autores, é tornar o Brasil um *global player*.

Para Mathias e Pepe (2006), a Minustah é a missão que mais destacou o país dentre as missões já realizadas, mas:

(...) a participação do Brasil na Minustah não redundou em apoio às suas pretensões e nem sensibilizou os países mais fortes no CS/ONU a abrir mão de parte de seu poder, aumentando a participação dos países no seu processo decisório. Com efeito, as últimas discussões a respeito, adiaram uma vez mais as pretensões do Brasil, [...] pela ampliação do corpo de membros permanentes no CS/ONU (2006, s/n).

Em resumo, os autores entendem que a participação na missão de paz no Haiti foi colocada como um instrumento político para o país, mas não foi eficiente para conquistar os objetivos almejados por nossas relações exteriores em outras esferas internacionais. Nesse sentido, reforçam que “é preciso repensar as formas de solução dos conflitos, pois as

¹⁵ Até o ano de 1965 o CS/ONU era composto por 5 membros não permanentes. Devido ao aumento de Estado membros na ONU, o número de cadeiras não permanentes no Conselho passou para 10 membros.

Missões de Paz, em particular a Minustah, parecem não mais ser a resposta para os novos problemas”¹⁶ (2006, s/p), ou seja, os pesquisadores afirmam que a missão não conseguiu efetivar o que o Brasil buscava - o assento permanente no CS/ONU - e gerou uma imagem negativa para o Brasil, já que não teria alcançado os objetivos propostos pela ONU. Os benefícios da missão situam-se nas “atualizações das forças militares brasileiras, que dessa forma trocaram experiências com as forças armadas de outros países” (2006).

Já a dissertação, defendida na UFSCar por Paulo Gustavo Pellegrino Corrêa (2009), “MINUSTAH e diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz? tem justamente como proposta “submeter à crítica a tese brasileira de que a operação de paz no Haiti - MINUSTAH, iniciada em 2004, e comandada pelo Brasil, representa a criação de um novo paradigma nas missões de paz por ser comandada por um país em desenvolvimento (...)” (2009, p.23). Como forma de perceber se houve alguma diferença de atuação do governo brasileiro na Minustah, que demonstrasse um diferencial se comparada com outras operações de paz, o autor fez uma comparação da Missão no Haiti com a *United Nations Mission in Haiti* (UNMIH) comandada pelos EUA entre os anos de 1995 – 1996.

Segundo o autor, tal comparação é possível, pois ambas as missões apresentam aspectos semelhantes no que tange a “objetivos, mandato e contingente.” Com base nisso, Corrêa busca encontrar “qualquer elemento inovador nos projetos de cooperação do Brasil, via Agência Brasileira de Cooperação (ABC), com o Haiti (2009, p.10)”, contrapondo-os “com os projetos desenvolvidos pela *United States Agency for International Development* (USAID) na década de 1990 durante a UNMIH”, no que diz respeito ao processo de formulação e objetivos dos projetos (Corrêa, 2009, p.25).

Nesse quadro, ele afirma:

[...] no que diz respeito a respostas que os projetos do Brasil podem ter em relação ao problema haitiano, o impacto é ainda muito pouco significativo, principalmente com um volume modesto de investimento. Dessa forma, o braço forte e atuante do Brasil na reconstrução do Haiti não é o civil, e segurança mais uma vez foi a prioridade (2009, p.65).

¹⁶ Os novos problemas da agenda internacional são: “... os direitos humanos, o meio ambiente, o terrorismo, o narcotráfico” (MATHIAS e PEPE, 2006, s/n).

Dessa forma, a Minustah seria uma operação de paz como as já desenvolvidas anteriormente no Haiti, em que o elemento militar se sobrepõe ao civil. Contudo, ancorada na tradição de missões de paz sob auspício da ONU e no discurso de uma atuação inovadora, a diplomacia brasileira, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, teria atuado de acordo com o princípio da não-indiferença, que incluiria em seu escopo o novo paradigma expresso, segundo Seitenfus, pela Diplomacia Solidária.

Corrêa entende que tal perspectiva de solidariedade e generosidade expressa no discurso oficial não é pautada pelo trabalho da ABC, e nem pela atuação das tropas brasileiras ou dos países latino-americanos no Haiti:

[...] não encontramos nenhum tipo de dado que pudesse dar respaldo a um possível *modus operandi* brasileiro ou latino americano menos violento nas ações estritamente militares. A força empregada nas operações de combate e tipo polícia foi, na melhor das hipóteses, de acordo com a intensidade permitida pelo mandato da MINUSTAH (2009, p.88).

Assim, ao analisar a Minustah, o autor não encontrou um avanço que fosse motivo para afirmar que o Brasil, na sua prática no Haiti, tenha realizado uma mudança significativa na resolução de conflitos. Segundo ele, “a força empregada nas ações de combate e tipo polícia esteve de acordo com o mandato da Minustah ou extrapolou seus limites, gerando acusações de violação de direitos humanos aos capacetes azuis por parte de organizações internacionais”, isto é, mesmo cumprindo uma parte dos objetivos propostos pelas resoluções feitas pelo CS/ONU para o Haiti, o Brasil não mostrou qualquer avanço em relação aos paradigmas de resolução dos conflitos internacionais, posicionando-se no “universo de boa vontade e da oratória” segundo o autor. As fontes utilizadas por Corrêa em sua dissertação, no tocante às críticas à Minustah, estão pautadas por relatórios de ONGs, principalmente as internacionais.

O coordenador do USAID, na Embaixada dos EUA em Brasília, Alisson Reis do Nascimento, no seu artigo “A ONU e as intervenções armadas intra-estatais: o caso do Haiti 2009”, afirma que a ONU também sofre uma grande influência dos EUA, mesmo sendo uma instituição internacional, pois são os EUA, o país que mais contribui financeiramente com a ONU. O caso do Haiti, não seria algo que interessa à política externa norte-americana, assunto que já ocupou o país algumas vezes. Para o governo

americano, a Minustah deve resolver alguns problemas relacionados ao tráfico de drogas e imigração ilegal (por exemplo, os *boat people*), os quais são os únicos interesses que os estadunidenses têm com relação à aprovação e continuação da Minustah. Nesse cenário, o Brasil estaria, ao participar da missão, apoiando os anseios dos norte-americanos.

Em “A atuação das tropas de paz da ONU no Haiti”, o pesquisador da Universidade de Fortaleza, Marcelo Renato Alves de Araújo (2010), de forma resumida descreveu a história do Haiti e a tradição brasileira nas missões de paz sob a égide da ONU. Aliás, estes dois eixos citados: história do Haiti e a tradição brasileira nas missões de paz aparecem lado a lado na maioria dos textos lidos. O referido texto conclui que a Minustah não é uma forma de resolução dos problemas internos do Haiti: “Só resta esperar os desdobramentos de sua própria política interna e como a ONU deixará o país assim que considerar concluída a Minustah” (s/d), pois a Minustah estaria focando suas ações somente na segurança do país. Araújo compreende que “o Exército Brasileiro executa suas tarefas de forma exemplar”, mas não haveria uma solução para o caso haitiano por via de uma missão militar de paz. Nesse sentido, ele pode ser visto como um autor que não vislumbra, na missão, ganhos políticos para as pretensões brasileiras.

Tal premissa evidenciaria a própria fragilidade econômica do Brasil perante os outros “grandes” membros da ONU, deixando o país em um segundo plano¹⁷. Por fim, ele afirma que a missão tem sido um sucesso para as tropas brasileiras, mas “a situação do Haiti continua bastante frágil e que uma Missão de Paz Armada não é a única solução para se salvar um país a um longo prazo” (2010 s/p). Um fato interessante é o de que nenhum autor localizou, no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), uma nova diretriz para atuação da instituição, ou seja, uma nova maneira de participar de operações internacionais (SIPLEx, 2002, p.6), fato que ocorreu no governo de Cardoso.

1.3 - O Estado haitiano: análises histórico-estruturais

¹⁷ Façanha também faz referência a esse conflito econômico dentro da ONU, entre as menores e maiores potências globais: “Este ambiente competitivo não é favorável às potências menores nas quais se inclui o Brasil” (2008).

Alguns trabalhos consideram o Haiti como uma nação de “Estado Falido”, “Estado Frágil”, “Estado Fraco” ou “Quase-Estado”. Tais conceitos não são sinônimos, pelo contrário, cada um gera uma visão sobre o processo histórico do Haiti, as quais se desdobram em projeções para o futuro do país. Esses termos começaram a surgir no pós Guerra Fria. Assim sendo, com o desmantelamento da URSS, em 1991, ter-se-ia inaugurado uma Nova Ordem Mundial, em que temas como meio ambiente, direitos humanos e questões ligadas ao desenvolvimento social são incluídos na agenda da ONU. Na transição de um sistema bipolar para um multipolar, não apenas as relações políticas mundiais são reorganizadas, mas o próprio sistema de Operações de Paz. As Missões de Paz que estão ligadas à *peace building*, tornam-se mais frequentes na pauta da ONU. Um exemplo dessas missões é o caso do Timor Leste (em 1999), um outro seria o próprio Haiti¹⁸.

As análises desses pesquisadores versam sobre a desconstrução ou, a não formação do Estado haitiano. Esses autores, todavia, acreditam que os problemas históricos do Haiti podem ser superados, mesmo que a longo prazo, com apoio das instituições internacionais e com a cooperação de outros países.

Um exemplo dessa abordagem é o artigo “A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais” da Coordenadora do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília, Renata de Melo Rosa (2006), que analisou os pressupostos das desigualdades sociais e raciais no Haiti contemporâneo. O trabalho de Melo Rosa faz uma reflexão sobre as relações sociais haitianas, utilizando autores haitianos e da República Dominicana e entrevistas com soldados que participaram da Minustah. O seu trabalho é interessante ao mostrar como a ilha caribenha, mesmo depois de efetivar uma revolução, conquistando, assim, sua independência, em 1804, não conseguiu acabar com o legado colonial. Para a estudiosa, “os movimentos pós-coloniais foram, de fato, motivados no sentido de ocupação do lugar do colonizador e não, necessariamente, a inversão da ordem colonial rumo a sua completa negação (2006, p.05)”. A “falta de organicidade da elite haitiana” e a reprodução pós-independência dos *modus*

¹⁸ Uma leitura mais crítica das missões de *peace building* é feito por Corrêa (2009). Corrêa aponta que tais missões funcionaram, após os atentados terroristas do dia 11 de setembro de 2001, como uma forma de intervenção norte-americana, como foi o caso da Afeganistão (2001) e do Iraque (2003).

operandi dos colonizadores teriam provocado uma “mera substituição de quadros (2006, p.12)”.

Cumprir registrar que o racismo e a desigualdade, somados às altas taxas de analfabetismo, reiteram, dentro da sociedade haitiana, um cenário de profunda pobreza e paralisia social. Segundo Rosa, “os processos de dominação de Estado e reprodução do poder no Haiti também são desdobramentos lógicos do racismo e do colonialismo, duas grandes categorias estruturantes das relações de poder haitianas” (2006, p.07). Dentro do cenário das desigualdades, as mulheres são as mais vulneráveis, pela própria condição de gênero, diferentemente dos homens, elas não conseguem trabalho na colheita da cana-de-açúcar ou na construção civil no país vizinho, a República Dominicana, já que essas são funções atribuídas aos homens. Além disso, não conseguem migrar para outros lugares, ora por causa dos filhos, ora por não serem contempladas pela rede de “cooperação haitiana para imigração”.

Já “Missões de paz em Estados frágeis: elementos para se refletir a presença do Brasil no Haiti”, de Antônio Jorge Ramalho da Rocha (2008), que dirigiu o Departamento de Cooperação do Ministério da Defesa e implementou o Centro de Estudos em Porto Príncipe, no Haiti¹⁹, é um texto mais direto que discute a questão da intervenção da ONU no apoio aos Estados frágeis. A ONU, “por muito tempo, funcionou com base em presunção de que os Estados resolveriam possíveis crises, mesmo em territórios contestados [...]”, ou seja, que o sistema liberal tornar-se-ia o “modelo de organização política e econômica das sociedades modernas”. Adversamente, ocorreu um fracasso do sistema liberal, pois os países avançados não conseguiram efetivar as instituições democráticas nos países em desenvolvimento. À época de sua fundação, a ONU não tinha como objetivo atuar nesses “Estados Frágeis”, porque estaria despreparada para “promover a paz ou, pelo menos, a impedir genocídios ou violência generalizada que ameaçasse a paz” (ROCHA, 2008, p.02-03),

Para Ramalho, o Estado deve ser um provedor de “bens públicos”, nas suas mais diversas esferas: segurança, saúde, educação etc. Quando o Estado não alcança os seus fins de promover o bem-estar dos seus cidadãos, é possível que as instituições internacionais

¹⁹ Ele também atua na Assessoria de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e é professor da UnB.

apoiem, por meio de fomento, ajuda a esses países. Se necessário assegurar a ordem pública no Estado, a ONU pode intervir, desde que seja convidada pelas partes envolvidas no conflito, ou por um representante do país. Todavia, a fragilidade ou falência de um Estado fica exposta, na medida em que, para manter o mínimo de ordem, precisaria de tropas estrangeiras.

Segundo o autor, essa discussão sobre o “Estado frágil, falido ou fraco” é uma maneira de compreender a atuação do Brasil nas missões de paz. No caso do Haiti, o país manteve, desde o início da Missão, o comando das operações militares. Como “ator chave” da missão, criaram-se expectativas sobre quais seriam as soluções para garantir ao Estado haitiano suas funções básicas. Porém, segundo Ramalho, a pergunta que fica é: quando as tropas brasileiras sairão do Haiti? Havia uma expectativa de que a missão acabaria após a eleição de René Garcia Préval, em 2007, mas tal fato não ocorreu, levando vários setores da sociedade haitiana a questionar a presença estrangeira no seu país, configurando as tropas da ONU não mais como missão de paz, mas como força de ocupação.

A ideia de que a Minustah deve ser uma missão de construção do país é central na pesquisa feita no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFRGS, defendida por Mariana Dalalana Corbellini (2009): “Haiti: da crise à MINUSTAH”. Nela, a autora analisa a história do Haiti, relacionando os conflitos internos do país com as ocupações estrangeiras. Nesse sentido, afirma que, internamente, a rivalidade entre mulatos e negros, na busca de poder político provocou uma debilidade no funcionamento de serviços básicos. Percebe-se, segundo a autora, que a luta pelo poder criou uma pequena elite, que se reveza no poder, em prol de uma colossal massa de excluídos – que são, na sua maioria, negros. Outro argumento elencado pela autora para defender a preponderância da construção do país, é o fato de prevalecer, o uso descomedido da força nas disputas políticas no país. No Haiti, a ação de eliminar o inimigo político, por intermédio do assassinato ou por meio de golpes de Estado, tornou-se algo ordinário, gestando uma cultura política marcada pela violência. O resultado dessa cultura fica expresso no número de refugiados que vão para os países vizinhos ou próximos, como exemplo, a República Dominicana, e os EUA. Assim, uma das características de um Estado fraco é a lacuna deixada por ele na assistência de sua população - nas esferas política, social e econômica - motivando intervenções humanitárias de outros países, ou provocando distúrbios internos.

Ela acrescenta: “Mesmo enfraquecido, o Estado costuma manter sua coesão territorial, porém, as relações entre as comunidades políticas dentro do Estado tornam-se conflituosas, e acabam por comprometer o desenvolvimento econômico, social e político do país” (2009, p.39).

Posteriormente, ela traça a trajetória do ONU, desde a carta de São Francisco, em 1945, passando pela criação do *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO), até o “Relatório *Brahimi*”, feito em 2000, que faz sugestões e trata das questões mínimas necessárias para o desenvolvimento das novas missões de paz. No relatório, um dos pontos notáveis é a autorização de ambas as partes para efetivação de uma Operação de Paz. Nessa perspectiva, a ONU não estaria amplamente preparada para resolver os problemas internos do Haiti. Entre os anos de 2005 e 2007, a Minustah ainda não havia conseguido implementar melhorias significativas na situação do país, em suas diversas esferas - social, econômica, da segurança, entre outras (CORBELLINI, 2009). Em 2008, pouca coisa mudara no cenário haitiano, pois “um ano após a pacificação de zonas críticas, uma insurgência de cunho político transformou-se em violência generalizada na capital, e só foi contida com a ação incisiva das forças da ONU” (2009, p.135). A dependência financeira internacional e a presença de tropas estrangeiras no Haiti são expressões da fragilidade do Estado haitiano. Os argumentos de Corbellini estão próximos dos defendido pelo Cientista Social da UFC, Luis Capelo Sarmiento (2010), no seu trabalho “O Brasil e a Minustah: as motivações e consequências de uma operação liderada pelo Brasil”.

Já a dissertação de Roberto Escoto (2009), “Construção do Estado e Democratização do Haiti: Uma análise das Intervenções da ONU sob o Enfoque da Segurança Humana (1993-1996 e 2004-2008)”, orientada pelo professor Antônio Jorge Ramalho, é um exemplos dentre os autores que reconhecem os obstáculos históricos do Haiti, mas Escoto, entre outros, não acredita que esses entraves históricos sejam insuperáveis. Para ele, a Minustah vem conseguindo reconstruir o Haiti, principalmente no quesito da Segurança Humana. Ao garantir a segurança da população, a missão possibilitou assegurar a estabilidade política e o início da reversão da miséria. Para ele, “o importante [...] é reconhecer o papel da ONU e da comunidade internacional na seleção e no atendimento de um adequado rol de prioridades nas diversas áreas que afetam a segurança” (2009, p.141). Segundo Escoto, toda operação militar é comandada pelo BRABATT, que

vem atuando no treinamento da PNH. Depois que o Haiti tivesse sua polícia treinada, e um regime político estável, os países que compõem a Minustah poderiam sair do país, contudo, nesse momento, a saída seria prematura, conforme o autor.

O último trabalho analisado é o do general de Brigada do Brasil, Carlos Alberto dos Santos Cruz (2010)²⁰, que chefiou as Forças de Paz da ONU no Haiti, entre 2007 e 2009. Em “Haiti: interferências externas e deformações na política interna”, ele defende que as lutas internas pós-independência geraram mazelas que são percebidas até hoje no país. A predominância de uma pequena elite, as ocupações estrangeiras (como ocorreu de 1915-1934, quando os EUA invadiram a ilha) ou a influência econômica das grandes empresas multinacionais fizeram com que o país não conseguisse se desenvolver. Segundo o autor, há uma ideia na sociedade haitiana de que as invasões estrangeiras são causadoras das mazelas no Haiti: “E essas ideias, transmitidas de modo bastante frequente, geram na população um sentimento de que não são seus próprios líderes os responsáveis pelos problemas [no país]” (2010, p.97). Diante da debilidade política gerada, entre outros motivos, pelo contexto acima, o Estado haitiano é incapaz de prover os serviços públicos necessários para sua população, tais lacunas, conforme o General, não outorgaram o ingresso do país na “era democrática”.

Mesmo com número gigantesco de ONGs no país, conforme o autor, mais de “10 mil [...], com apenas quatrocentas registradas no órgão de planejamento econômico e cooperação externa”, produziram-se apenas melhorias pontuais, mas processo estrutural de pobreza não foi alterado: “As ações ao longo dos anos produziram alguns benefícios, mas não tiraram o Haiti da lista dos países mais pobres do mundo, demonstrando a falta de impacto na ponta da linha, na melhoria de vida do povo” (2010, p.100), segundo o autor.

A Missão, como o trabalho das ONGs, não conseguiu alterar de forma significativa as consequências advindas do longo processo de instabilidade política, econômica e social, entre outras. O terremoto “é uma oportunidade para realizar modificações no modelo seguido, para que os benefícios cheguem ao povo necessitado” (2010, p.100).

²⁰ O general de Brigada do Brasil, Carlos Alberto dos Santos Cruz é formado em Engenharia Civil, ou seja, não é um acadêmico *stricto sensu* da Ciência Política, todavia seu texto contribui, ao revelar uma imagem da Minustah feita por um comandante militar da Minustah.

À guisa de conclusão o autor diz que as soluções dos problemas devem ser “prerrogativas das autoridades haitianas, que respondem perante o seu povo”(2010, p.100-101). Fica claro no texto que mesmo o Haiti sendo um país com graves problemas nas mais diversas esferas, cabe ao próprio povo haitiano implementar as melhorias necessárias.

1.4 - Artigos de balanço: os objetivos da Minustah

Os artigos aqui analisados trabalham com relatórios da ONU e dialogam com a literatura que versa sobre a Minustah. Um dos fatores determinantes para a seleção desses autores reside no fato de eles poderem analisar a Minustah com mais profundidade, já que trabalham com um período de mais de cinco anos. Nesse sentido, o ensaio de doutorando em História pela Universidade de Coimbra, Fernando Cavalcante (2010), “Revisitando o Debate Nacional: cinco anos da missão no Haiti”, buscou fazer um balanço geral da missão através da literatura, principalmente a internacional. O objetivo do autor é compreender os resultados dos cinco anos da missão e apontar o futuro da presença brasileira na ilha caribenha.

Em sua análise, no início da missão, em 2004, ocorreu uma comparação do Brasil com os EUA que, um ano antes, havia invadido o Iraque. Posteriormente, acendeu-se o debate sobre a busca de um assento no CS da ONU orquestrada pela diplomacia brasileira. Faz parte desse esforço histórico a luta brasileira por uma reforma do CS e pela criação do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão), entretanto a reforma não ocorreu. Cavalcante afirma que o Itamaraty tenta negar a associação entre a busca do assento permanente do CS e a Minustah. O texto analisa a ideia de que a Minustah representaria uma nova forma de atuação da política externa brasileira pós Guerra Fria, assim como seria uma forma de remodelar a atuação das Forças Armadas brasileiras após o período de transição para a democracia.

Os custos da missão foi, dos componentes da missão, o que obteve maior evidência nos meios de comunicação, segundo o autor. O Itamaraty defende os gastos, afirmando que a missão no Haiti é de cunho humanitário e, por isso, “não se pode colocar preço”. “Mesmo que a Missão tenha falhado em cumprir alguns dos seus objetivos, é possível verificar que a atuação do Brasil trouxe alguns dos resultados esperados em âmbito nacional” (2010,

p.153), conclui o autor. Ainda há, depois de cinco anos, uma fragilidade no quesito segurança e, na esfera econômica, pouco se avançou. Dessa forma, a nova problemática colocada no texto, agora não está mais em “o que vamos fazer no Haiti”, mas no “como será feita a retirada das tropas do país caribenho”.

No artigo “O Haiti e os desafios de uma reconstrução sustentável – um olhar sul americano”, Mônica Hirst faz uma análise da história do Haiti para acrescentar que, ao efetivar a Minustah:

Varreram-se para debaixo do tapete os problemas gerados pelas inconsistências e insuficiências da cooperação internacional prestada pelos principais doadores (EUA, França e Canadá), pela ação descoordenada e descontrolada das ONGs, pela presença superdimensionada de contingentes militares, pela precária articulação entre ações de assistência dos países latino-americanos ou pela crescente falta de diálogo entre o governo local e a administração civil da MINUSTAH (HIRST, 2010, p.104).

Os pontos citados acima são demonstrativos de que a missão no Haiti não utilizou o histórico das experiências fracassadas no país para efetivar uma nova ação, que poderia ser mais bem planejada. Após o terremoto, uma quantidade de recursos financeiros foi prometida ao Haiti. Para um controle desses recursos foi criado “um ‘conselho de tutela’ temporário – rotulado de Comissão para reconstrução do Haiti (CRH) – sobreposto ao Estado haitiano, nos próximos 18 meses”. Hirst prossegue afirmando que “O arranjo ‘híbrido’ em funcionamento supõe uma administração compartilhada entre o governo do Haiti [...] e as Nações Unidas – assumida pelo representante especial da ONU para o Haiti, Bill Clinton” (2010, p.105).

Mesmo com cenário diferente de 2004, a ONU não fez alterações nas funções da Minustah. Ocorreu um aumento do contingente militar e policial, e a inclusão da ajuda humanitária. Todo este aparato político e humanitário advém, segundo a autora, da concepção da ONU de que o Haiti é um Estado falido. Segundo Hirst “[...] é reconhecida a condição de Estado falido, identifica-se a reconstrução do aparelho estatal como a tarefa medular do plano de ação” (2010, p. 105). Sobre o Brasil, a pesquisadora afirmou que o país, desde o início da operação de paz, trabalha de forma conjunta - mas isso não significa que há uma Coordenação coesa entre os membros - ou seja, com os países da América do

Sul que estão no Haiti. Além disso, houve uma tentativa brasileira de efetivar um perfil próprio de atuação.

Dessa forma, o governo Lula da Silva combinaria política regional com interesses internacionais (2010). Hirst também aponta para um enfraquecimento da atuação civil no Haiti e considera que as ações da Minustah são mais de caráter individual do que uma ação coordenada dos países membros. Mesmo Argentina, Brasil e Chile, não atuam de forma coesa. Segundo ela, aos países da América Latina, em especial “o grupo ABC (Argentina, Brasil e Chile) cabe, atualmente, a responsabilidade de valorizar os avanços obtidos nos últimos seis anos no Haiti para a recuperação de uma trajetória positiva de desenvolvimento sustentável e governabilidade democrática” (2010, p.110).

Outra preocupação expressa pela autora é a de que a Missão não seja percebida pelos haitianos como uma força de ocupação. Tal percepção prejudicaria todo o andamento das ações no Haiti. Mônica Hirst afirma, também, que o Brasil, mesclando suas ações no país caribenho como um fator “regional e global”, buscou ser um ator relevante visando à conquista de um assento permanente no CS da ONU, algo que não ocorreu até o presente momento.

Para fins didáticos, elaboramos a Tabela 4, com as indicações das quatro vertentes analisadas neste capítulo:

TABELA 4 – Síntese das análises sobre a participação do Brasil na Minustah

Vertentes	Autores	Argumentos centrais
Os defensores da participação brasileira na Minustah	<p>Ricardo Seitenfus (2006 [a] e [b]);</p> <p>Gabriela Daou Verenhitch (2008);</p> <p>Luisa Café Figueiredo Façanha (2008).</p> <p>Severino de Ramos Bento da Paixão (2010)</p>	<p>Não se visa à obtenção de ganhos econômicos com a missão;</p> <p>A missão é formada por países em desenvolvimento;</p> <p>A missão é uma questão de humanidade, solidariedade e generosidade;</p> <p>Mudança do princípio da não-intervenção pelo da não-indiferença, ou seja, o Brasil projeta sua diplomacia onde achar necessário, seja na América Latina ou fora dela;</p> <p>A estrutura da Minustah é uma nova proposta para a resolução dos problemas internacionais;</p> <p>Imagem positiva para o Brasil, que melhorou suas relações com os países da América Latina;</p> <p>A missão melhoraria as relações com as organizações internacionais, principalmente com a ONU.</p>
Visão crítica	<p>Bárbaras Gomes Lamas (2005);</p> <p>Suzeley Kalil Mathias e Leandro L. Pepe (2006);</p> <p>Paulo Gustavo P. Corrêa (2009);</p> <p>Marcelo Renato Alves de Araújo (2010).</p>	<p>Aspectos como a da insegurança e o dos Direitos Humanos são desrespeitados;</p> <p>Existência de acordos da Agência Brasileira de Cooperação – ABC com a Agência dos Estados Unidos, para o Desenvolvimento Internacional – USAID;</p> <p>Objetivo da missão não foi cumprido pelo BRABATT;</p> <p>Discurso da não-indiferença pertenceria mais ao âmbito da retórica, que ao de uma ação concreta no Haiti;</p> <p>Abusos contra os Direitos Humanos;</p> <p>Missão está focada nos objetivos da Política Externa, que busca maior visibilidade no cenário internacional, assento no CS/ONU e papel de <i>global player</i>;</p> <p>A Minustah vem extrapolando os mandatos da ONU no Haiti.</p>
Análises histórico-estruturais	<p>Renata de Melo Rosa (2006);</p> <p>Antonio Jorge Ramalho da Rocha (2008);</p> <p>Mariana Dalalana Corbellini (2009);</p> <p>Carlos Alberto dos Santos Cruz (2010).</p>	<p>Fatores históricos, culturais, sociais e políticos agravam problemas internos do Haiti;</p> <p>Missão é um aporte para garantir o regime político do Haiti.</p>

	Alisson Reis do Nascimento (2009) Roberto Escoto (2009) Luis Capelo Sarmiento (2010).	
Artigos de balanço	Mônica Hirst (2010); Fernando Cavalcante (2010).	Análise comparada entre o início da missão e o período posterior às eleições de 2006; Discussão sobre uma possível retirada das tropas brasileiras do Haiti; As ações da Minustah conseguiram cumprir seus compromissos parcialmente.

Com o levantamento dessas quatro visões sobre a participação brasileira na Minustah, podemos afirmar que, na esfera acadêmica, não ocorreu uma interpretação acrítica sobre o processo, mas sim um amplo debate sobre o Brasil e a Minustah. Esse debate contempla temas que transitam da nova interpretação de atuação do Brasil nas Missões de Paz à garantia da estabilidade política no Haiti.

Os autores filiados ao grupo dos defensores da participação brasileira na Minustah superestimam as ações do governo brasileiro no país caribenho, embasados, a maioria deles, pela análise feita por Seitenfus.

De outro lado, os críticos da participação brasileira na Minustah embasaram suas análises em comparações entre a Minustah com outras missões do mesmo porte - no caso de Corrêa (2009)- ou, ainda, no fato de o Brasil não ter conseguido, até o momento, um assento no Conselho de Segurança da ONU (Mathias; Pepe, 2006) Consideram, contudo, que esses fatos não mitigaram a importância das ações do Brasil na missão.

O terceiro grupo, os que analisam os aspectos histórico-estruturais, veem, na ação do Brasil, uma possibilidade de retirar o Haiti do seu ciclo de golpes e contragolpes, e do estado de insegurança pública. Nessa perspectiva, a Missão conseguiu, mesmo que parcialmente, cumprir com as resoluções e objetivos da ONU. A partir do desenho desse cenário, fica alcançado nosso objetivo de compreender a repercussão na opinião pública obtida pela participação do Brasil na Minustah dentro do campo acadêmico.

CAP. 2 O DEBATE SOBRE A MINUSTAH NO SENADO FEDERAL

Neste capítulo, analisaremos o debate parlamentar sobre a participação brasileira na Minustah, a partir do exame dos trabalhos da Comissão Permanente de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal (CRE), no período que vai de maio de 2004 até dezembro de 2010. O nosso foco recai sobre o Senado Federal, na medida em que há um número expressivo de reuniões entre as duas comissões: CRE e Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN²¹.

Para uma melhor compreensão da repercussão do debate entre os parlamentares, foram analisadas: (i) a composição política do Senado Federal; (ii) as definições da Constituição sobre as missões externas e; (iii) a rotina e as reuniões da Comissão. Nesse ínterim, colocaremos à prova nossa hipótese de que a percepção da Missão pela opinião pública reflete mais intensamente o discurso governamental que o dos críticos da Missão. O debate entre os parlamentares da Comissão será entendido conforme o conceito de campo, desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu. O campo é um espaço simbólico de luta pelo poder, no qual lutas dos agentes determinam, valorizam representações. (BOURDIEU, 1989).

2.1. A composição parlamentar no Senado Federal

Em seu primeiro mandato, o governo de Lula da Silva, obteve êxito na realização de uma ampla coalizão partidária, atributo necessário ao presidencialismo multipartidário, conforme ABRANCHES (1988). A base partidária foi composta pelos seguintes partidos: PT, PSB, PC do B, PTB, PL, PPS, PDT, PMN, PCB, PV, PSDC, PGT do B e PHS. Note-se que essa base contempla desde os tradicionais partidos de esquerda, como o PC do B, até as agremiações de centro-direita, como é o caso do Partido Liberal (PL).

Destaque-se que, em 2003, o PMDB, não se alinhava formalmente à oposição, mas também não se posicionava como aliado do governo. Em razão da expectativa pela votação da proposta de reforma da Previdência no Congresso Nacional, em 2004, o Executivo, para

²¹ Pretende-se, em uma nova pesquisa, verificar se realmente há uma diferença de opinião entre as duas comissões da CRND's.

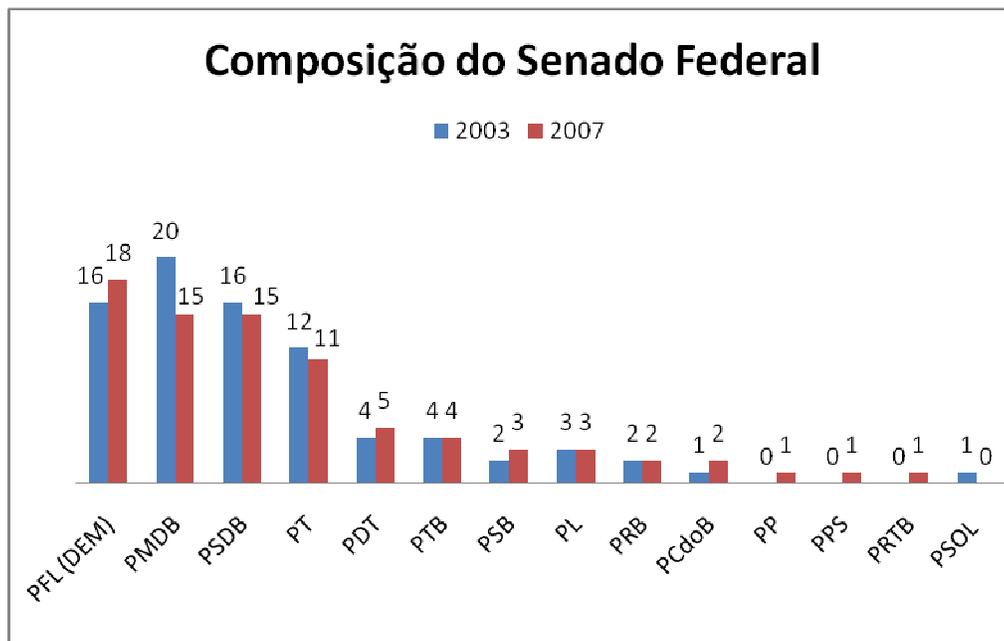
garantir os interesses do governo, precisou do apoio de parte do PMDB. A partir deste fato, inicia-se a aproximação formal do PMDB ao governo Lula da Silva. Posteriormente, com o PMDB já na base aliada, o Executivo contava com cerca de 60% de parlamentares no Congresso Nacional, isto é, com uma maioria simples. (SAMUELS, 2009, p.252)

No segundo mandato, o governo de Lula da Silva ampliou sua base aliada no Congresso Nacional. O governo passa a contar, então, com 15 partidos, conforme o TSE. As agremiações são: PT, PMDB, PRB, PC do B, PSB, PP, PR, PTB, PV, PSC, PDT, PAN, PMN, PHS e PT do B (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2011)

Ressaltamos que os líderes dos partidos não conseguem manter um controle rígido sobre os votos de seus parlamentares, sendo que nesse íterim há parlamentares da base do governo que manifestam críticas à participação do Brasil na Minustah; enquanto políticos de oposição realizam elogios à atuação da política externa brasileira. Tal dinâmica será percebida ao longo deste capítulo.

Segundo a *homepage* do Senado Federal, as distribuições das cadeiras no senado estavam dispostas conforme o gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 - Composição do Senado Federal em 2003 e 2007.



Fonte: Senado Federal

Destaca-se o fato de que, ao longo dos oitos anos do governo Lula da Silva, muitos senadores deixam o exercício do mandato, abrindo vaga para suplentes; além de que outros assumem o mandato de forma temporária Diante disso, afirma Samuels “no Brasil, em média, aproximadamente $\frac{1}{3}$ de todos os membros do Congresso Nacional mudam de partido ao longo de uma legislatura” (2009, p.251). Para compreender como se encontravam a base do governo e a oposição no Senado, foram elaboradas as tabelas abaixo:

Tabela 5: Relação dos componentes da base aliada e da oposição no Senado Federal (2003 -2006)

SITUAÇÃO	OPOSIÇÃO
PT	PSDB
PL	PFL
PMDB	PSC
PR	PSOL
PTB	PP
PDT	Parlamentares Sem Partido
PRB	
PC do B	
PSB	
PV	

Fonte: Senado Federal

Tabela 6: Relação dos componentes da base aliada e da oposição, no Senado Federal (2007 -2010)

SITUAÇÃO	OPOSIÇÃO
PT	PSDB
PL	DEM (ex-PFL)
PMDB	PSC
PR	PTB
PDT	PSOL
PRB	PV
PC do B	PPS
PSB	Parlamentares Sem Partido
PP	

Fonte: Senado Federal

O governo de Lula da Silva (2003-2010) foi marcado, segundo Samuels (2009), pela estabilidade nas Instituições e nas relações entre elas - como exemplo, Executivo-Legislativo o que, contudo, não significa que não houvesse problemas ou embates entre os parlamentares. Uma crise no governo Lula da Silva, que não foi destacada por Samuels (2009,) e que gerou muitas matérias na imprensa, foi a que se convencionou chamar de “mensalão” ou “compra de votos de parlamentares” ocorrida entre 2005 e 2006. Outra crise relevante, no primeiro mandato do governo Lula da Silva, foi a eleição de Severino Cavalcanti para a Presidência da Câmara dos Deputados Federais, em 2005. Mesmo com os escândalos do “mensalão”, o presidente Lula da Silva se reelege nas eleições de 2006.

Essa estabilidade institucional, principalmente no segundo mandato do governo de Lula da Silva, possivelmente tenha concorrido para a ausência, no Congresso, de projetos na área de Defesa e Segurança Nacional²².

2.2 Do envio das Tropas

O embasamento jurídico para a realização de missões de paz pauta-se pela Constituição Federal de 1988. A normatização está fixada no Art. 48 da CF/88 que diz “Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República: [...] a fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas” e no seu Art. 49. “É da competência exclusiva do Congresso Nacional”:

- I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;
- IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, p. 78).

²² Eliézer Rizzo de Oliveira (2005) aponta que, no governo de Cardoso (1995-2002), ocorreu uma lacuna na elaboração de projetos na área de Defesa, cuja atribuição pertence aos parlamentares.

O próprio Decreto Legislativo Nº207, aprovado em 2004, que autoriza o envio das tropas brasileiras ao Haiti, faz referência ao art. 49:

Art. 1º - Fica autorizado o envio de contingente de 1.200 (mil e duzentos) militares brasileiros para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em modificação do referido contingente, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do **art. 49** da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

No governo de Cardoso, é criado o Ministério da Defesa (MD), pela Lei de Complementar nº97, de 10 de junho de 1999, que elenca as normas gerais para “a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas” e institui o Presidente da República como responsável pela participação de tropas em operações de paz. Há, ainda, o Decreto nº 3080, de junho do mesmo ano, que organiza a “Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS do Ministério da Defesa, e dá outras providências”. Os ministros que assumiram o MD no governo Lula da Silva estão na Tabela abaixo:

TABELA 7- Ministros da Defesa entre 2003-2011

MINISTROS	PERÍODOS
José Viegas Filho	De 1 de janeiro de 2003 até 8 de novembro de 2004
José Alencar	De 8 de novembro de 2004 até 31 de março de 2006
Waldir Pires	De 31 de março de 2008 até 25 de julho de 2007
Nelson Jobim	De 25 de julho de 2007 até 04 de agosto de 2011
Celso Amorim	De 04 de agosto de 2011 até o momento

Fonte: Ministério da Defesa

Em 2005, o Decreto nº548, de 30 de junho, criou A Nova Política de Defesa Nacional instituindo as orientações estratégicas para as missões externas. O Decreto assevera que é de interesse do país “a contribuição para a manutenção da paz e da

segurança internacionais; e a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais”²³.

Ao Congresso Nacional cabe o *ad referendum* para enviar tropas ao exterior em período de paz. Ao Senado compete, especificamente, segundo a Constituição, no seu Art. 52, “aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente”, isto é, indicar os embaixadores. Essas atribuições serão analisadas em alguns momentos deste trabalho.

2.3. Das reuniões no Senado Federal

O Senado é composto por 81 parlamentares que, conforme o Art. 46 da Constituição, “compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário”. Cada Estado, e o Distrito Federal, elegerá três Senadores, com mandato de oito anos, sendo que a representatividade será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um terço e dois terços, conforme os incisos I e II do Art. 46 da CF/88.

A Comissão Permanente de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal é composta por 19 membros permanentes e 19 suplentes dentre os 81 Senadores; todavia, é comuns alguns parlamentares não-membros da CRE – senadores e deputados federais – participarem das reuniões.

A competência de indicar a composição das Comissões está prevista no artigo 66 do Regimento Interno do Senado Federal, que afirma: “É da competência dos líderes das representações partidárias, além de outras atribuições regimentais, indicar os representantes das respectivas agremiações nas comissões”²⁴.

As reuniões da CRE sobre a MINUSTAH ocorreram, de forma ordinária, às quintas feiras, às 10h da manhã; também ocorreram reuniões extraordinárias e Audiências Públicas promovidas pela comissão no Senado.

²³ Para uma análise histórica sobre o Parlamento e a Defesa Nacional ver SAINT-PIERRE; SILVA e ROCHA (2004) e a Lei nº2953, de 17, de novembro de 1956, disponível <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128741/lei-2953-56>.

²⁴ As Comissões Permanentes do Senado Federal estão no Anexo 7.

O contexto deste trabalho é a quinquagésima segunda legislatura (01/02/2003 a 31/01/2007) e a quinquagésima terceira legislatura (01/02/2007 até 31/12/2011)²⁵. Os presidentes da CRE nessas duas legislaturas constam nas tabelas abaixo:

TABELA 8: Presidentes das reuniões da CRE sobre a MINUSTAH na 52ª Legislatura do Congresso Nacional

Data	Nome do Parlamentar	Partido	Situação	Oposição
12/05/04	Eduardo Suplicy	PT	X	
25/11/04	Eduardo Suplicy	PT	X	
02/12/04	Eduardo Suplicy	PT	X	
14/04/05	Eduardo B. de Azeredo	PSDB		X
22/06/05	Cristovam Buarque	PT	X	
29/06/05	Eduardo B. de Azeredo	PSDB		X
17/11/05	Roberto Saturnino	PT	X	
13/12/05	Roberto Saturnino	PT	X	
19/01/06	Roberto Saturnino	PT	X	
02/02/06	Roberto Saturnino	PT	X	

Fonte: Senado Federal

TABELA 9: Presidentes das reuniões da CRE sobre a MINUSTAH na 53ª Legislatura do Congresso Nacional

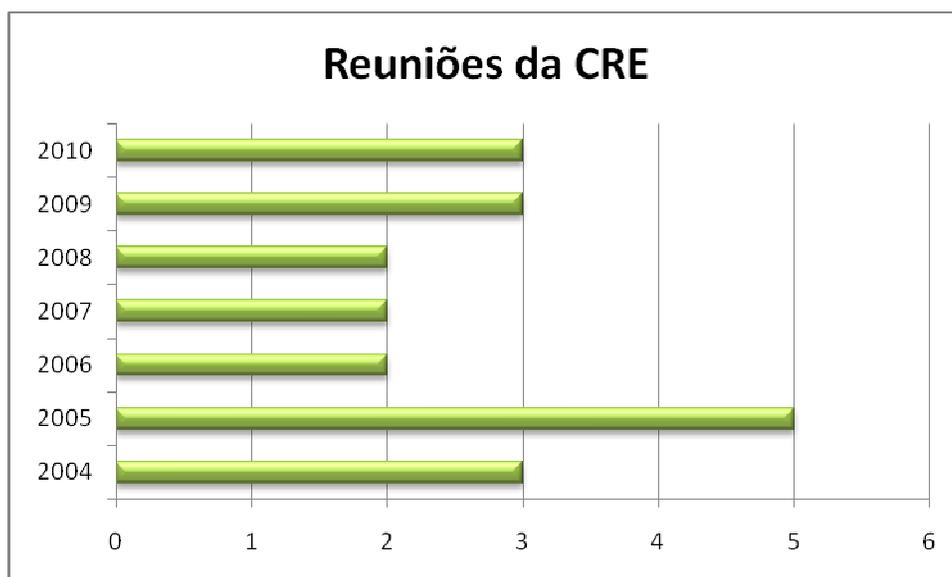
Data	Nome do Parlamentar	Partido	Situação	Oposição
29/03/07	Heráclito Fortes	DEM		X
22/11/07	Heráclito Fortes	DEM		X
	Eduardo B. de Azeredo	PSDB		X
03/07/08	Heráclito Fortes	DEM		X
20/08/08	Heráclito Fortes	DEM		X
02/04/09	Eduardo B. de Azeredo	PSDB		X
17/06/09	Eduardo B. de Azeredo	PSDB		X
06/08/09	Eduardo B. de Azeredo	PSDB		X
08/04/10	Eduardo Azeredo	PSDB		X
	Cristovam Buarque e	PDT	X	
	Inácio Arruda	PC do B	X	
22/06/10	Eduardo Azeredo	PSDB		X
09/12/10	Eduardo Azeredo	PSDB		X

Fonte: Senado Federal

²⁵ Nossa análise limita-se a dezembro de 2010.

Analisar as reuniões da CRE permitiu trazer para a análise e obter o entendimento sobre dois objetos relevantes: o primeiro, as diferentes visões dos senadores sobre a política externa brasileira; o segundo, a dinâmica de realização dos debates entre a base aliada ao governo e sua oposição com relação a participação brasileira no Haiti. No total foram examinadas vinte reuniões, distribuídas cronologicamente segundo o gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Reuniões da CRE, sobre a Minustah



Fonte: Senado Federal do Brasil

Um dos primeiros problemas da Comissão, enfrentado por todos os parlamentares, é o de que a Comissão versa sobre dois temas diversos: “Relações Exteriores e de Defesa Nacional”, gerando uma agenda ampla e complexa – e, às vezes, até confusa. Os temas examinados abrangem desde a expulsão de um jornalista americano do país até a compra de armas para Forças Armadas. Há ainda, um tema recorrente: a sabatina de diplomatas postulantes às Embaixadas brasileiras. Nesse cenário complexo, faltam senadores e deputados com *expertise* na área de defesa e de relações internacionais.

Segundo Oliveira, outra característica que se observa no Congresso e, em especial, nas Comissões (CRE e Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados Federais - CRDN) é o “vasto poder presidencial, que praticamente

monopoliza a direção das Forças Armadas e da Defesa Nacional, o Legislativo desempenha funções complementares e dependentes” (2005, p.48).

Conforme analisado nas reuniões da comissão, e já diagnosticado por Oliveira (2005), as reuniões têm como traço marcante seus aspectos cerimoniais em detrimento de substanciais debates e análises dos temas da agenda. Com vista nesse cenário, Oliveira defende o conceito de “minimalismo político do Legislativo, quanto à Defesa Nacional” (2005, p.49) que, segundo o autor, é marcado pela iniciativa do Executivo na elaboração da agenda de debates nas comissões.

As reuniões foram analisadas de forma cronológica, permitindo entender a evolução dos debates na CRE.

2.4 – Reuniões da CRE, em 2004

O debate sobre o envio dos *peacekeepers* brasileiros ao Haiti teve início a partir da reunião de 12 de maio de 2004 ocorrida no Congresso Nacional (quingüésima segunda legislatura)²⁶. A reunião foi feita de forma conjunta. Isso significa que estavam reunidas a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal – reunião extraordinária - e a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados Federais (CREDN) – reunião ordinária²⁷. Presidia a comissão no Senado, naquele momento, o senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP).

A reunião das duas comissões teve como objetivo ouvir o embaixador e ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim²⁸, e o ministro da Defesa, José Viegas. Ambos foram convidados para participar do encontro, já que o Presidente da República enviara uma mensagem ao Congresso Nacional, no dia 05 de maio de 2004, relatando o contexto da missão e solicitando autorização para efetivá-la.

Essa reunião assume especial importância, na medida em que constitui o primeiro debate realizado pelo Congresso sobre a Minustah, e a primeira exposição das posturas do governo, apresentadas pelo ministro das Relações Exteriores que comandaria o processo de

²⁶ No anexo 2 deste trabalho há uma síntese dos temas das reuniões da CRE realizadas no período estudado.

²⁷ A lista dos Senadores ou Deputados Federais presentes nas reuniões de 2004 e 2005 constam no anexo 3.

²⁸ O Chanceler Celso Amorim ocupou o cargo de ministro das Relações Exteriores brasileiras de 2003-2010.

participação do Brasil na Minustah. Tal constatação demonstra a intensidade do poder civil sobre as ações das Forças Armadas, ratificando a importância da análise da reunião. É possível que o caráter didático do discurso proferido pelo ministro das Relações Exteriores tenha sido motivado pela constatação da insipiência de muitos dos parlamentares a respeito dos procedimentos de uma operação de paz, no mínimo em suas especificidades.

O senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP) abre a reunião com a seguinte reflexão:

[...] vamos dar prioridade, hoje, à importante missão, cuja mensagem já foi enviada pelo Presidente, em cinco de maio. **A imprensa, hoje, registra que já se iniciou, de São Leopoldo para o Haiti, o deslocamento de pelo menos um batalhão.** A viagem será por terra, um longo trajeto de jipe, e por água, de barco. Fiquei até pensando, se seria muito interessante, pois é uma viagem que faz lembrar os “Diários de Motocicleta”, filme do Walter Salles que recomendo a todos. (CRE, 2004, p.10 [a] – grifo nosso).

A reunião, no geral, foi tensa, tendo em vista que a mídia (impressa, televisiva e on-line) já houvera notificado que os soldados brasileiros estavam a caminho do país caribenho.

No Congresso, o tema ainda não havia entrado para a agenda de debates da Comissão. Nesse ínterim, a mídia foi um instrumento político dos senadores e deputados que questionavam o governo sobre a necessidade de participação do Brasil em uma operação de paz fora da área tradicional de atuação do Brasil, ou seja, fora da América do Sul.

Adiantamos um dos argumentos dos senadores da oposição de que parlamentares só souberam da missão, e da possível participação do Brasil, por meio das reportagens veiculadas pela mídia. A mídia, naquele momento, já noticiava a mobilização das tropas brasileiras, mesmo sem o *ad referendum* do Congresso Nacional. Ressalte-se que o *ad referendum* é um instrumento imprescindível para o aprimoramento da democracia, sistema de governo cuja expressão máxima de poder encontra-se na sociedade.

O ministro Celso Amorim inicia sua exposição, explicando as razões pelas quais o Brasil havia sido chamado não somente para compor a missão, mas também para comandá-la. Inicia relatando o período crítico atravessado pelo Haiti em 2004 já examinado neste trabalho. O chanceler também buscou a demonstrar o interesse do governo em efetivar a

operação no Haiti, sob a égide da ONU, considerada como a única possibilidade razoável para colaborar com a solução da crise no país caribenho. Segundo o chanceler Amorim, o Brasil vai “[...] responder um chamado para uma emergência de segurança militar, não só para atender ao interesse desse ou daquele país, mas para atender, sobretudo, um interesse de participar, efetivamente, do processo de reconstrução do Haiti” (CRE, 2004, p.11 [a]).

O ministro diz, ainda, que os brasileiros e os haitianos vivenciaram processos históricos semelhantes, por ser o Haiti um país com uma grande população negra, assim, como o Brasil; por isso, o chanceler afirma que governo brasileiro teria, nesse caso, uma relação com um país-irmão (2004, p.12 [a]).

Na reunião, ficou entendido que o governo, além de fornecer uma ajuda militar, estaria disposto a envolver a diplomacia brasileira para ajudar o povo haitiano em outros projetos, como o da reconstrução da infraestrutura do país. O ministro afirmou não ser essa uma tarefa fácil, pois é “um pouco ilusório quereremos melhorar um país que está há duzentos anos nessa situação, mas trabalhamos sempre com base na esperança e não no ceticismo” (2004, p.12 [a]).

O último item, que foi destacado pelo ministro Celso Amorim em sua exposição, aborda o custo da operação. Ele destaca que haveria reembolso das despesas realizadas com a ação - feito pelas Nações Unidas que, entretanto, não seria integral:

O valor que as Nações Unidas pagam é fixo por soldado e pelo desgaste do material. Obviamente, quando não se tem o material, é preciso comprá-lo, e as Nações Unidas não pagam pelo que for comprado, mas apenas o valor correspondente ao desgaste do material. Não é necessariamente um percentual. O valor do reembolso é um gasto fixo por soldado empregado, que varia entre US\$ 1.040 a US\$ 1.200 por soldado/mês, está incluído nesse valor o cálculo do material (CRE, 2004, p.14 [a]).

O ministro da Defesa José Viegas, diplomata de carreira, endossou os argumentos do ministro das Relações Exteriores e reafirmou que a operação no Haiti era formada de maneira multilateral e objetivava resolver “um problema que afeta a paz e a segurança”. Acrescentou ainda: “Como sabemos, o Brasil é membro das Nações Unidas e, neste momento, tem mandato em seu Conselho de Segurança. Enfrenta, portanto, uma situação que se desenvolve na própria América Latina.” (CRE, 2004, p.14 [a]). No entendimento do ministro da Defesa, a missão seria um dever, pois o problema haitiano ocorre no continente

do qual fazemos parte; e, como o país participa como membro não permanente do CS, temos legitimidade para atuar, afirmou ele.

O ministro defendeu a missão, não pelos seus aspectos militares, que seria próprio do seu *métier*, mas construiu seus argumentos pelo viés político. Segundo Viegas, a Minustah, como missão de paz, é uma ferramenta para a diplomacia brasileira e tem dois objetivos “o de desenvolver um perfil de atuação positivo na América Latina e o de respaldar a atuação multilateral baseada em decisões democráticas das Nações Unidas, em oposição a decisões unilaterais” (CRE, 2004, p.15[a]).

Depois de prestados esses esclarecimentos, que podem ser chamados de as “motivações brasileiras” para participar da Minustah, o ministro defendeu que a missão não iria onerar as Forças Armadas brasileiras. O ministro afirmou, ainda, que alguns oficiais das Forças Armadas pediram “uma diminuição do soldo [...] com o objetivo de diminuir esse fardo orçamentário que recairia sobre nós [...] na ordem de 46%”. O objetivo dessa redução orçamentária seria o de “sempre com o objetivo de tornar viável a participação do Brasil em forças de paz” (CRE, 2004, p.15 [a]). Com efeito, a cobertura da mídia focou com destaque a questão orçamentária. Com esse argumento, o ministro tentou apaziguar os ânimos de muitos parlamentares que lançavam dúvida sobre a pertinência de gastos militares em uma missão fora do país.

O deputado Federal Fernando Gabeira (S/Partido)²⁹- que acabara de sair do PT e estava sem partido - fez uma dura crítica ao envio das tropas brasileiras, ao entender que a situação no Haiti foi causada pela política norte-americana, ao expulsar o ex-presidente eleito do país, Jean Bertrand Aristide. Segundo ele, “a deposição do Aristides foi brutal. Eles tiraram o Aristides e o levaram para a África Central, que é o país do velho [Jean-Bédél] Bokassa³⁰. [...]. Temos, então, um golpe de Estado feito pelos Estados Unidos”, afirmou o parlamentar (CRE, 2004, p.17[a]). Gabeira também apontou a região caribenha como área de influência dos EUA e do Canadá, países que concedem asilo político aos haitianos “mais competentes” e não a brasileiros. Acrescenta que a França teria maiores

²⁹ O deputado Fernando Gabeira atualmente é filiado ao Partido Verde (PV-RJ).

³⁰ Referência ao ditador da África Central de 1966-1979, Jean-Bédél Bokassa. Algumas fontes jornalísticas afirmam que, antes de ir para a África do Sul, o ex-presidente Jean Bertrand-Aristide teria permanecido por alguns dias na África Central.

motivos para participar da ação, já que nunca reconheceu uma dívida de bilhões com o Haiti, segundo ele.

O deputado Fernando Gabeira assevera em seu discurso que “não há na sociedade brasileira a mínima indicação da vontade de participar no Haiti. Nunca houve essa referência na sociedade brasileira.” (2004, p.18 [a]). Para esse parlamentar, o governo brasileiro deveria ter efetuado diligências junto a países do Caribe, para saber sobre os problemas no Haiti, o que não foi feito. Além do que, segundo Gabeira o governo não fizera nenhuma audiência com os parlamentares, sequer os havia consultado, para que os mesmos opinassem sobre a temática. Segundo o deputado, o debate era tardio, já que os carros estavam pintados e a caminho do Haiti. “Fomos surpreendidos”, disse o parlamentar (CRE, 2004, p.18 [a]).

Para Gabeira, os problemas brasileiros na área da segurança, principalmente nos grandes centros urbanos, faziam pensar que os gastos, assumidos pelo Brasil, nessa já iniciada Missão, seriam mais úteis nas resoluções dos problemas domésticos: “É correto utilizarmos esse dinheiro para irmos a uma área basicamente de influência americana, secundariamente de influência canadense e terciariamente de influência francesa neste momento?” segundo Gabeira (CRE, 2004, p.18 [a]). Esse mau uso do dinheiro público, bem como a missão em si, poderiam afetar a “a popularidade do Governo”, segundo o deputado. Ao final de sua intervenção, ele afirmou:

Peço a todos os companheiros que prestem atenção nisso e façam valer a vontade do Congresso de ser consultado e de discutir. Não vi neste Congresso brasileiro uma audiência pública que tratasse da questão interna do Haiti. Não foi enviada uma pessoa ao Haiti. Não temos contato com uma força política do Haiti. Todos os exilados haitianos estão nos Estados Unidos, no Canadá ou, terciariamente, na França. Não temos nada, nada, nada de vínculo com o Haiti, exceto a nossa responsabilidade com país americano, exceto a nossa responsabilidade como membro de uma organização americana. Em sendo assim, a decisão de ir lá não é a melhor maneira de utilizarmos nem o nosso desejo de prestígio internacional, nem o pouco dinheiro que temos no momento (CRE, 2004, p.18 [a]).

O senador da base governista, Cristovam Buarque (PT-DF), posteriormente filiado ao PDT, expressou posicionamento diferente ao do deputado Gabeira. O senador buscou mostrar que a missão era de paz, ou seja, que ela não tomaria o partido de nenhum grupo no Haiti, pois estaria sob a égide da ONU. O entendimento do senador era o de que

“queremos, neste momento, que se façam as eleições no Haiti, para que a democracia seja restabelecida” (CRE, 2004, p.26 [a]). Para ele, se o Congresso Nacional não aprovasse o envio das tropas, poderia ocorrer uma situação desfavorável à imagem do Brasil. Ele também perguntou ao ministro Celso Amorim:

Se não enviarmos as tropas o que acontecerá com as nossas relações com as Nações Unidas, e o que acontecerá no Haiti? Farão falta os nossos homens e mulheres – as tropas não são só de homens? Corremos o risco de tragédias ou não? O Ministério da Defesa já desenhou o cenário, se a nossa tropa matar gente, se a nossa tropa morrer? Que cenários podemos ter aqui? Quanto ao Timor, se estamos pensando em enviar, por que não, civis, professores de Língua Portuguesa, de História? Se estamos tão preocupados com a crise no Haiti, estamos defendendo as Nações Unidas para cuidar da proteção do povo palestino neste momento, ou para nós essa não é uma preocupação? (CRE, 2004, p.25 [a]).

Um deputado da oposição, Antônio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), afirmou que o Brasil foi convidado para participar da Minustah, e não para ser o comandante da missão. O parlamentar tentou mostrar uma suposta contradição na exposição do ministro Amorim; pois, segundo o deputado Pannunzio, quem quer o comando da missão é o próprio governo brasileiro, e não a ONU. O debate ficou em torno dos interesses do governo em comandar a missão, na medida em que, por demandar grande logística e estrutura, ganharia destaque na mídia e nos círculos formadores de opinião, em âmbito nacional e internacional.

Diante do exposto, torna-se particularmente interessante o fato de o deputado ter afirmado, mesmo depois de expor críticas à forma como o governo estava conduzindo a questão do Haiti, principalmente no que diz respeito ao aporte monetário, que seria bem vindo à segurança interna do país, que a atitude do governo era louvável, ainda que, a rigor, não houvesse dinheiro para isso. O fato de os jornais já haverem divulgado a ida do Brasil ao Haiti, também foi alvo de críticas por parte de deputados do PSDB e do deputado Fernando Gabeira.

Para outros, parlamentares da oposição, o envio das tropas brasileiras ao Haiti configura-se como uma ação equivocada, visto que, com essa atitude, o país entraria “na jogada econômica norte-americana e francesa para manter o domínio daqueles países.”, (2004, p.41[a]). Segundo o deputado federal, João Batista Babá (S/Partido -PA) - posteriormente integrado ao partido de extrema esquerda, PSOL - os vários movimentos sociais no Haiti não queriam forças invasoras no seu país. Segundo o parlamentar, o

Brasil teria entrado na missão para resolver um problema deixado pelos americanos e franceses. Não faria sentido, portanto, o Brasil realizar uma intervenção em uma região distante, disse ele.

Já o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) entendeu a participação do Brasil na Minustah como uma forma de recompensar os EUA por atitudes anteriores, segundo o parlamentar: “Não quero ver o Brasil envolvido num ‘vietnãzinho’. Essa atitude parece mais uma ‘média’ com os Estados Unidos, porque não fomos ao Iraque, não apoiamos a guerra do Iraque.” (CRE, 2004, p. 43 [a]). Outra questão discutida pelo deputado foi a da remuneração dos soldados que, segundo ele, recebem “US\$ 180 por mês, mas o soldado engajado [na missão] vai ganhar US\$ 1,04 mil, o que vai criar um problema terrível nas Forças Armadas brasileiras.” (CRE, 2004, p.43[a]). Para Hauly, se o Congresso Nacional aprovasse a missão, da forma como estava sendo colocada, estaria fazendo um convênio com os EUA, trazendo como consequência, num curto espaço de tempo, o incitamento à atuação dos soldados brasileiros em outras guerras pelo mundo. Ele afirma: “todos [os soldados] vão querer ir para o Iraque, já foi feito um “conveniozinho” com o Governo americano para o envio dos nossos soldados.” (CRE, 2004, p.44[a]).

A resposta dada pelo chanceler Celso Amorim para todos os questionamentos dos parlamentares foi a que o governo brasileiro tinha ciência dos vários interesses dos EUA, do Canadá, da França; e que o Brasil não seria usado como instrumento por outras nações. O ministro destacou a conquista de independência do Itamaraty em relação às principais potências mundiais, e a visibilidade desse perfil alcançada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Um fato que chama atenção é a ausência, no debate entre os parlamentares de todas as agremiações, dos motivos geradores do deslocamento temático que naquele momento está ocorrendo no Congresso. Pois, como é de conhecimento dos parlamentares, as FFAA foram responsáveis pelo regime autoritário que governou o Brasil, de 1964 até 1985, promovendo censura e crimes contra os DH. Parece-nos que essa parte da história da FFAA foi esquecida. Talvez exista a intenção de construir um novo significado para essa instituição - FFAA-, que passaria de repressora para construtora da paz.

Nota-se que as contendas iniciais acabam legadas a um patamar secundário, como exemplo, as que versam sobre os custos militares da operação no Haiti. O ministro da

Defesa reafirmou que a ONU iria reembolsar, para cada soldado, entre US\$ 1,04 e US\$ 1,2 mil dólares, e que o país teria que adquirir novos equipamentos, os quais poderiam ser usados em outras missões. Reiterou que a ONU reembolsaria os cofres brasileiros apenas com o equivalente ao desgaste do material, mas não pelos materiais comprados. Ainda mais, a ONU não estaria passando por uma crise financeira, por isso haveria “uma expectativa de reembolso: na parte de pessoal, com cerca de três meses de defasagem – o que não é tanto –; e na parte de equipamentos e outras matérias de custeio, em cerca de seis meses (CRE, 2004, p.42 [a])”, ou seja, os custos não seriam vultosos, segundo o próprio ministro da Defesa.

Depois de uma semana da reunião da CRE, é aprovado, no Congresso Nacional, no dia 19 de maio de 2004, o Decreto Legislativo que autoriza o envio das tropas brasileiras. Na mesma sessão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresenta um requerimento à Mesa Diretora do Senado, em que propõe a criação de uma comissão externa, constituída por 5 senadores, para ir ao Haiti, em julho, verificar *in loco* a atuação do BRABATT naquele país. O requerimento foi aprovado.

Antes de analisar a reunião seguinte, é importante citar a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Haiti, no evento chamado “Jogo da Paz”, um jogo amistoso entre as seleções dos dois países realizado em Port-au-Prince, em 18 de agosto de 2004 – que teve ampla cobertura da mídia brasileira. O evento não foi comentado pelos parlamentares na reunião da CRE realizada no dia 25 de novembro de 2004. Nessa sessão, foi aprovado apenas um requerimento, do qual é signatário o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele propõe a realização de uma Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, para ouvir novamente o Itamaraty sobre o andamento da Minustah (CRE, 2004, p.2[b]). Segundo o senador da base do governo, haveria:

[...] um grande interesse da parte de Deputados e de Senadores para saber como se encontram os trabalhos da Missão de Paz no Haiti, justamente levando em consideração a nossa preocupação de que a missão tenha o objetivo de promover a real democratização e pacificação daquele país. Sabemos que o Governo brasileiro designou para ajudar nos diálogos da Missão de Paz no Haiti, dentre outros, o Professor Ricardo Seitenfus e o Assessor Especial da Presidência da República Marco Aurélio Garcia (CRE, 2004, p.5[b]).

Entretanto, na realidade, o governo buscava legitimar no Congresso Nacional a prorrogação da missão no Haiti. A audiência conjunta requerida pelo senador foi realizada no dia 02 de dezembro de 2004. Nela, o ministro Celso Amorim afirma que não irá fazer uma apresentação de forma cronológica sobre a missão, pois “eu estive aqui no Senado, na Câmara e também com os Líderes falando sobre esse tema, na época em que se tratou da aprovação do envio de tropas, juntamente com o ministro José Viegas” (CRE, 2004, p.4 [c]). Em seguida, comenta a necessidade de que a ONU prorrogasse a missão no Haiti por mais seis meses: “Desejávamos que fosse por um período maior, mas, naturalmente, poderá e será prorrogado, pela minha experiência nas Nações Unidas” (CRE, 2004, p.5 [c]).

O ministro Amorim aponta alguns fatores causais do desenvolvimento da missão, e faz referência ao processo histórico comum aos dois países – Brasil e o Haiti – conforme a sua primeira visita na CRE. Os principais questionamentos dos parlamentares - da base governista e da oposição - focam na hipótese de que a população haitiana poderia perceber a presença brasileira com muita desconfiança, acarretando problemas e riscos aos soldados brasileiros. Outro apontamento importante surgido no debate foi o de o Brasil não ter qualquer tipo de ligação com as forças políticas locais. É interessante notar que os membros da CRE, agora, demonstram maior familiaridade com a temática Minustah. O chanceler Celso Amorim faz, da segunda questão, um diagnóstico positivo; segundo ele, a tal “falta de ligação com as políticas locais” foi responsável pela imparcialidade das ações brasileiras na Missão. E, tal neutralidade, contribuía positivamente para a resolução dos problemas referentes à segurança, afirmou o ele. O ministro também ressalta que os problemas de segurança “não podem ser resolvidos isoladamente da situação política, nem isoladamente da situação humanitária, da situação social, da situação econômica” (CRE, 2004, p.5 [c]).

Para ele, essa imagem positiva sobre a atuação brasileira no Haiti, pelos haitianos, só teria se concretizado naquele momento – em dezembro de 2004 -, pois vários países que deveriam contribuir desde o início da missão não enviaram, nos prazos previstos, os contingentes necessários para o cumprimento dos objetivos da missão. O ministro explicou que, com o andamento da missão, torva-se clara a necessidade de enviar mais um batalhão, provavelmente de engenharia, para cumprir “os três aspectos principais que são inter-

relacionados: a questão da estabilidade e da ordem, a questão política e da reconstrução institucional [...] e a questão econômica, humanitária e social”; que levaria ainda algum tempo para que o quesito segurança fosse resolvido de forma satisfatória, posto que as tropas brasileiras no Haiti “não são de polícia” (CRE, 2004, p.7[c]).

No debate, o ministro acrescentou que o governo estaria fazendo um “material escolar, [com] cadernos e lápis para serem entregues à população pobre do Haiti, com o mapa do Brasil e o do Haiti, com as duas Bandeiras; de modo que é efetivamente uma divulgação cultural” (CRE, 2004, p.11 [c]), de onde depreende-se a intenção de fazer com que os jovens haitianos construam uma imagem positiva sobre a missão brasileira, assim como uma forma de produzir e de divulgar uma imagem positiva, de boa gestão, do Brasil nos âmbitos nacional e internacional. O ministro também enfatizou que:

Essa operação é totalmente diferente de outras que algumas vezes foram usadas como comparação, por dois motivos: primeiro, ela é não só aprovada pelo Conselho de Segurança como constituída pelas Nações Unidas. É uma operação de estabilização – assim é o nome – das Nações Unidas; não é nem uma força criada à margem das Nações Unidas, nem uma força autorizada pelas Nações Unidas, mas composta de maneira unilateral ou com mandato exercido por outros países. Então, ela é uma força das Nações Unidas (CRE, 2004, p.6 [c] – grifo nosso).

O ministro também se referiu aos EUA de forma direta: “Para eles é um problema de imigração, é um problema de *boat people*, ou problema de narcotráfico”. E ele continua argumentando que “na medida em que o problema de *boat people* ou o de narcotráfico estejam assegurados com algumas tropas lá” no Haiti, o financiamento da Missão por parte dos EUA será menor (CRE, 2004, p.12 [c]). O chanceler quis demonstrar a consciência do Brasil uma tendência de os EUA e do Canadá a não investirem dinheiro nos países que dele precisam, quando os problemas que lhes estão diretamente relacionados são resolvidos. Contudo, acrescenta, o Brasil não teria tal preocupação, pois não haveria outro objetivo no Haiti, a não ser o da ajuda humanitária.

O senador Jéferson Peres (PDT-AM), da base governista, primeiramente afirmou que votara a favor da participação brasileira na Minustah, por se tratar de uma ajuda humanitária. Depois, questionou, se a imagem da participação brasileira no Haiti poderia

ter sua qualidade corrompida, tendo em vista um possível incidente com algum militar, ou mesmo um civil brasileiro, ocasionando, assim, um clamor por parte da população brasileira, implicando a exigência de retirada dos soldados do Haiti. O senador também fez algumas críticas à duração da missão pois, segundo ele, a Missão já teria extrapolado o mandato previsto pela ONU (CRE, 2004, p.19 [c]).

Já o senador Hélio Costa (PMDB-MG), demonstrou preocupação maior com os gastos já realizados pelo Brasil no Haiti. Busca, então, saber quais foram as despesas que a ONU já teria reembolsado ao Brasil, já que o país se encontraria na posição de devedor diante da ONU: “Qual a situação do endividamento da contribuição regular ou de outros eventuais débitos do Brasil junto à ONU? Já houve tratativas no sentido de compensar, na dívida do Brasil com a ONU, os gastos que estamos fazendo no Haiti e também no Timor Leste?” disse o parlamentar (CRE, 2004, p.19 [c]).

Nessa reunião, ficou subentendido que o Brasil permaneceria no Haiti por um longo período. O próprio ministro das Relações Exteriores afirmou, algumas vezes, que o mandato da missão poderia ser renovado por mais seis meses, sem um limite de renovação. Segundo ele “não estabelecerá um prazo fixo definitivo, porque, se tudo estivesse dando certo, a presença brasileira será muito importante” (CRE, 2004, p.26 [c]). Na visão do governo, conclui-se, as tropas brasileiras estariam aprendendo com a nova realidade no país caribenho, por isso, levaria tempo para os resultados aparecerem.

2.4.1 Reuniões da CRE, em 2005

Na sessão da CRE, em abril de 2005, foi aceita a indicação, feita pelo governo, do nome do embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, para a embaixada brasileira no Haiti. Algo muito importante, já que com um embaixador na Ilha, foi possível implementar projetos sociais e negociar de forma mais direta com o governo haitiano. O Embaixador, que estava presente na audiência, compreendia que:

[...] nossa estratégia é de somar esforços com os outros países que estão presentes lá, com os organismos internacionais dos quais nós, o Brasil e o Haiti, somos parte, para tentar criar condições de dar início à reconstrução de um país que é o único de menor desenvolvimento relativo em nosso hemisfério. A pergunta é: por

que fazer isso? Uma das respostas é a questão da solidariedade com o povo haitiano (CRE, 2005, p.12[a]).

Nessa sessão, o senador da base aliada, Hélio Costa (PMDB-MG), relatou que os senadores visitaram o Haiti em agosto de 2004. A comitiva foi integrada pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Maguito Vilela (PMDB-GO), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e pelo próprio senador Hélio Costa.

O objetivo da comitiva parlamentar foi o de observar o trabalho da tropa brasileira no país caribenho. Com base nesta visita, comentou o senador com embaixador, que ele estaria “indo para um Estado conturbado, para uma nação com praticamente guerra civil, para um Estado que sai de uma intervenção e cai em outra e que, lamentavelmente, vê o seu povo cada vez mais pobre, cada vez mais dependente” (CRE, 2005, p.15 [a]). O senador afirmou, também, que o cenário político e social do Haiti, em 2004, eram desfavoráveis aos soldados.

O parlamentar argumentou:

Recordo-me de que, no começo, as tropas brasileiras eram aclamadas, festejadas, tratadas como amigas. Hoje, já não vejo a mesma coisa. As informações que tenho é de que começam a surgir as primeiras reações. Já começamos a correr risco, inclusive com os nossos brasileiros lá (CRE, 2005, p.15 [a])

Um fato importante a se destacar é o de que, nas reuniões analisadas, não há um debate sobre os objetivos da missão traçados pela ONU, cujos temas centrais estão pautados por três dimensões: segurança, processo político e Direitos Humanos. Nem mesmo a oposição se utilizou desse critério para elaborar uma crítica, ainda que sutil ao governo Lula da Silva. Lembramos que, nesse período, já havia relatórios, como exemplo, o *Ammesty International*, indicando violações dos DH por parte de soldados da ONU no Haiti.

Na reunião realizada no dia 22 de junho de 2005, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou um importante requerimento, na medida em que demonstrou o interesse dos parlamentares pela participação do Brasil na Minustah. O teor do requerimento era um convite ao Vice-Presidente da República, José Alencar - e, então ministro da Defesa-, ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e ao General Augusto Heleno Ribeiro,

comandante da Força de Paz da ONU no Haiti (CRE, 2005 [b]), para uma Audiência Pública na CRE.

Nas reuniões da Comissão, ocorridas em junho e em novembro de 2005, foram apresentados requerimentos convidando autoridades para falar sobre o andamento da Minustah. Há um requerimento que expressa um voto – moção - de aplauso, de autoria do senador Aelton Freitas (PL-MG), ao general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, *ex-Force Commander* da Minustah, entre 2004 e 2005. Todos esses requerimentos foram adiados para as reuniões que se seguiriam.

Na sessão seguinte da Comissão, realizada em dezembro de 2005, foi votada e aprovada a moção de aplauso ao general Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Destacamos que o general Heleno foi citado por vários parlamentares em outras reuniões.

No debate empreendido na reunião, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) solicitou ao presidente da comissão que seu voto de abstenção constasse em ata. Segundo o senador, o general só havia cumprido o seu dever, por isso, não mereceria nenhum louvor: “Quem não cumpre o dever merece crítica e condenação, mas quem apenas cumpre o dever não merece voto de aplauso” afirmou o senador (CRE, 2005 [e]). E concluiu: “Está indo muito bem? Está bem. Parabéns, General. Voto de louvor? Para quem cumpre o dever? Desculpe, mas só no Brasil. Eu me abstenho³¹” (CRE, 2005, p.05 [e]).

Ressaltamos que, na análise feita, os senadores Jefferson Peres (PDT – AM) e Hélio Costa (PMDB-MG), foram os parlamentares que se destacaram na busca de informações e na propositura de requerimentos para saber como estavam as atividades das tropas brasileiras no Haiti.

2.4.2 Reuniões da CRE, em 2006

A audiência extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, realizada no dia 19 de janeiro de 2006³², destinou-se também, a debater questões relativas ao Comando do Brasil na Minustah. Na mesma sessão, foi aprovado um

³¹ O general Heleno, de forma geral é bem querido pelos parlamentares, o que ficou claro na reunião do dia 2 de abril de 2009, quando o senador Romeu Tuma (PTB-SP) lamentou o afastamento do general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, pois o mesmo vinha realizando um bom trabalho (CRE, 2009 [a]).

³² A lista dos Senadores ou Deputados Federais presentes nas reuniões de 2006 e 2007 estão no anexo 4.

requerimento - nº01, de 2006/CRE-, de autoria dos senadores Eduardo Suplicy e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), convidando o professor Ricardo Seitenfus, - enviado especial do governo brasileiro ao Haiti - para explicar o processo eleitoral no Haiti.

Depois de votar a favor do requerimento, o senador Jefferson Peres (PDT-AM) envolveu-se no debate, questionando o prazo de duração da missão brasileira. Segundo ele, o Brasil, depois de dois anos à frente da Missão, deveria passar o Comando para outro país: “Ficar lá indefinidamente, num país cuja situação pode se agravar muito mais, e custar até a perda de vidas de soldados brasileiros; acabar nos envolvendo nas questões internas daquele país. Não. Muito bem, vamos ficar lá, um ano, dois anos, depois que outros toquem o barco, [...]” (CRE, 2006, p.03[a]).

Infere-se que, para o senador, caso a missão tivesse como propósito credenciar o país ao CS/ONU, a permanência no Comando da Missão, diante de um agravamento da situação no Haiti, poderia prejudicar a imagem que governo busca construir na Minustah. Segundo ele, “pode ocorrer até um descredenciamento, se este for o objetivo do governo” (CRE, 2006, p.03[a]).

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou no debate:

Eu sei que eles estão combatendo praticamente como policia lá, há uma ação quase como de policia contra as gangues; e tem também o grupo de oposição. O novo tipo de Governo, então, tem duas frentes armadas que põem risco, é claro; as tropas que lá estão não são só brasileiros, e depois o triste acontecimento com o comando do General que faleceu³³, não quero nem usar "suicídio" aqui porque não é uma coisa que não soa bem para gente, se amargura um pouco isso, mas trouxe essa expectativa de que a sociedade, 'Bom, será que vale a pena estar lá ou não?' É claro que a gente não pode discutir se vale a pena ou não. Nós aceitamos, então temos que apoiar para que o Brasil não se retire de lá sobre o espectro de ter fracassado (CRE, 2006, p.04 – 05[a] – grifo nosso).

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs que os senadores juntamente com os deputados federais fizessem uma segunda visita ao Haiti. Segundo ele, “o Senado Federal tem sido em princípio de apoio à missão; mas é preciso que esse apoio seja sempre baseado na informação, a mais completa possível” (CRE, 2006, p.05 [a]).

³³ Referência ao suicídio do dia 7 de janeiro de 2006 do general Urano Teixeira da Matta Bacellar, comandante do setor militar da Minustah.

O senador da oposição Eduardo Azeredo (PSDB-MG) mencionou, na reunião extraordinária do dia 02 de fevereiro de 2006, um documento que ele houvera lido sobre a Minustah, provavelmente escrito pelo general Augusto Heleno. Demonstra-se, como isso, que há um diálogo entre os senadores e os oficiais do Exército. Contudo, não fica claro o conteúdo do documento.

O parlamentar Azeredo expôs algumas críticas ao governo federal, ao final de sua exposição, expressando apoio à missão e a uma visita ao Haiti. Assim, fica acordada entre os parlamentares uma comissão do Senado que, posteriormente, esteve no Haiti para vistoriar as eleições e as tropas brasileiras. Fica decidida a liderança dessa comissão pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ). Cumpre ressaltar a preocupação de alguns senadores discutindo a pertinência de o parlamentar Saturnino usar colete à prova de bala, evidenciando o clima de tensão vigente no Haiti no momento da reunião (CRE, 2006 [b]).

2.4.3 Reuniões da CRE, em 2007

A partir de 2007, inicia-se o segundo mandato do governo Lula da Silva, e uma nova composição entre base governista e oposição é formulada no Senado Federal (Ver Tabela 6).

O comando do Itamaraty continuou com Celso Amorim. Ele volta à Comissão no dia 9 de março de 2007 e diz que o país buscara “o meio justo” para resolver os problemas no Haiti, e que esta seria a visão que ele tentara “inúmeras vezes incentivar; agora grande parte da opinião pública brasileira é dominada por esse tema, e [...] nós temos interesses que são humanos, são estratégicos, são culturais, são laços espirituais, seja o que for.” (CRE, 2007, p.30 [a]). Ele acrescenta um aspecto interessante, afirmando que, com relação às atividades do ministério, “nós procuramos sempre, seja no Haiti, na África, na Bolívia, seja em muitos outros temas, salientar os aspectos não mercantis da política externa”. (CRE, 2007, p.30 [a]), defendendo a tese de que o governo preocupa-se mais com os aspectos humanos do que com as relações comerciais.

Por sua vez, o senador da base do governo, Inácio Arruda (PC do B/CE), afirma que a política externa brasileira vinha sendo alvo de várias críticas, principalmente a partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Tal crítica vinha “tanto da nossa oposição mais formal,

situada no parlamento brasileiro como, digamos assim, da oposição midiática brasileira”. E ele completou: “Tem uma certa oposição de mídia também no nosso país. E ela se faz sentir com muita força” (CRE, 2007 [a], p.06).

Na reunião realizada em novembro de 2007 foi aceita a indicação, por todos os senadores presentes, de um novo embaixador para o Haiti, o diplomata Igor Kipman.

2.4.4 Reuniões da CRE, em 2008

No dia 28 de maio de 2008, o presidente Lula da Silva realiza sua segunda visita ao Haiti. A presença do presidente em Porto Príncipe foi tensa, pois, no período, os haitianos se organizavam em protestos contra o aumento do preço dos alimentos e da pobreza do país, segundo o enviado especial da Folha de S. Paulo, no Haiti, Samy Adghirni (ADGHIRNI, Samy. “Protestos contra a fome crescem no Haiti”. *Folha de S. Paulo*, 09/04/08). No Brasil, um mês antes da visita, a mídia divulga a morte de seis haitianos envolvidos naqueles protestos. O objetivo da comitiva do presidente, que contava com a presença de alguns ministros³⁴ e outras autoridades, além de representantes de empresas brasileiras, foi a de assinar alguns convênios com o presidente do Haiti, René Preval.

Por ocasião da reunião realizada em de julho de 2008, foi aprovado o “texto da Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Defesa e das Relações Exteriores, relativo ao aumento do efetivo do contingente brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – Minustah³⁵”. Depois da leitura do texto pelo senador Romeu Tuma, não ocorreu discussão entre os senadores (CRE, 2008, p.01 [b]).

No mês de agosto de 2008³⁶, ocorreu uma Audiência Pública organizada pela CRE. O senador Suplicy (PT-SP) afirmou, então, que a própria CRE encontrava-se preocupada com a participação do Brasil na missão, a tal ponto que alguns senadores e deputados

³⁴ Estavam presentes as seguintes autoridades e ministros: o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge, o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, Edson Santos (Igualdade Racial), Nilcéia Freire (Políticas para as Mulheres), Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) e o ministro da Defesa, Nelson Jobim.

³⁵ Projeto de Decreto Legislativo nº166, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE).

³⁶ A lista dos Senadores ou Deputados Federais presentes nas reuniões do ano de 2008 e 2009 estão no anexo 5.

federais integraram uma comitiva que visitou o Haiti no ano de 2004. Essa viagem teria constatado os inúmeros problemas enfrentados pelos soldados brasileiros no início da missão no Haiti. Um fato curioso desta reunião é o de não ter ocorrido qualquer menção – pró ou contra - sobre a visita da comitiva brasileira ao Haiti - meses antes. A Audiência contou com a presença de David Josué, delegado de uma associação haitiana chamada *Haitian Lawyers Lid ership Network*. O haitiano mostrou aos senadores um documentário que “revelou” abusos cometidos pelos soldados da Minustah. Da interpretação dos discursos dos senadores infere-se a existência de cenas de violência contra crianças e mulheres, no bairro Cite Soleil, protagonizadas por soldados da ONU sob a responsabilidade dos oficiais brasileiros, na medida em que a exibição do documentário gerou muitas polêmicas na sessão. O senador da oposição, Heráclito Fortes (DEM-PI), indagou do convidado David Josué, se as pessoas que apareciam “mortas, baleadas, feridas, foram baleadas e feridas por tropas brasileiras? Ele ainda indagou: “Nenhum conflito é feito pela polícia haitiana, é sempre tropa da ONU?”(CRE, 2008, p.5 [b]).

O vídeo causou mal estar aos senadores governistas. Por isso, o senador Suplicy (PT-SP) reagiu, afirmando que o caso visto necessitava de todos os esclarecimentos possíveis, sobre quem seriam os responsáveis e quais os motivos da violência. Por seu turno, o senador Mesquita Júnior (PMDB- AC), reiterou que votara contra a participação brasileira na Minustah. A senadora da base governista, Marina Silva (PT-AC), afirmou:

[...] é tudo muito forte. Acho que o nosso papel aqui é o de indagar, por quê; se não houve apuração de responsabilidade, o nosso papel é o de indagar; tem toda a razão o Senador Eduardo Suplicy, com todo respeito que temos pelo esforço que está sendo feito de coordenar uma missão com a complexidade que tem essa. Mas, nada justifica essas atrocidades que nós acabamos de ver (CRE, 2008, p.10 [b]).

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI), um dos mais ativos opositores, com apoio dos senadores da Comissão, argumentou que o representante da *Haitian Lawyers Lid ership Network* David Josué, foi trazido por um membro do Governo. Desse ponto, é possível depreender que o governo Federal já teria conhecimento dos atos de violência como os apresentados no documentário do Haiti. O senador pediu uma cópia do vídeo para enviá-la para o ministro dos Direitos Humanos. Ele disse que:

[...] estou solicitando agora, em caráter de emergência, uma audiência com V. Ex^a; evidentemente, participando com o Ministro da Defesa. Eu acho que esses fatos, eles são graves. Não importa se são antigos ou se são recentes, mas eles são graves. Eu acho que merece, por parte do governo brasileiro - que é o responsável -, uma resposta (CRE, 2008, p.11/12).

O senador Mesquita Júnior (PMDB- AC)³⁷, depois de ver o vídeo, argumentou que o Haiti precisava de uma ajuda humanitária e não militar. Segundo ele, o governo brasileiro deveria investir na área da saúde, no combate a Aids, em projetos nas áreas sociais, nas áreas educacionais, no apoio à agropecuária tropical e, se possível, na expansão do turismo, para gerar emprego para os haitianos (CRE, 2008, p.16 [b]).

Adversamente, na reunião da comissão, no dia 02 de abril de 2009, houve o embaixador Paulo Wagner de Miranda, afirma que a participação brasileira na operação da ONU havia gerado uma imagem positiva do país. O fato é importante nessa análise por não ter sido levantada qualquer contestação por parte dos senadores da oposição presentes na sessão.

2.4.5 Reuniões da CRE, em 2009

Na sessão do dia 17 de junho de 2009, ocorreu uma Audiência Pública na CRE, requerida – no dia 06/11/2008 - pelo senador José Nery (PSOL-PA) “para discutir a presença das tropas brasileiras no Haiti”³⁸. Os expositores convidados foram:

[...] a conselheira Gilda Motta Santos Neves, Chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores. Sr. Aderson Bussinger, Advogado, [...], membro da Comissão de Direitos Humanos OAB-Rio e Diretor do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, que também participou da Comissão do Haiti, em 2007. Sra. Sandra Quintela, Coordenadora da Rede Jubileu Sul; Sr. Antônio Lisboa Leitão de Souza, representando a Coordenação Nacional de Lutas, Conlutas, e Didier Dominique, representante da Organização Haitiana Batay Ouvryie (CRE, 2009, p.06[b]).

³⁷ O senador Mesquita Júnior é de uma ala do PMDB que não está alinhada com o governo Lula da Silva.

³⁸ Aprovação do Requerimento nº59, de 2008 – CRE, de autoria do senador José Nery, foi na sessão do dia 06/11/2008.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) traz uma informação importante para Audiência, sobre a participação do Brasil na Minustah. Ele diz que uma comissão de parlamentares da CRE visitou o Haiti, em 2008 e verificou o trabalho dos soldados brasileiros no Haiti. A situação apontada pelos senadores da comissão foi a de que a situação do país ainda era tensa.

A chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores, Gilda Motta Santos Neves, dirigiu-se à Comissão dizendo que, para compreender o Haiti, os parlamentares teriam de conhecer a história política do país, com ênfase no período pós-Aristide e no do início da Minustah. Ela também referiu-se à composição e aos objetivos da missão. Segundo Gilda Motta, “o contexto internacional, na própria ONU, não era, na época, especialmente favorável ao Haiti. Não havia muito interesse, de imediato, dos membros permanentes do Conselho de Segurança, em se envolver na questão haitiana” (CRE, 2009, p.10 [b]). Ressaltamos que a exposição dela difere daquela enunciada pelo ministro das Relações Exteriores ao participar de uma Audiência na CRE, em 2004. Na época, o ministro Celso Amorim afirmou que a ONU estava interessada na resolução dos problemas no Haiti e que já havia elaborado um relatório sobre a situação do país. Relatório, esse, que foi utilizado pelo governo brasileiro para que o Congresso Nacional aprovasse o envio das tropas brasileiras ao Haiti. Por sua vez, a conselheira Gilda Motta Santos Neves afirmou que a ação brasileira na Minustah, traria à tona uma abordagem diferente das relações exteriores do Brasil, ou seja, o princípio da não indiferença, da solidariedade com os outros países, no caso o Haiti. A missão em si, também tem uma composição diferente das outras missões, pois seria composta por muitos países latino-americanos.

Na opinião da conselheira, naquele momento, a situação do país era melhor que em 2004. Ela argumentou que voluntários e haitianos já circulavam na capital do país. Os capacetes azuis, como são chamados os soldados da ONU, já andavam sem os coletes à prova de projéteis. Todavia, fica nítido na exposição da conselheira, que os desafios permaneciam, sobretudo na área de desenvolvimento social e econômico. Para ela, sem fomento da economia do país com avanços no desenvolvimento social, ficaria complicada a retirada das tropas da Minustah no Haiti. Na esfera do desenvolvimento o Brasil:

[...] realiza também um arcabouço muito grande de cooperação bilateral, em áreas diversas, como processamento de caju, saúde da mulher, construção de cisternas, recolhimento e processamento do lixo, formação profissional na modalidade chamada sul-sul, entre países em desenvolvimento. Entre cooperação e assistência humanitária, só no ano passado, o Brasil despendeu mais de 30 milhões de reais com o Haiti, para além de qualquer despesa e investimento que seja feito via Minustah (CRE, 2009, p10 [b]).

Em um tom de defesa da continuação da missão, a Chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores destacou que inúmeras metas ainda não haviam sido cumpridas. Fez referências à questão da segurança, ao treinamento da PNH, à estabilidade política, à diminuição da taxa de mortalidade, dentre outras. Sobre o aspecto social, a diplomata lembrou que há muitas ONGs atuando no Haiti. Segundo a conselheira, os trabalhos que elas desenvolvem estão ligados à esfera humanitária, como organização de asilos e distribuição de alimentos (CRE, 2009, [b]).

O Advogado e membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-Rio e Diretor do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos, Aderson Bussinger, afirmou: “Eu não preciso, aqui, reiterar o que a imprensa sempre vem divulgando, o que todos são unânimes em reconhecer: a situação de extrema miséria que perdura no Haiti” (CRE, 2009, p.11 [b]). Ele disse que haveria uma repressão muito grande da Polícia Nacional Haitiana (PNH), e da Minustah, contra os movimentos sociais e sindicais. Destaca-se que Aderson é próximo da agremiação partidária PSTU, sigla que é abertamente oposicionista ao governo Lula da Silva³⁹.

Fica claro na fala do representante da OAB que as resistências feitas pelos haitianos contra as injustiças sociais no país são retaliadas pela PNH, que tem apoio do Exército brasileiro, por intermédio da Minustah. Nas suas próprias palavras: “A polícia à frente, na repressão direta, e a Minustah, quando há mobilizações sindicais, atuando enquanto retaguarda disto; no constrangimento, atuando dessa maneira” (CRE, 2009, p.11[b]).

O representante da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) ligado aos partidos PSOL e PSTU, Antônio Lisboa Leitão de Souza, destacou que foi ao Haiti e constatou os vários problemas que vivem os haitianos, mas, segundo ele: “lamentavelmente, nós não temos encontrado uma única linha na imprensa brasileira, dando conta do que se passa lá”

³⁹ Um fato que corrobora para nossa informação de que o PSTU é abertamente oposicionista ao governo Lula da Silva e a participação do Brasil na Minustah é a existência no site deste partido de uma campanha para saída das Tropas brasileira no Haiti. http://www.pstu.org.br/especial_haiti.asp. Acessado dia 20/11/2010.

(CRE, 2009, p.15 [b]). Ressalta-se que a entidade Conlutas é crítica da administração do governo Lula.

Ele afirmou que o Brasil poderia ter um papel diferente nas relações internacionais se optasse por outra forma de atuação no país caribenho. Se a ênfase fosse dada à cooperação econômica e social, e não à força que garante somente a “permanência ou a conservação de um Governo que não tem resultado no desenvolvimento social” (CRE, 2009, p.16-17 [b]). A perspectiva sobre a missão, para o representante da Conlutas, é a de que o Haiti estaria inserido em “grande acordo internacional, que atribui a uma periferia não a urbana, mas a uma periferia econômica, um papel determinado de exploração econômica, e não de desenvolvimento econômico” (CRE, 2009, p.16 – 17 [b]).

O jogo empreendido no campo simbólico também fica evidente neste momento: ao se trazer para o debate membros abertamente oposicionista ao governo Lula da Silva. Ocorre que, o senador José Nery (PSOL-PA), como proponente da Audiência Pública, detém a prerrogativa de escolher os membros da mesa do debate. Ilustrando: a “Luta simbólica é consequência do exercício do poder simbólico, que por sua vez é maior naquele agente que ocupa melhor posição no campo” (BOURDIEU, 2001; p. 29).

Didier Dominique, dirigente da Organização *Haitiana Batay Ouvryie*⁴⁰ (vinculada a 1ª Internacional), apresentou aos parlamentares um cenário negativo da atuação das tropas que integram a Minustah. Para ele, a Minustah seria uma intervenção militar que teria como interesse apoiar os grandes empresários dos Estados Unidos da América (CRE, 2009, p.18-22[b]).

Conforme o dirigente, a Minustah é o braço armado dos países ricos. A partir desse pressuposto Dominique conclui que os países ricos querem explorar as regiões caribenhas. Segundo ele os empresários haitianos:

[...] começaram a matar todos os porcos dos camponeses com uma suposta “gripe suína”, que depois descobriram que não existia. Eles simplesmente mataram os porcos. Todos sabemos como os porcos são importantes para os camponeses. Quando alguém fica doente, quando alguém morre, quando há uma catástrofe, eles vendem um porco (CRE, 2009 [b]).

⁴⁰ A Organização *Haitiana Batay Ouvryie* é um sindicato de trabalhadores haitianos.

Dominique relatou que os soldados da missão desrespeitaram os direitos humanos. Uma evidência desse desrespeito, segundo Dominique, seria a “expulsão de 108 soldados do Sirilanka, acusados pelo estupro de meninas entre 8 e 12 anos” (CRE, 2009, p [b]). A Missão, conforme ele, “atua cada vez mais em apoio às forças mais reacionárias e mais arcaicas. É a opção clara das multinacionais e dos norte-americanos, num projeto já escrito preto no branco. Eles têm de vir para cá para realizar esse projeto” (CRE, 2009, p. 18-22 [b]).

Diante dos argumentos dos participantes da Audiência Pública, o senador da oposição, José Nery (PSOL-PA), afirmou que se deveria fazer mais uma visita ao Haiti e conversar com as lideranças sindicais e estudantis. Para o senador seria importante “ouvir o povo haitiano, através de suas organizações, para que possamos ter um olhar mais completo sobre esses fatos todos, tirando as lições necessárias, as orientações necessárias, sobretudo, quem sabe, aí buscando redimensionar a missão.” (CRE, 2009, p. 23 [b]).

No debate, o senador Mesquita Júnior (PMDB-AC), afirmou que a ONU não tinha mais credibilidade, já que depois de os Estado Unidos terem invadido o Iraque sem a autorização do CS, a ONU começou a sofrer um processo de desmoralização perante a comunidade internacional. (CRE, 2009, p. 24 [b]). O senador lembrou-se da missão na República Dominicana, nos anos de 1960, que, segundo o parlamentar, foi tutelada pelos EUA. Em sua visão, a Minustah seria para o Brasil um trampolim para um assento no Conselho de Segurança da ONU:

Achei fantástica a convocação dessa Audiência Pública, porque a gente não pode deixar o sangue coalhar. É uma missão, o Brasil está envolvido, e aí cresce muito a nossa responsabilidade. ‘Foi autorizado, está lá, agora vamos, deixa que o pessoal cuida’. Não. Precisamos estar atentos mesmo. Se houver a conivência, a omissão, se houver a ação brasileira, por menor que seja, no sentido de referendar, permitir abuso na área de Direitos Humanos, violência contra trabalhadores, eu serei o primeiro aqui a esperar e berrar nesse Congresso Nacional (CRE, 2009, p. 24 [b]).

No entendimento da chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores, Gilda Motta Santos Neves a Minustah não seria uma missão humanitária, por isso, não se poderia cobrar algo que não foi pedido pela ONU. Segundo ela, a missão “tem alguns elementos de tratamento de questões, por exemplo, de Direitos

Humanos, de fortalecimento das instituições do país, mas não é uma missão de característica humanitária” (CRE, 2009, p. 29[b]). Ela concluiu, lembrando que a questão da segurança é fundamental, pois sem ela as agências humanitárias e ONGs não poderiam atuar no Haiti (CRE, 2009 [b]).

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), questionou se haveria envolvimento de soldados brasileiros nos casos de ação violenta ou de desrespeito aos direitos humanos como o de “estuprar menores, meninas, e que teria sido constatado isso e verificado e qual foi o procedimento? Se, porventura, existiu isso” (CRE, 2009 [b]).

A diplomata respondeu que não havia envolvimento de brasileiros nesses casos, mas sim de outras nacionalidades. Já o sindicalista haitiano encerrou afirmando algo importante sobre a primeira visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Haiti em 2004:

Na primeira, com a Seleção Brasileira, ele foi aplaudido e recebido quase como um deus. Na segunda, três ou quatro anos depois, em 2008, ninguém foi recebê-lo. Nós queríamos entregar a ele formalmente uma carta, que está no dossiê que nós apresentamos também. Não deixaram. Queríamos fazer uma manifestação para demonstrar nosso repúdio. Não deixaram. Formalmente, legalmente, a polícia não tem direito de proibir uma manifestação (CRE, 2009, p. 37[b]).

Na última sessão da CRE de 2009, que tratou da participação do Brasil na operação da ONU no Haiti, realizada no dia 06 de agosto de 2009 é aprovado o envio de uma delegação composta por integrantes da Comissão que visitaria o Haiti entre os dias 13 a 15 de agosto de 2009. O objetivo da delegação foi o de vistoriar a participação das tropas brasileira no Haiti, assim como aprofundar as relações bilaterais entre os dois países⁴¹. A comitiva foi composta pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), presidente da comissão, Flávio Torres (PDT-CE), Gerson Camata (PMDB-ES), João Pedro (PT-AM), o suplente de senador, Eurípedes Pedro de Camargo (PT-DF), o deputado estadual por Minas Gerais, Lafayette de Andrada e representantes do Itamaraty.

Em seu discurso na sessão, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) trouxe algo sobre a participação do Brasil na missão da ONU. Afirmou que a missão “visa contribuir para o processo de reestruturação do país”, pois não há só militares, mas médicos, engenheiros entre outros profissionais, segundo ele. Lembramos que o senador era

⁴¹ A comitiva utilizou um avião da Força Área Brasileira nesta visita.

até então, um crítico da operação da ONU. E mais, ele ainda declarou algo muito interessante sobre uma viagem que fez ao Haiti em 2007:

[...] cheguei a dizer que, quando apreciamos, no Senado, autorização para o envio de tropas [Em 2004], eu havia votado contra, [...] e, após a visita ao Haiti [Feita em 2007]⁴², cheguei a dizer aqui, e também na tribuna, que, se tivesse feito essa viagem anteriormente àquele momento e se outra autorização chegar ao Senado Federal, aqui, votarei a favor, porque me dei conta e me convenci de que é importante a participação das tropas brasileiras naquele país(CRE, 2009, p. 6 [c])

O relato do senador é relevante, já que transparece a imagem positiva que os senadores estão fazendo da missão no Haiti.

Sobre a visita de agosto de 2009, constatamos que a comitiva dos senadores brasileiros foi recebida pelo presidente René Préval, pelo comandante geral da Minustah Hedi Annabi e pelo general Floriano Peixoto, comandante do *Force Commander*. O rito oficial que se deu à recepção dos senadores no Haiti demonstrou a importância atribuída à visita do parlamento brasileiro naquele momento. Na oportunidade, há um apelo do governo haitiano pela permanência do Brasil no país, atendido pelos senadores que visitavam a região.

Posteriormente, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-SP) que participou da visita ao Haiti, declarou ao jornal do Senado Federal que “desejamos não só participar da estabilização, mas também da recuperação e desenvolvimento econômico do país” (Agência Senado/Jornal do Senado).

2.4.6 Reuniões da CRE, em 2010

O ano de 2010 foi marcado pelo maior terremoto da história do Haiti. Além de um número altíssimo de mortos na população, conforme já descrito neste trabalho, constata-se que a missão no Haiti perdeu, além de vidas, todo um trabalho de seis anos. Tal contexto trouxe novamente o tema da participação brasileira na Minustah à pauta da CRE.

A reunião do dia 08 de abril de 2010 foi conjunta, ou seja, estavam presentes além de membros da CRE, os membros de outras Comissões Permanentes do Congresso

⁴² Visita não oficial realizada em 2007. O senador visitou o Caribe e somente passou pelo Haiti.

Nacional. Na reunião, o ministro de Estado Paulo de Tarso Vennuchi ressalta que era a primeira vez que as Forças Armadas, em massa, participava de um curso sobre Direitos Humanos para atuar no Haiti, segundo o ministro, uma missão ligada aos Direitos Humanos.

Em várias reuniões da CRE em 2010⁴³, a Minustah passa a ser vista como um exemplo positivo de atuação do Brasil, deixando de haver críticas, por parte da oposição, à atuação das tropas brasileira no Haiti. Aliás, até o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que votara contra a participação brasileira (em 2008), afirma na reunião de junho de 2010, que buscava uma forma de reflorestar o Haiti.

Na sessão de dezembro de 2010, o presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), da oposição, relatou dados sobre a Minustah. O senador afirmou que o Brasil encontrava-se:

[...] com 2.187 militares no Haiti, na Minustah, incluindo companhia de engenharia com 250 homens. O total de policiais, de militares lá é de 8.651 de 19 países, e ainda 3.146 policiais de outros 51 países, quer dizer, é uma força realmente muito variada em termos de nacionalidades.

O senador continua, afirmando que após o terremoto tornara-se necessário a permanência das tropas brasileiras no Haiti. Além de ser agente mantenedor de segurança, a missão deveria, segundo o senador, ser “também uma missão que atue na infraestrutura e na criação de emprego para os haitianos”, ou seja, de reconstrução do país e de desenvolvimento social.

O presidente da Comissão citou os meios de comunicação para demonstrar que o cenário político continuava sem uma definição, pois haveria incerteza em relação ao segundo turno das eleições haitianas. A questão do treinamento das tropas foi outro tema citado pelo senador. Ele acreditava que tal ação seria importante, pois o treinamento dos soldados no Haiti seria um demonstrativo do “sucesso na ocupação do morro, no Rio de Janeiro”, isto é, os soldados brasileiros na Minustah seriam um instrumento para a Segurança Pública brasileira.

⁴³ A lista dos senadores ou deputados federais presentes nas reuniões do ano de 2010 estão no anexo 6.

-----*-----*

Na análise da CRE fica claro que os debates mais fervorosos aconteceram quando havia a presença de algum ministro, como ocorreu nas sessões de 2004 ou nas Audiências Públicas - vide as sessões de 2010. Mas, mesmo com esses instrumentos, a oposição ao governo Lula da Silva não elaborou um discurso coeso contra a política externa brasileira, pelo contrário, do ano de 2009 a 2010, os senadores apoiaram abertamente a participação brasileira na Minustah.

Destacamos que, conforme a Tabela 9 - em que consta a relação dos presidentes das reuniões da CRE- na quinquagésima terceira legislatura do Congresso Nacional, a maior parte da presidência das reuniões foi ocupada pela oposição, que também não fez do cargo um instrumento de críticas ao governo. Assim sendo, e na medida em que a construção de uma imagem é o resultado de um processo cumulativo de interações, o processo da construção da imagem da participação brasileira na Minustah foi impelido a adotar a visão governamental, representada pelos parlamentares da base aliada ao governo Lula da Silva, já que corroborada pela ausência de uma ação ordenada da oposição. Dessa forma, a falta de críticas à participação brasileira no Haiti se entrelaça ao conceito de poder simbólico, já citado. Bourdieu afirma que há uma cumplicidade dos agentes do campo simbólico na elaboração do poder. Nesse caso, nossa hipótese é confirmada, na medida em que o debate dentro desse campo foi dominado pelas posições do governo federal.

Cap. 3 A MÍDIA IMPRESSA E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA MINUSTAH.

Neste capítulo, o objetivo é apresentar uma análise da cobertura jornalística da participação brasileira na Minustah realizada pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, no período compreendido entre janeiro de 2004 até o primeiro semestre de 2011. Demonstrar-se-á que, nesses sete anos de missão, os três jornais tiveram percepções distintas sobre os vários momentos de incertezas relativos à atuação dos *peacekeepers* brasileiros no Haiti. Tal processo se coaduna com o objeto deste trabalho que busca compreender a repercussão na opinião pública obtida pela participação do Brasil na Minustah, cuja hipótese está pautada pela ideia de que a percepção dessa participação está ligada mais à visão do governo brasileiro, que à dos críticos a ela.

Para efetivar este trabalho, foram analisadas de forma sistemática, 1.078 matérias jornalísticas distribuídas conforme a tabela abaixo.

TABELA 10 – Matérias Analisadas da Mídia Impressa Brasileira

Ano	FSP		OESP		O Globo		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
2004	101	20%	46	14%	24	10%	171	16%
2005	24	5%	30	8%	8	3%	62	6%
2006	83	18%	52	16%	18	8%	153	14%
2007	38	8%	34	9%	18	8%	90	9%
2008	33	6%	40	11%	47	19%	120	11%
2009	40	9%	35	10%	30	12%	105	10%
2010	145	30%	94	27%	89	36%	328	30%
2011 ⁴⁴	20	4%	19	5%	10	4%	49	4%
Total	484	100%	350	100%	244	100%	1.078	100%

Fonte: *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*

O trabalho realizado por Lauriani Porto Albertini (2006), “Imprensa e Forças Armadas no Brasil: Pós-Guerra Fria (1995-1998)”, auxiliou esta pesquisa por demonstrar que os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* expressam enfoques diferentes sobre a questão militar brasileira. Segundo ela, há uma visão liberal, encontrada na *Folha*

⁴⁴ A análise limita-se até março de 2011.

de *S. Paulo* “cuja ênfase recai na economia”; e uma visão realista ou conservadora, expressa em *O Estado de S. Paulo* “cuja ênfase recai sobre a Segurança Nacional”. Para Albertini, “essas duas visões influenciam e determinam o tipo de tratamento que os periódicos analisados deram à temática das Forças Armadas” (2006, p.108).

O artigo de Vivian Perón (2008) “O discurso da *Folha de S. Paulo* e a Missão de Paz no Haiti: o espaço da cultura na construção da narrativa do real” foi importante por tratar do mesmo tema deste capítulo, qual seja, a percepção da participação brasileira na Minustah pela mídia impressa do Brasil. A autora fez um recorte cronológico de reportagens sobre a missão que será aqui ampliado sob dois aspectos: o do número de periódicos analisados e o da extensão temporal, pois nossa análise abrange o período compreendido entre 2004 e maio de 2011, ao passo que Perón aborda o período correspondente a junho de 2004 e o final de 2008. A autora divide o material jornalístico feito pelo jornal *Folha de S. Paulo* em três fases distintas, a saber: a ida dos soldados brasileiros ao Haiti, o processo eleitoral de 2006 e a situação pós-eleitoral. Neste trabalho, foram abertas duas novas fases, a primeira, versa sobre o terremoto e a reconstrução do Haiti; a segunda trata dos novos problemas relacionados à participação do Brasil na missão.

De acordo com Pierre Bourdieu, já citado neste trabalho, que faz uma análise sobre mídia e poder:

As relações de comunicação são sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o potlatch, podem permitir acumular poder simbólico (BOUDIEU, 1989; p. 10).

Conforme exposto acima, os meios de comunicação cumprem a tarefa política de legitimar ou deslegitimar um grupo ou classe social em relação a outros. Nesse sentido, a comunicação pode servir como um meio de impor uma percepção de mundo sobre um determinado caso ou fenômeno (BOUDIEU, 1989).

3.1 Os soldados brasileiros: rumo ao Haiti.

O conjunto de matérias dos três jornais, analisadas, entre os anos de 2004 e 2005, corresponde a 22% do total de matérias veiculadas sobre o tema, e estão distribuídas conforme a tabela abaixo:

TABELA 11: Distribuição das matérias jornalísticas nos anos de 2004 e 2005

PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS	FSP	OESP	GLOBO
Editoriais	11(6%)	-	-
Agências de Notícias Internacionais	57 (33%)	30 (40%)	10 (31%)
Dos enviados ao Haiti	27 (15%)	9 (11%)	-
Da redação ou sucursal	67 (38%)	34 (44%)	12 (37%)
Artigos de Opinião	8 (5%)	2 (3%)	3 (11%)
Colunistas	5(3%)	1(2%)	7 (21%)
Total	175 (100%)	76 (100%)	32(100%)

Fonte: *Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo*

Na análise, ficou evidente a grande quantidade de matérias reproduzidas das agências internacionais. As principais agências de notícias, referenciadas nas matérias que circularam ao longo da cobertura da missão, nos três jornais são: Efe (da Espanha), Associated Press - muitas vezes identificada por “AP” - (dos Estados Unidos), a France Presse (França) e a Thomson Reuters - ou apenas Reuters - (desde 2007 do Canadá). Como mostra a tabela acima, correspondem: na *Folha de S. Paulo* a 33%; em *O Estado de S. Paulo*, a 40%; e em *O Globo* a 31% das informações em que se embasam esses meios para noticiar a participação do Brasil na Minustah entre 2004 e 2005.

Um problema encontrado no tratamento dado a essas fontes pelos jornais consiste no fato de as matérias analisadas tenham como referência apenas o termo “Agências Internacionais”, sem especificar exatamente qual era a agência utilizada como fonte. Também é ordinário o uso da agência de notícia British Broadcasting Corporation - ou apenas “BBC” (Grã-Bretanha) -, por esses periódicos.

Em relação às notícias elaboradas no Brasil, o problema se encontra no pequeno número de matérias assinadas pelos jornalistas ou editores responsáveis, pois muitas delas são subscritas pela expressão “Da redação”. Outra questão, é a de que, às vezes, há a subscrição do jornalista, mas o seu nome encontra-se abreviado, prejudicando a identificação do profissional.

No ano de 2004, o jornal *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* deslocaram ao Haiti seus enviados especiais⁴⁵, conforme mostra o quadro abaixo. O jornal *O Globo* não enviou jornalistas ao Haiti, mas utilizou *freelancer* para fazer a cobertura jornalística, por isso esse profissional não foi citado nas tabelas sobre os profissionais da imprensa enviados ao Haiti.

TABELA 12: Jornalistas enviados ao Haiti em 2004

FOLHA DE S. PAULO		O ESTADO DE S. PAULO	
Jornalistas	Matérias	Jornalistas	Matérias
Ricardo Bonalume Neto	8	Eduardo Nunomura	2
Sérgio Rangel e Eduardo Scolese	3	José Maria Mayrink	1
Sérgio Rangel	2		
André Soliani	2		
Sergio Torres	1		
Total	16	Total	3

Fonte: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*

Quando enviado ao Haiti, em 10 de julho de 2004, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Ricardo Bonalume Neto teve toda a sua despesa paga pelo Ministério da Defesa e, em 24 de setembro, ele também teve a cortesia do Ministério da Defesa para ir ao Haiti. O jornalista da *Folha*, André Soliani, também viajou ao Haiti a convite do Itamaraty em dezembro desse ano.

O fato acima é relevante, pois demonstra que o próprio governo, com o apoio das FFAA, busca legitimar suas ações servindo-se da imprensa.

A *Folha de S. Paulo* veicula, em matérias do início de 2004, que “Aristide foge; força internacional chega” (01/03/2004); posteriormente, a jornalista da *Folha* Ana Flor, afirma “Brasil não mandará tropas agora” (02/03/2004). Já, *O Estado de S. Paulo*, destaca matéria do especialista em assuntos militares, Roberto Godoy, que afirma em matéria “Brasileiros devem entrar em combate no Haiti” (06/05/04). *O Globo* destaca a reportagem de Eliane Oliveira “Forças brasileiras só irão num segundo momento” (02/03/04); e, da mesma jornalista “Brasil pode comandar missão no Haiti” (05/03/04). Essas reportagens não se diferem muito entre si, todas especulam sobre o que o Brasil encontraria no Haiti e

⁴⁵ Estamos contando especificamente os jornalistas que produziram algum tipo de matéria, sendo que não foram relacionados nesta pesquisa fotógrafos, dentre outros profissionais da área jornalística.,.

qual seria o papel do país na estrutura da missão. Pela análise, podemos afirmar que os três jornais percebiam positivamente a entrada do Brasil na Minustah.

Também ocorreram algumas comparações, a saber: *O Estado de S. Paulo* compara a missão no Haiti à UNAVEM. Segundo Tânia Monteiro “A missão seria semelhante à de Angola, porque será principalmente de reconstrução do país, embora haja o trabalho de manutenção da paz” (MONTEIRO, Tânia. “Brasil deve comandar força de paz no Haiti”. *O Estado de S. Paulo*, 05/03/04,). As matérias analisadas também afirmam que o histórico do Brasil na ONU, como integrante de missões de paz , levou o país a ser indicado pela instituição para liderar as tropas de vários países que atuariam na ilha caribenha. (“Brasil mandou soldados para várias missões”. *Folha de S. Paulo*, 16/05/04).

Destacamos que não ocorreu, da parte destes meios, um questionamento sobre as funções das FFAA e de sua história, marcada, dos anos de 1964 até 1985, por uma postura autoritária que provocou várias restrições aos direitos civis, políticos e sociais. Em vez dessa abordagem, os jornais optaram por tratar sobre as hipóteses referentes àquilo que seria encontrado pelas tropas brasileiras no Haiti. Os prognósticos foram os seguintes: falta de logística, já que o país se encontra em estado de guerra civil, carente de comida e até de estradas que facilitassem o trânsito dos próprios capacetes azuis brasileiros; tal perspectiva é comum aos três periódicos. *O Estado de S. Paulo*, através de seu enviado especial, Eduardo Nunomura, mostra o cenário precário na segurança pública, afirmando que há somente 2.300 soldados da PNH no país, em contraste com uma população de 10 milhões de pessoas (NUNOMURA, Eduardo. “Brasil assume hoje missão da ONU no Haiti”. *O Estado de S. Paulo*, 01/06/04).

Destacamos três importantes temas abordados pelos periódicos para serem analisados. O primeiro deles, diz respeito à comparação entre os eventos que no momento ocorriam no Haiti e a ocupação do Iraque, liderada pelos Estados Unidos, em função da proximidade temporal dos fatos.

Relacionamos três temas importantes destacados pelos periódicos no ano de 2004. O primeiro tema, é o da comparação, entre as ações da ocupação do Iraque, liderada pelos Estados Unidos, e os eventos que estavam ocorrendo no Haiti, em função da proximidade temporal dos fatos.

O segundo, trata do entendimento auferido pelos periódicos de que a atitude brasileira, de assumir uma missão com a envergadura da Minustah, tem como objetivo específico a entrada do país no Conselho de Segurança da ONU já que conforme matéria de Jamil Chade, correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, trata-se de uma ação no Haiti para disputar uma cadeira permanente no CS/ONU (CHADE, Jamil. “Missão no Haiti pode ajudar País no CS da ONU” (*O Estado de S. Paulo*, 05/05/04). O editorial da *Folha* também chama a atenção para o uso político da missão no Haiti:

Outro aspecto que tem sido lembrado para encorajar a participação brasileira está na postulação do país a um assento permanente no Conselho de segurança da ONU. Trata-se de uma reivindicação que parte da correta avaliação de que a ordem mundial já mudou significativamente desde o final da 2ª Guerra Mundial, o que justificaria uma ampliação do colegiado que detém poder de fato na ONU (“Missão Brasileira”. *Folha de S. Paulo*, 06/03/04).

O terceiro tema versa sobre o uso das Forças Armadas em missões internas no Brasil, apontando que as tropas no Haiti, na realidade, estariam em um treinamento para, posteriormente, serem usadas contra os traficantes nos morros do Rio de Janeiro, conforme todos os meios de comunicação analisados, com destaque para a matéria de André Soliani e Eduardo Scolese do jornal *Folha de S. Paulo*, afirmando no dia 16/05/04, que o “Haiti é treino para ação no Rio, diz Exército”.

Como vimos no mês de maio de 2004, no Congresso Nacional, uma parte do debate entre os parlamentares da oposição ao governo Lula da Silva foi realizada com base em matérias jornalísticas. Segundo o nosso exame, o ano de 2004 representou 20% das matérias pesquisadas, ou seja, havia uma quantia considerável de material jornalístico circulando no período.

Contudo, a aprovação pelo Congresso da ida dos soldados ao Haiti não provocou, na imprensa, qualquer debate maior sobre a questão (“Senado autoriza envio de missão brasileira para estabilizar Haiti”. *Folha de S. Paulo*, 20/05/04).

Após a saída das tropas, o evento mais comentado foi o chamado “Jogo da Paz” ocorrido em 18 de agosto de 2004, entre a seleção brasileira e a haitiana, com ampla cobertura de mídia. Foi consenso entre os jornais, que o jogo foi usado como instrumento diplomático para aproximar os dois países, segundo a matéria dos enviados especiais ao Haiti da *Folha de S. Paulo*, Eduardo Scolese e Sérgio Rangel, “Diplomacia de chuteiras:

Seleção é ovacionada na capital do Haiti”, que cunhou o termo “diplomacia da chuteira” (19/08/04). Na semana do jogo, foi realizada uma campanha pelo desarmamento, gerando alguns artigos jornalísticos, mas em comparação ao jogo, a divulgação da campanha foi menor. *O Globo* destacou os gastos da CBF com o jogo no Haiti, que nas palavras do colunista Ricardo Noblat, “Saiu barato” (16/08/04). Em alguns momentos, a participação do Brasil na Minustah tornou-se fato secundário em relação ao jogo, o que foi objeto de maior destaque na mídia.

Consideramos possível uma analogia entre a ideia da “diplomacia de chuteiras” e o conceito de Soft Power adotado pela diplomacia brasileira, verificado na literatura especializada sobre Relações Internacionais. Explica-se: O debate sobre o custo da Missão foi outro tema que gerou matérias comparando o Haiti com o Brasil. Lembramos a música de Caetano Veloso, exposta na epígrafe deste trabalho: o Haiti é aqui. Também o jornal *O Globo* destaca-se entre os periódicos analisados, por adotar essa mesma perspectiva de Caetano ao em relação à insuficiência de investimento na segurança pública no Brasil, isto é, considera que aquilo que o que governo federal fizera na ilha Caribenha poderia tê-lo feito nas favelas do Rio de Janeiro. Ressaltamos que, como o jornal *O Globo* tem sede no Rio de Janeiro, é compreensível o foco de suas matérias nessa comparação. A pergunta feita pelo colunista Ricardo Noblat foi recorrente em várias matérias ao longo do ano; quanto “custará o envio de 1.200 soldados brasileiros para integrarem a Força de Paz da ONU no Haiti?” (NOBLAT, Ricardo. “País ganha nova moeda”. *O Globo*, 13/12/04). No final de 2004, houve ampla divulgação de matéria abordando o tema das parcerias do Brasil com o Haiti. Principalmente a do programa de alimentação, que prometia ajuda para a merenda e material escolar, com apoio do Banco Mundial e da Embrapa conforme matéria de Lourival Sant Anna de *O Estado de S. Paulo* “Amorim lança programa de Alimentação hoje no Haiti”, do dia 20/12/04. Como exposto por Paulo Gustavo Pellegrino Correa (2009), os programas entre os dois países não geram frutos políticos, e muitos nem chegaram a sair do papel.

Já em 2005, deu-se destaque para o fato de que os países participantes não enviavam mais soldados para o Haiti. A falta de soldados é considerada motivo de instabilidade no Haiti. Pela falta deles, os grupos armados efetivam vários roubos e ataques. Desses episódios resultaram alguns soldados brasileiros feridos, mas nenhum com gravidade,

notícia *O Globo* “Soldados brasileiros são feridos no Haiti”, do dia 26/02/05. O corresponde internacional, Jamil Chade, expressa a opinião do ministro das relações exteriores Celso Amorim, na matéria “Brasil quer mais tropas no Haiti” de *O Estado de S. Paulo*, do dia 05/03/05, que mostra a preocupação do ministro com a instabilidade social naquele país. Na mesma edição do jornal, indica-se o propósito de renovação da missão, fato que ocorreu no mês de março de 2005.

Depois de mais de seis meses decorridos do ano de 2005, o contingente está quase completo e as tropas da Minustah realizam a Operação Punho de Aço, o que gera matérias de apoio por parte da imprensa analisada, conforme o Colum Lynch para o jornal *O Estado de S. Paulo* “Uma ONU ofensiva: mais riscos”, do dia 16 de agosto de 2005. Os jornais destacam que a lentidão noticiada em 2004 não será a toada do ano de 2005, pois a questão da segurança seria prioritária para as tropas brasileiras. Conforme a matéria:

Agora, os soldados de capacetes azuis estão demonstrando uma renovada disposição para usar um considerável poder de fogo contra grupos armados que consideram uma ameaça aos esforços pela paz (LYNCH, Colum. “Uma ONU ofensiva: mais riscos”. *O Estado de S. Paulo*, 16/08/05).

No ano de 2005, tanto o jornal *Folha de S. Paulo*, como o *Estado de S. Paulo* enviaram jornalistas ao Haiti, sendo que *O Globo* utilizou-se das Agências Internacionais para fazer sua cobertura jornalística.

Destacamos que, em abril de 2005, a enviada especial da *Folha*, Carolina Vila-Nova teve parte de sua viagem paga pela ONG Jubileu Sul e o jornalista Fabiano Maisonnave também teve parte de suas despesas pagas pelo Ministério da Defesa. Os enviados ao Haiti são:

TABELA 13: Jornalistas enviados ao Haiti em 2005

FOLHA DE S. PAULO		O ESTADO DE S. PAULO	
Jornalistas	Matérias	Jornalistas	Matérias
Fabiano Maisonnave	5	Eduardo Nunomura	4
Guilherme Roseguini e Paulo Cobos	1	José Maria Mayrink	2
Carolina Vila-Nova	3		
Ricardo Bonalume Neto	2		
Total	11	Total	6

Fonte: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*

Quando a missão completa um ano, o editorial da *Folha de S. Paulo* expressa claramente sua visão sobre a participação brasileira no Haiti:

A missão brasileira no Haiti completa um ano neste mês em meio a crescentes sinais de fracasso. Com efeito, a atuação da Minustah (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti), sob comando do Brasil, vem acumulando críticas e a violência voltou a recrudescer no país caribenho. Pior, muitos já falam que não será possível realizar eleições no segundo semestre deste ano, como estava previsto. Nessas circunstâncias, discutir se a intervenção da ONU impediu ou não a eclosão de uma guerra civil naquele país torna-se uma questão acadêmica. Objetivamente, a missão não está sendo capaz de realizar seu propósito maior, que era o de criar um ambiente seguro no qual os próprios haitianos, com apoio técnico e financeiro da comunidade internacional, pudessem aprimorar suas instituições. Na prática, o auxílio jamais chegou nos volumes necessários (“O Brasil no Haiti”. *Folha de S. Paulo*, 14/06/05 - grifo nosso).

Já, o jornal o *Estado de S. Paulo* mostra o ponto de vista oficial ao veicular uma entrevista com o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que comandou o início da missão de julho de 2004 até agosto de 2005, feita pelo seu enviado especial ao Haiti, o jornalista Eduardo Nunomura. Na matéria desse jornalista “General pede paciência com o Haiti”, o general Heleno expõe os vários problemas enfrentados para efetivar a missão conforme o previsto pela ONU: 1) a falta de soldados que falavam francês, o que causou problemas para interpretar alguns comandos e para entender a população; 2) a falta de infraestrutura: “não havia água encanada em muitos lugares, nem eletricidade e muito lixo pela rua, além do problema da violência”, 3) a falta de compromisso em relação ao envio do dinheiro prometido por alguns países. “De que adianta US\$ 1 Bilhão em doações de nações ricas para um Haiti miserável, se esse dinheiro não chega?”, disse o general (NUNOMURA, Eduardo, “General pede paciência com o Haiti”. *O Estado de S. Paulo*, 18/09/2005). O jornal *O Globo* também se utiliza de entrevistas de autoridades, ou de artigos de opinião (TORRES, Demóstenes. “Lula é melhor no Haiti”. *O Globo*, 25/10/05.), aproximando-se da conduta de *O Estado de S. Paulo*, que optou por veicular maior número de matérias expressando opiniões de autoridades em vez de a de seus jornalistas. Assim, percebe-se que a *Folha de S. Paulo*, a partir daquele ano, teria uma postura mais crítica sobre a participação do Brasil na missão que a dos outros dois jornais.

Os periódicos analisados chegaram a noticiar, nos primeiros meses do ano de 2005, que a eleição geral no Haiti seria no dia 20 de novembro e que o segundo turno, se ocorresse, seria no dia 11 de dezembro do mesmo ano. Todavia, no mês de outubro, a eleição foi adiada por falta de segurança no país, conforme o jornal *Folha de S. Paulo* “Haiti adia eleições gerais pela quarta vez” do dia 12/10/2005.

Mesmo que alguns enviados especiais do jornal *Folha de S. Paulo*, como vistos acima, tenham recebido apoio financeiro do Itamaraty ou do Ministério da Defesa para suas viagens e estadia no Haiti, não foi identificada qualquer influência dessas instituições sobre as matérias produzidas. Acrescentamos que, a partir de 2005, a *Folha de S. Paulo* foi mais crítica na sua maneira de expressar as notícias que *O Estado de S. Paulo*, cuja visão expressa aproxima-se da visão governamental. *O Globo* não produziu qualquer matéria que se destacasse entre as já produzidas pelas agências de notícias internacionais.

Com o prazo estipulado para a realização das eleições no Haiti se aproximando, há uma percepção de que as tropas brasileiras poderiam deixar o país caribenho no ano seguinte (2006), mas as tropas lá permaneceram.

3.2 O Processo eleitoral haitiano em 2006

O volume de matérias analisadas, veiculadas em 2006, é de 153 recortes, ou seja, 14% do total. Como nesse ano ocorreram as eleições na ilha caribenha, foi elaborado o Gráfico 4, demonstrando o volume de matérias sobre o fato. A distribuição das matérias analisadas está na tabela abaixo:

TABELA 14: Distribuição das matérias jornalísticas no ano de 2006

PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS	FSP	OESP	GLOBO
Editoriais	2(3%)	1 (2%)	-
Agências de Notícias Internacionais	15(17%)	21(40%)	11(61%)
Dos enviados ao Haiti	23(27%)	17(33%)	-
Da redação ou sucursal	38 (44%)	10 (19%)	4(22%)
Artigos de Opinião	5 (6%)	2 (4%)	2(11%)
Colunistas	2 (3%)	1 (2%)	1(6%)
Total	83 (100%)	52(100%)	18(100%)

Fonte: *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*

O jornal *Folha de S. Paulo* enviou, ao longo do ano de 2006, seis jornalistas ao Haiti. Com destaque para a jornalista Andréa Michael, que viajou ao Haiti a convite do Ministério da Defesa. *O Estado de S. Paulo* enviou o jornalista José Maria Mayrink, e *O Globo* trabalhou com *freelancer* no Haiti, por isso, novamente, não elaboramos uma tabela específica para esse jornal.

TABELA 15: Jornalistas enviados ao Haiti em 2006

FOLHA DE S. PAULO		O ESTADO DE S. PAULO	
Jornalistas	Matérias	Jornalista	Matérias
Fabiano Maisonave	9	José Maria Mayrink	17
Iuri Dantas	8		
Eduardo Simões	1		
Andréia Michael	1		
José Ernesto Credendio e Fabio Makahashi	1		
Fabiano Maisonave e Jorge Araújo	3		
Total	23	Total	17

Fonte: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*

O fato mais divulgado pelos meios de comunicação antes das eleições do dia 7 de fevereiro de 2006, foi o suicídio do general Urano Teixeira da Matta Bacellar, segundo comandante brasileiro da Minustah, entre agosto de 2005 e 7 de janeiro de 2006, quando foi encontrado morto⁴⁶ (“General brasileiro morre no Haiti” *O Globo*, 08/01/06). O editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 08/01/06, assim como a matéria do jornalista José Maria Mayrink, enviado especial do Estadão ao Haiti demonstraram o ponto de vista de que a morte do oficial abalava a imagem do Brasil no comando da missão, já que haveria apenas um mês até o início do processo eleitoral (Mayrink, Maria. “Morre general brasileiro no haiti”, *O Estado de S. Paulo*, 08/01/06 e “Morte abala política externa de Lula”. (*Folha de S. Paulo*, 08/01/2006). Todos os jornais analisados discutem se haveria possibilidade, depois do suicídio, de o Brasil continuar no comando da missão. Formalmente, o término da missão ocorreria em fevereiro do mesmo ano de 2006. (“Lula deve manter missão do Exército brasileiro no Haiti”. *Folha de S. Paulo*, 08/01/06) e o

⁴⁶ Sobre esse tema foram publicadas 14 matérias no jornal *Folha de São Paulo*, 5 matérias no jornal *O Estado de São Paulo* e 4 em *O Globo*. O fato também é objeto de matéria veiculada na revista *Veja* (18/01/2006) que tem como manchete “Um suicídio no atoleiro do Haiti”.

Globo, conforme os jornalistas Sérgio Pardellas e Hugo Marques “ONU diz que general se matou” do dia 08/01/06.

O debate levantado pela mídia teve como foco a dúvida sobre se a missão seria renovada, e se o Brasil teria o comando da missão; como a matéria da jornalista de *O Estado de S. Paulo*, Tânia Monteiro “Brasil vai lutar para manter o comando das forças de paz no Haiti”, do dia 09/01/06. Contudo, as duas hipóteses têm resposta em poucas dias, já que a missão é renovada e o Brasil fica com o comando. O novo comandante das tropas no Haiti passa a ser o general José Elito Carvalho Siqueira, conforme Leila Suwwan e Eliane Cantanhêde da *Folha*, na manchete “Brasil continua no comando no Haiti, diz ONU” (10/01/06). A renovação foi feita, na medida em que a ONU estaria satisfeita com o trabalho do Brasil no Haiti, segundo a reportagem de Leila Suwwan da *Folha*: “ONU está "satisfeita" com atuação do Brasil” (12/01/2006).

Mas, sem dúvida nenhuma, podemos afirmar que a morte do general constituiu-se em um dos momentos mais tensos da participação do Brasil na missão, até aquele momento. A percepção da participação do Brasil na Minustah pelos meios de comunicação, no ano de 2006, seria diferente dos anos anteriores, ou seja, as matérias serão mais críticas à participação do Brasil no Haiti; no caso da *Folha*, esse posicionamento já está claro desde 2005.

Nesse quadro, o *Estado de S. Paulo*, noticia que “Tropa pode sair do Haiti este ano”, segundo Tânia Monteiro (12/01/06) e “Alencar prevê saída das tropas até o fim do ano”(12/01/06) segundo os jornalistas Pedro Dias Leite e Eduardo Scolese da *Folha de S. Paulo* demonstrando que esses jornalistas se coadunam na observação pela mesma perspectiva, ou seja, a de que o Brasil poderia sair do Haiti, naquele mesmo ano, se o processo eleitoral ocorresse dentro da normalidade, possibilitando ao próprio Estado haitiano providenciar a segurança necessária para os seus cidadãos.

Como exposto, esse foi o período em que ocorreram de forma mais intensa as críticas à missão, sendo que *O Estado de S. Paulo* optou por matérias mais sóbrias, sem muitos adjetivos e por apresentar opiniões de autoridades relacionadas à missão. Como, por exemplo, “Minustah é acusada de ‘fragilidade’” (28/01/06) matéria assinada pelo correspondente internacional, Reali Junior. O jornalista destaca que os soldados da ONU ainda não conseguiam entrar em bairros de Porto Príncipe como Cité Soleil, região

dominada por traficantes e que, naquele momento, três franceses estavam em mãos de sequestradores. Tais fatos maculam a imagem da participação brasileira, posto que já se passara mais de um ano e meio desde que os soldados chegaram ao Haiti, sem ocorrer mudanças significativas no cenário social do país. Um segundo exemplo, “Tropa pode sair do Haiti este ano” segundo Tânia Monteiro (12/01/06) também de *O Estado de S. Paulo*.

Em outras matérias o jornal o *Estado de S. Paulo* utiliza-se das declarações do próprio embaixador Juan Gabriel Valdés, chefe da missão de paz. Um exemplo está na matéria “ONU admite que desarmamento no Haiti fracassou”, do dia 4 de fevereiro de 2006, quando Valdés diz para o *Estado de S. Paulo* que há problemas na missão, principalmente na área de desarmamento da população. Com as armas, as gangues sequestram cidadãos comuns, promovem assaltos e o tráfico de drogas. Conforme o embaixador:

[...] a dificuldade em desarmar a população civil - um dos objetivos da missão que envolve mais de 9 mil militares e policiais da ONU - advém do fato de que não existe, no país, um ambiente em que as pessoas se sintam seguras para abrir mão do que pode ser não só seu único meio de proteção, mas também seu sustento (“ONU admite que desarmamento no Haiti fracassou” (*O Estado de S. Paulo*, 4/02/06).

A matéria citada acima, em que o comandante da esfera militar, o general José Elito Siqueira, também reconhece a dificuldade do desarmamento das gangues e dos indivíduos haitianos; e, a publicada em *O Globo*, que data do mesmo dia, afirmando em manchete “ONU admite fracasso no Haiti”, demonstram que esses dois veículos buscam empregar os argumentos das autoridades envolvidas na missão para mostrar os problemas no Haiti.

Aqui devemos ponderar, pois a Constituição haitiana de 1987 permite ao cidadão ter porte de arma. Não foi encontrada na literatura especializada qualquer menção a alterações jurídicas que modificassem essa situação no país caribenho.

Já o jornal *Folha de S. Paulo*, faz uma cobertura diferente. O exemplo está na matéria do dia 29 de janeiro de 2006, em que as jornalistas Laura Capriglione e Marlene Bergamo publicam uma entrevista realizada com três soldados do Brasil que estiveram no Haiti. Os soldados “revelaram” as condições de vida no Haiti na reportagem intitulada: “Soldados revelam o horror da vida no Haiti”, em que percebemos um sensacionalismo explícito no título da matéria, o que deixaria o leitor com a percepção de que não haveria

futuro para missão no Haiti. Segundo o entrevistado, que não é identificado pela reportagem, matar no Haiti é muito fácil, bastando dizer que se usou a munição para dispersar um grupo de manifestantes, para que o oficial responsável pela munição aceitasse a justificativa. Um dos soldados revela que chegou a matar dois haitianos que não foram contabilizados como mortes em decorrência de confrontos entre manifestantes e tropas da ONU. Segundo um dos soldados entrevistados:

Dizer que o nome é ‘missão de paz’ dá uma impressão errada sobre o que está acontecendo no Haiti. [...] Até parece que esse nome é para tranquilizar as pessoas no Brasil. Na verdade, não há dia em que as tropas da ONU não matem um haitiano em troca de tiros. Eu mesmo, com certeza matei dois (CAPRIGLIONE, Laura; BERGAMO, Marlene “Soldados revelam o horror da vida no Haiti”. *Folha de S. Paulo*, 29/01/06).

Em resposta aos fatos da matéria acima, a também jornalista da *Folha*, Carolina Vila-Nova, publica, na mesma edição, entrevista do tenente-coronel Fernando da Cunha Matos que, por telefone, nega ter ocorrido qualquer abuso dos soldados brasileiros no Haiti, segundo a matéria “Tropa cumpre regras rígidas, diz militar” (29/01/06). Segundo o tenente-coronel Matos “todos, os soldados, independentemente do contingente, são treinados para agir segundo regras da ONU, pelas quais o direito de defesa deve ser proporcional à agressão sofrida”. Os soldados são treinado e as regras são rígidas e, conforme o tenente- coronel, “para você abrir fogo diretamente contra uma pessoa, ela tem de estar armada, apontando e atirando em você. A regra é tão restrita que, se essa pessoa virar de costas e fugir, você não pode atirar nela, ainda que ela já tenha atirado em você”.

Ainda no mês de janeiro, a questão da falta de apoio financeiro internacional à missão no Haiti é tema tratado pelo enviado especial do Estadão ao Haiti, José Maria Mayrink (MAYRINK, José Maria. “Países doadores temem pelo Haiti”. *O Estado de S. Paulo*, 15/01/06). *O Globo* explora a questão dos custos “Quanto custa a missão militar no Haiti”. (09/01/06). Sob esse aspecto, no caso de *O Globo*, tona-se ordinário comparar a atuação do governo no Haiti com a segurança pública no Rio de tendo como presuposto que enquanto no Rio de Janeiro haveria um significativo déficit na segurança pública, o governo Lula da Silva investeria na Minustah.

Novamente, em fevereiro, *O Estado de S. Paulo*, utiliza-se de depoimentos de autoridades para noticiar o cenário eleitoral haitiano (MAYRINK, José Maria. “No Haiti, 33 disputam presidência” 6/02/06). O jornalista do Estadão relata algumas propostas dos principais candidatos ao pleito haitiano, em que se constata o fato de todos os principais candidatos declararem aceitar a permanência das tropas da Minustah, indicando a necessidade de tropas estrangeiras no Haiti para garantir a ordem. Em relação às opiniões no Brasil, a matéria “Estabilização e segurança são desafios para candidatos no Haiti”, de *O Estado de S. Paulo*, expõe a opinião do deputado federal Fernando Gabeira (PV), que também defende a permanência das tropas brasileira no Haiti, argumentando que a participação brasileira é necessária, visto que, segundo o deputado, “retirar soldados é mais difícil do que enviar”. O deputado fez parte de um grupo de parlamentares enviados ao Haiti como observadores (MAYRINK, José Maria. “Estabilização e segurança são desafios para candidatos no Haiti”. *O Estado de S. Paulo*, 06/02/2006). Nessa mesma edição, o deputado Gabeira fala da destinação de verbas específicas para o contingente brasileiro: “O Brasil já gastou R\$200 milhões com as tropas em Porto Príncipe, mais de quatro vezes o que foi gasto com a segurança no Rio (R\$ 46 milhões) no mesmo período” (MAYRINK, José Maria. “Gabeira defende tropas no país”. *O Estado de S. Paulo*, 06/02/2006).

O dia da eleição, 7 de fevereiro de 2006, é marcado por confusões, atrasos e mortes. No mesmo dia, a jornalista da BBC no Haiti, Carolina Glycerio, escreveu à *Folha de S. Paulo* “votação no Haiti começa com mais de uma hora de atraso”, referindo-se à falta de organização e a um blecaute (GLYCERIO, Carolina. “Votação no Haiti começa com mais de uma hora de atraso”. *Folha de S. Paulo*, 07/02/06). Essas matérias são importantes quanto, no caso específico da eleição, os jornais indicaram que os principais problemas dos eleitores foram causados, na realidade, pela comissão responsável pelo pleito, a CEP, e não pela Minustah.

O Estado de S. Paulo, conforme afirmado anteriormente nesse trabalho, expõe sua visão retratando as opiniões de entrevistados; neste caso o entrevistado é o embaixador brasileiro e chefe do Departamento para o Caribe, Gonçalo Mello Mourão que, por intermédio do enviado especial José Maria Mayrink, no dia 08/02/06, patenteia sua visão na matéria “Atrasos, tumultos e mortes no Haiti”, em que o embaixador expõe sua visão positiva sobre o processo eleitoral. Como fica claro, o embaixador tenta relativizar os

problemas eleitorais. Contudo, a visão dele não se confirma; pois, no dia seguinte, segundo o próprio Estadão, são atribuídas ao processo eleitoral: fraude e lentidão, gerando um sentimento de desconfiança sobre o resultado do pleito. Na matéria “Haiti terá prontidão até a posse”, o comandante da Minustah, o general José Elito Carvalho Siqueira, anunciou “[...] que manterá até a posse do novo presidente da República, em 29 de março, o esquema de segurança montado para as eleições [...], quando toda tropa foi mobilizada”, e que ficara satisfeito com o desempenho das tropas no pleito. (MAYRINK, José Maria. “Haiti terá prontidão até a posse”. *O Estado de S. Paulo*, 9/02/06).

Adversamente às visões positivas sobre o processo eleitoral, ocorreram protestos por parte dos partidários de Préval, que saíram às ruas reivindicando a vitória do seu candidato, que segundo o jornal *O Estado de S. Paul*, contava “com 48,7%, contra Leslie Manigat, 11,8% e Baker com 7,9%” (MAYRINK, José Maria. “Manifestante é morto no Haiti”, 14/02/06). Já o jornal *Folha de S. Paulo*, no mesmo dia, destaca que o CS/ ONU renovou por mais seis meses a Minustah, isto é, manter-se-ia a Missão até o dia 15 de agosto de 2006, conforme a matéria “Brasil não pretende sair em breve do Haiti”, da colunista do jornal, Eliane Cantanhêde. Um dos motivos para a renovação seria o de a ONU temeria que uma retirada súbita das tropas pudesse acirrar a violência na capital do país. Tal fato é muito relevante, na medida em que, como já exposto, depois do suicídio do general Bacellar, ocorreu um período de incerteza sobre a permanência da missão no Haiti (“O que foi e o que fica”. *O Globo*, 20/02/06).

A *Folha de S. Paulo*, do dia 15 de fevereiro de 2006, afirma “Brasil defende vitória de Préval no Haiti, mesmo sem 50% dos votos”; e, na mesma matéria, diz que Préval é apoiado por uma ampla massa de haitianos, ou seja, pode-se inferir que o caos e a violência seriam evidentes se o resultado não fosse logo declarado a favor de Préval (MAYRINK, José Maria. “Países pressionam por definição no Haiti, sem segundo turno”. *O Estado de S. Paulo*, 16/02/06).

Conforme a *Folha de S. Paulo*, a incapacidade do Brasil em resolver o dilema eleitoral, além de provocar uma agitação entre os movimentos sociais pró Préval, gerou críticas da comunidade internacional, assim como posições conflitantes no governo brasileiro, segundo a jornalista Cláudia Dianni:

A proclamação do candidato René Préval como novo presidente do Haiti é a ‘melhor solução’ para a situação do país, segundo avaliação do governo brasileiro. A informação é do assessor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia (DIANNI, Cláudia. “Brasil defende vitória de Préval no 1º turno”. *Folha de S. Paulo*, 16/02/06).

A declaração do então assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, criou um mal estar no governo Lula da Silva, pois, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que o resultado final das eleições seria dado pelos próprios haitianos. (MAYRINK, José Maria. “Países pressionam por definição no Haiti”. *O Estado de S. Paulo*, 16/02/06).

Nessa leitura da *Folha* sobre o processo eleitoral há uma percepção de que o Brasil é o único responsável pela solução dos problemas no pleito, fica claro, portanto, o viés sensacionalista do jornal.

O Estado de S. Paulo, por sua vez, afirma que o imbróglio eleitoral foi solucionado depois que a CEP resolveu fazer uma “manobra” nas regras de contagem dos votos:

“Quem achou a saída foi o embaixador canadense, que foi buscar, na Constituição da Bélgica, um paralelo capaz de derrubar o impasse criado no Haiti, quando Préval se declarou vencedor, denunciando “fraudes maciças ou erros grosseiros” nas urnas. Sugeriu-se que, se o decreto eleitoral previa a contagem dos votos em branco sem determinar o que fazer com eles, a CEP poderia distribuí-los entre os candidatos. Aceita a sugestão, Préval pulou dos 48,76% de um placar paralisado desde o meio-dia de segunda-feira para os 51,15% que lhe garantem a vitória.” (MAYRINK, José Maria “Manobra define eleição no Haiti”. *O Estado de S. Paulo*, 17/02/06).

O jornal *O Estado de S. Paulo* também promoveu críticas ao processo eleitoral, como fica claro no seu editorial, do dia 18 de fevereiro de 2006, “Casuísmo pela paz no Haiti”, opinando que prevalecera no final do processo eleitoral haitiano o “jeitinho brasileiro”. Conforme o texto, a medida tomada foi necessária para evitar maiores danos, além de mortes no país, pois “Porto Príncipe estava na iminência de mais uma explosão popular”. O casuísmo, conforme o texto, encontra-se no fato de o grupo dos 5 - ou o *Core Gruop* (Canadá, Chile, Estados Unidos, França e Brasil) - buscar, na Bélgica, um modelo para interpretar o processo eleitoral haitiano. Os adversários de René Préval criticaram a decisão tomada pelo CEP e o grupo de países amigos. Manigat chegou a afirmar que a

decisão fora “um golpe de Estado” (“Casuísmo pela paz no Haiti”. *O Estado de S. Paulo*, 18/02/06).

Já o editorial da *Folha de S. Paulo*, do dia 19 de fevereiro, fez uma dura crítica à condução do processo eleitoral. A citação é longa, mas necessária:

O desfecho da controversa eleição presidencial no Haiti não traz um saldo positivo para a atuação do Brasil. O Itamaraty e o Planalto cederam ao argumento, de resto verossímil, de que a anulação do pleito, marcado por graves indícios de fraudes, seria estopim potencial para uma explosão de violência naquele país do Caribe. Em nome da "Realpolitik", Brasília, aliada às demais diplomacias interessadas na estabilização do Haiti, ajudou a desferir um golpe no processo eleitoral. A hipocrisia e a desfaçatez com que as autoridades brasileiras trataram a violação de um princípio democrático pioram o quadro. Mudar as regras de contagem dos votos depois de o escrutínio ter sido realizado é uma manobra que não seria aceita no Brasil, nos Estados Unidos nem na França. No entanto, os governos desses países não apenas a acataram de bom grado como a incentivaram no caso do Haiti. Pior para o Brasil, que lidera a missão de paz das Nações Unidas no país caribenho e apenas disfarça com malabarismos verbais o fato de ter sido o mentor da intervenção heterodoxa. A idéia saiu do "pequeno riacho brasileiro, que foi sendo engrossado por outras águas, que se transformaram num caudaloso rio haitiano", declamou Paulo Pinto, embaixador em Porto Príncipe. Manobrar para eleger presidente o franco favorito René Préval no primeiro turno foi uma decisão "elástica", nas palavras do mesmo diplomata. Ou um "atalho político", como prefere um encabulado Ricardo Seitenfus, enviado especial do governo brasileiro ao Haiti. O golpe fora anunciado de antemão pelo assessor para assuntos internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia. Ao encabeçar as gestões para violar a regra do jogo eleitoral no Haiti, o Brasil lembra a ação das potências ocupantes no colonialismo clássico. Supõe que os haitianos possam se contentar com qualquer idéia aproximada de democracia, mesmo que se desvie em pontos fundamentais do modelo que não aceita casuísmos, muito menos para eleger o chefe de Estado. É uma "democracia" mais ou menos, moldável às ocasiões. Certamente haveria riscos ponderáveis e bastante imediatos caso a opção fosse respeitar as regras do jogo, como defendeu esta Folha. A instabilidade social e institucional no Haiti não precisa de muito para desaguar em violência generalizada. E o cancelamento do pleito -ou mesmo a realização de um segundo turno- poderia ser um catalisador a levar ao descontrolo. Mas o Brasil e a ONU estão no Haiti para ajudar a construir uma democracia moderna. Nessa missão, jamais poderiam concordar com soluções que não as canônicas. Se fosse para optar pelo "atalho político", era melhor que a diplomacia e os militares brasileiros tivessem ficado em casa. Esse é o tipo de desfecho que põe o essencial a perder, porque cede à mesma lógica que tem feito do Haiti um dos regimes políticos mais instáveis do planeta (“Atalho no Haiti, *Folha de S. Paulo*, 19/02/06).

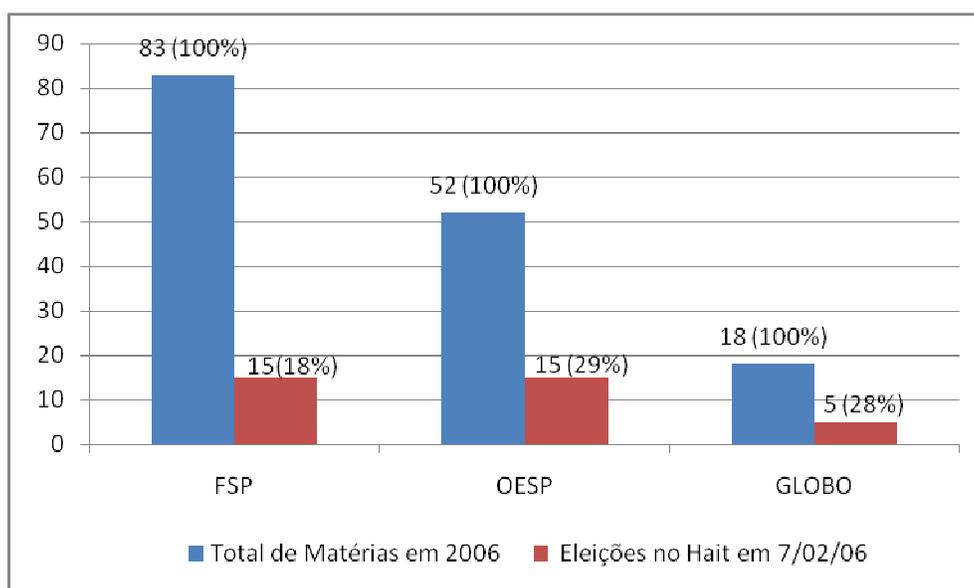
Para realizar a cobertura das eleições haitianas, estavam no Haiti os jornalistas da *Folha*, Fabiano Maisonave, Iuri Dantas e Jorge Araújo; e do *O Estado de S. Paulo* estava

o jornalista José Maria Mayrink. *O Globo* utilizou-se, novamente, de *freelancer* e das agências de notícia internacionais para cobrir as eleições.

A *Folha de S. Paulo* fez matérias mais interpretativas sobre a participação do Brasil no processo eleitoral, como exemplo, “Trabalho de brasileiro é elogiado em Porto Príncipe” (07/02/06) e a matéria de Pedro Dias Leite, “Brasil não deixará Haiti tão cedo, diz Lula” (10/02/06); ou seja, ambas buscam mostrar alguns posicionamentos e problemas da participação brasileira na missão.

Já o *Estado de S. Paulo* ficou mais preocupado em noticiar o processo eleitoral em si, como exemplo, a matéria de José Maria Mayrink “No Haiti, 33 disputam presidência” (05/02/06) e do mesmo jornalista “Haiti terá prontidão até a posse” (09/02/06). Nas matérias do *O Estado de S. Paulo* fica perceptível a ênfase no pleito haitiano.

GRÁFICO 4 – Matérias sobre o Processo Eleitoral no Haiti em 2006



Fonte: *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*

Em março de 2006, ocorreu a visita do presidente eleito René Préval ao Brasil. Segundo a *Folha de S. Paulo*, o presidente apoiou a presença brasileira no seu país: "Os soldados brasileiros têm um papel importante no Haiti; vamos pedir a manutenção de sua presença no componente militar da Minustah, afirmou Préval na Comissão de Relações

Exteriores do Senado, em Brasília” (“Presidente eleito do Haiti quer que Brasil mantenha tropas no país”. *Folha de S. Paulo*, 10/03/06).

A *Folha*, para expressar um clima desfavorável à manutenção de tropas brasileiras no Haiti publica a matéria de Rafael Cariello em 30 de outubro de 2006, “Fórum acaba rachado e critica Brasil”, em que é exposto o texto final da Assembleia dos Movimentos Sociais, ocorrida durante o 6º Fórum Social Mundial, em Caracas, na Venezuela, a qual “exigiu a retirada das tropas estrangeiras do Haiti”, comandadas pelo Brasil.

Lembramos que, nesse período, já havia relatórios, como exemplo, o Human Rights Watch World Report 2006 - Haiti, indicando violações dos DH por parte de soldados da ONU no Haiti, mas não ocorreu qualquer análise dos veículos de comunicação sobre tal relatório.

Segundo Defleur e Ball-Rokeach (1993), os veículos de comunicação são uma fonte de modelos simbólicos, ou seja, isso significa que ao entrarem em contato com certas informações os leitores passariam a compreender os eventos, ou parte deles, influenciados pela visão desses veículos. Nesse caso, a repetição constante de matérias contrárias à participação do Brasil na Minustah poderia promover uma imagem negativa dessa participação.

3.3 O período pós-eleitoral de 2007 e 2009

O número de reportagens analisada nesses três anos corresponde a 30% do total pesquisado. A distribuição das matérias está conforme a tabela abaixo.

TABELA 16: Distribuição das matérias jornalísticas entre os anos de 2007 e 2009

PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS	FSP	OESP	GLOBO
Editorial	1(1%)	3 (3%)	-
Agências de Notícias Internacionais	36 (32%)	59(54%)	56(58%)
Dos enviados ao Haiti	29 (26%)	7(6%)	-
Da redação ou sucursal	39(35%)	37(34%)	33(34%)
Artigos de Opinião	4(4%)	2(2%)	3(4%)
Colunistas	2(2%)	1(1%)	3(4%)
Total	111(100%)	109(100%)	95(100%)

Fonte: *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*

O jornal *Folha de S. Paulo* destaca o envio de jornalistas ao Haiti no período de 2007 a 2009. O jornalista da *Folha de S. Paulo*, Raphael Gomide, viajou a convite do Exército brasileiro, assim como a jornalista Damaris Giuliana de *O Estado de S. Paulo*.

TABELA 17: Jornalistas enviados ao Haiti entre os anos de 2007 e 2009

FOLHA DE S. PAULO		O ESTADO DE S. PAULO	
2007			
Jornalistas	Matérias	Jornalistas	Matérias
Eliane Cantanhêde	7	Tahiane Stochero	4
Raphael Gomide	4	Claudio Mafra	1
Total	11	Total	5
2008			
Ricardo B. Neto	6		
Leticia Sander	4		
Total	10		
2009			
Luis Kawaguti	8	Damaris Giuliana	2
Total	8	Total	2

Fonte: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*

Conforme o enviado especial ao Haiti, Raphael Gomide, na matéria “Estado incipiente segura ONU no Haiti”, da *Folha de S. Paulo* (11/03/2007), esperava-se do período pós-eleitoral uma fase de paz e reconstrução das instituições haitianas, assim como a pacificação, de fato, do país. Todavia, a violência, a falta de infraestrutura, dentre outras mazelas, permaneceram.

O início do ano de 2007 foi marcado pelo anúncio da conquista de territórios tomados pelas milícias que atuavam em Porto Príncipe, elevando a credibilidade da missão e da participação brasileira na Minustah. Destaca-se aí a tomada do bairro-favela Cite Soleil. Em entrevista feita ao jornal *Folha de S. Paulo*, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, que assumira o comando em janeiro, disse que foi necessário utilizar “34 veículos blindados e 700 militares, dentre os quais 450 eram brasileiros [...], o restante era composto de soldados de Bolívia, Uruguai, Chile, Paraguai, Peru e da Jordânia” (GOMIDE, Raphael, “Brasil toma bastião de gangues no Haiti”, *Folha de S. Paulo*, 01/02/07). Com o progresso da Minustah, o CS/ONU, no dia 15 de fevereiro de 2007, renovou a missão por mais oito

meses, segundo o colunista Ricardo Noblat “Mais oito meses no Haiti” do jornal *O Globo* (16/02/07); e “Haiti: ONU estende por mais oito meses”. *Folha de S. Paulo* (16/02/07).

Obteve espaço na mídia, em março de 2007, o episódio da prisão de um dos principais líderes de gangue em Porto Príncipe, um fato que elevou o moral da Força Militar da Minustah e da PNH, conforme manchete da *Folha de S. Paulo*: “Evens Jeune, o líder de gangue mais procurado do país, que havia deixado a maior favela de Porto Príncipe em meio a uma operação das tropas da ONU lideradas pelo Brasil” é preso. Fazendo uma análise da matéria, percebe-se que a prisão desse líder consiste em uma forma de demonstrar o motivo de o Brasil enviar os seus soldados ao Haiti, o de garantir a ordem. De janeiro a março, o número de presos ultrapassa o montante de 400 pessoas, o que reforça o impacto positivo nos meios de comunicação (“ONU e polícia prenderam 400 no Haiti desde janeiro” *Folha de S. Paulo*, 29/03/07). Com o relativo⁴⁷ sucesso nas operações militares no Haiti, dada a estabilização da violência nas principais áreas de conflitos, o governo brasileiro parecia bem sucedido em sua intenção de obter maior destaque nas relações internacionais, conforme fica evidente na matéria da enviada especial ao Haiti, Tahiane Stochero⁴⁸, do jornal *O Estado de S. Paulo* “Haiti torna-se trunfo em luta por influência regional” (09/06/07). Segundo a jornalista, o Brasil disputa influência com Cuba, Venezuela, EUA e Taiwan.

O título da matéria “Tropas do Brasil fazem ocupação do Haiti, diz OAB”, do jornal *Folha de S. Paulo* fala por si mesmo, novamente deixando perceptível o tom sensacionalista da reportagem. A matéria retrata os argumentos do Conselheiro da Ordem dos Advogados (OAB) do Rio de Janeiro, Aderson Bussinger, que esteve no Haiti, e falou ao jornal dos avanços na área de segurança, das questões relacionadas aos direitos humanos, e até da legitimidade da ida das tropas brasileiras ao Haiti. Ao final, ele diz que as tropas estão ferindo os direitos humanos⁴⁹ no Haiti, sendo a missão uma força de ocupação e não de ocupação humanitária (STOCK, Adriana. “Tropas do Brasil fazem

⁴⁷ Colocamos no condicional, pois a ideia de estabilidade da violência é relativa, haja vista que o número de sequestros de crianças aumentou no Haiti em 2007.

⁴⁸ Sua experiência como jornalista no Haiti, resultou no livro: STOCHEIRO, Tahiane. *DOPAZ: como a tropa de elite do exército brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti*. Rio de Janeiro; Objetiva. 2010.

⁴⁹ O uso do termo Direitos Humanos foi muito utilizado por todos os documentos analisados neste trabalho, todavia, nenhum deles esclareceu de forma objetiva o que seria tal termo.

ocupação do Haiti, diz OAB”. *Folha de S. Paulo*, 03/09/07). Destaca-se que Aderson é próximo do PSTU, partido de oposição ao governo Lula da Silva. Outro elemento importante a ser observado na manchete do jornal *Folha de São Paulo*, acima citada, é o de que ao mencionar a OAB, o jornal não esclarece que se refere à seção da OAB do Rio de Janeiro, e não à organização Federal. Pode-se inferir, então, que há um falseamento da informação.

Nesse mesmo ano, 2007, morre o segundo integrante brasileiro da missão no Haiti. A vítima é o soldado Rodrigo da Rocha Klein, de 21 anos, que pertencia ao 7º contingente brasileiro no país caribenho. Ele morreu eletrocutado, ao pisar em cabo de alta-tensão que estava na laje de um prédio (STOCHERO, Tahiane. “Morre soldado brasileiro no Haiti”. *O Estado de S. Paulo*, 04/08/07). A morte do soldado fez com que os meios de comunicação relembassem o suicídio do General Urano Teixeira da Mata Bacellar (SELIGMAN, Felipe; IGLESIAS, Simone. “Soldado brasileiro morre eletrocutado no Haiti”. *Folha de S. Paulo*, 04/08/2007); todavia, é perceptível que o fato não gera uma divulgação tão como a do general Urano Teixeira da Mara Bacellar à época da morte do comandante.

O Estado de S. Paulo, na matéria do dia 02 de outubro de 2007 “Violência destrói Estado Haitiano”, de seu enviado especial em Porto Príncipe, Claudio Mafra, fez lembrar a situação de miséria do Haiti, mas não elaborou uma crítica à participação do Brasil na Minustah; mas, sim, uma crítica à França que não autorizara a extradição do ex-ditador haitiano, que foi para França em 1987; ou seja, haveria conivência do país com a situação política no Haiti. É interessante essa matéria, pois insere no debate um país que ainda não havia sido objeto de matérias da mídia brasileira. É importante notar que *O Estado de S. Paulo* mostra que os problemas no Haiti são causados por atores que não fazem parte da Minustah, ora são os franceses, ora os próprios haitianos.

Com um menor nível de violência comparado aos anos anteriores, 2008 é tido como um período de estabilidade. O governo brasileiro inaugura o Centro de Estudos Brasileiros, que seria comandado pelo professor da Universidade de Brasília (UnB), Antônio Jorge Ramalho. O objetivo do Centro de Estudo é o de se constituir em um espaço de divulgação da cultura brasileira no Haiti, aproximando ambos os países (STOCHERO, Tahiane. “Após pacificação, Itamaraty promove arte brasileira no Haiti”. *Folha de S. Paulo*, 26/02/08). Todavia, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, afirma que não havia prazo para o Brasil

deixar a missão, segundo o jornalista da BBC no Haiti, Bruno Garcez (“Brasil não tem prazo para sair do Haiti, diz Jobim”. *Folha de S. Paulo*, 28/05/2008).

Um problema apontado nos jornais é o de que, mesmo com a redução da violência, o governo haitiano não investe na infraestrutura do país; e nem mesmo a ONU, com suas ações no país, consegue mudar a realidade dos haitianos. Com isso, fica perceptível que a despeito dos esforços das tropas brasileiras e dos convênios firmados entre o governo brasileiro e o governo haitiano, não se acrescenta qualquer mudança positiva no dia-a-dia dos haitianos. Nesse sentido, a participação do país no Haiti teria características que a aproximariam mais de uma missão de paz clássica, que de uma ação diferenciada da política externa brasileira, como já analisado por Correa (2009).

O Estado de S. Paulo, do dia 12 de outubro de 2008, anunciou que a CS/ONU renovara a missão por mais seis meses, e que os investimentos já passavam de 2,5 bilhões de dólares, mas que os resultados ainda eram precários. (CHARLEAUX, João Paulo. “Haiti expõe fraqueza da ‘ONU Civil’”).

Como a estabilidade assegurada, o editorial da *Folha de S. Paulo* afirma:

O Brasil já contribuiu para a estabilização do Haiti e cabe agora ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva negociar um cronograma para a retirada das tropas brasileiras.

A participação brasileira na chefia militar da Minustah (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), iniciada em 2004, após a deposição do então presidente Jean Bertrand Aristide, já rendeu os frutos que poderia dar. Os boinas-azuis evitaram que o país caribenho sucumbisse à espiral de violência no vácuo de poder e lograram pacificar áreas conflagradas, como a favela Cité Soleil, na capital.

As tropas também estão ajudando a constituir uma polícia nacional e a reconstruir a infra-estrutura local. Nesse meio tempo, já foram eleitos um novo presidente e um novo Parlamento.

Não se trata de abandonar o Haiti à própria sorte. A missão da ONU precisa ser renovada por mais alguns anos ainda ou as conquistas poderão perder-se. Já é hora, porém, de trocar o comando militar. As operações envolvendo soldados brasileiros no Haiti já custaram ao erário R\$ 464 milhões, dos quais só 31% foram reembolsados pela ONU, contra a previsão inicial de 50%. (Missão Cumprida. *Folha de S. Paulo*, 20/05/08).

O ano de 2009 é marcado por uma certa rotina na missão, conforme todos meios de comunicação analisados. A jornalista e enviada especial ao Haiti, Damaris Giuliana, de *O Estado de S. Paulo*, afirma:

O clima, às vésperas da eleição, era de tranquilidade. A sensação de segurança aumentou na capital haitiana em quase cinco anos da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah). Em muitos lugares, nem os militares usam capacetes e coletes à prova de balas (GIULIANA, Damaris. Mais seguro, Haiti vai às urnas”. *O Estado de S. Paulo*. 18/04/09).

Em *O Globo*, de 10 de maio de 2009, há uma entrevista com o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, que deixou o comando da Força Militar da Minustah assinada pela jornalista Tahiane Stochero. Na reportagem “Objetivo cumprido no Haiti em 2011”, o oficial afirma que objetivo da missão seria cumprido no Haiti em 2011; porquanto, até lá, a PNH teria 14mil soldados, sendo possível transferir-lhes a responsabilidade pela segurança. Em 2004, havia somente 6 mil, e em 2009, 9.200 homens. Na esfera política, o general afirma que, em 2011, com o ciclo democrático concretizado – em referência às eleições de 2010 para o governo – não seria mais necessário uma força de paz no país. Entretanto, ninguém poderia imaginar o que ocorreria no início de 2010 no Haiti. (STOCHERO, Tahiane. “Objetivo cumprido no Haiti em 2011”. *O Globo*, 10/05/09). Esse tipo de matéria demonstra a diferença entre os meios de comunicação ao lidar com o mesmo tema. Enquanto *O Globo* explora fontes oficiais a *Folha* interpreta os eventos de forma diferente, conforme a manchete “No Senado, haitianos pedem que missão liderada pelo Brasil acabe” do dia 17 de junho de 2009. A matéria escrita por Marcela Campos expõe a visão de Frantz Dupuche, membro da Plataforma Haitiana em Defesa de um Desenvolvimento Alternativo, que faz severas críticas à Minustah. Fica claro que a *Folha* generaliza o fato ao afirmar que é o Senado, mas ao analisar a matéria fica evidente que se trata de apenas um senador.

Fica exposto, novamente, que a *Folha* foi mais sensacionalista e, algumas vezes, “desinformaram” o leitor ao confundir o seu público. Por exemplo, quando noticiou sobre o posicionamento da OAB, com relação ao Brasil no Haiti, o meio de comunicação não fez referência em sua manchete à qual seção da Ordem se referia. Esse tipo de matéria promove um sub-jornalismo em suas críticas. Os outros dois jornais, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, não deixaram de efetivar suas críticas, sendo o “*Estadão*” aquele que mais se aproxima da visão governamental ao buscar nos discursos oficiais o conteúdo para suas matérias.

3.4 O terremoto e a reconstrução do Haiti

O ano de 2010 representa 30% das notícias analisadas nesta pesquisa. As matérias estão distribuídas conforme a tabela abaixo:

TABELA 18: Distribuição das matérias jornalísticas no ano de 2010

PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS	FSP	OESP	GLOBO
Editorial	3(2%)	3(3%)	1(1%)
Agências de Notícias Internacionais	15(10%)	29(30%)	53(59%)
Dos enviados ao Haiti	42(28%)	5(5%)	-
Da redação ou sucursal	72(49%)	53(56%)	29(32%)
Artigos de Opinião	8(5%)	2(3%)	4(4%)
Colunistas	5(6%)	2(3%)	2(2%)
Total	145(100%)	94 (100%)	89(100%)

Fonte: *Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo*

Sem dúvida é no ano de 2010 que há um número maior de jornalistas enviados ao Haiti. O jornal *Folha de S. Paulo* é o destaque com o envio de 12 profissionais, *O Estado de S. Paulo* envia 2, sendo que *O Globo* utiliza-se novamente do serviço de *freelancer* para sua cobertura jornalística. Os jornalistas enviados ao Haiti são:

TABELA 19: Jornalistas enviados ao Haiti em 2010

Folha de S. Paulo		O Estado de S. Paulo	
Jornalistas	Matérias	Jornalistas	Matérias
Laura Capriglione	2	Lourival Sant Anna	2
Fabiano Maisonnave	11	Leandro Colon	3
Fabiano Maisonnave e Caio Guatelli	1		
Janaina Lage	4		
Luis Kawaguti	6		
Fabiano Maisonnave e Luis Kawaguti	1		
Simone Iglesias	1		
Fábio Zanini	8		
Simon Romero	1		
Deborah Sontag	1		
Fábio Seixas	1		
Flávia Marreiro	3		
Caio Guatelli	2		
Total	42	Total	5

Fonte: *Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*

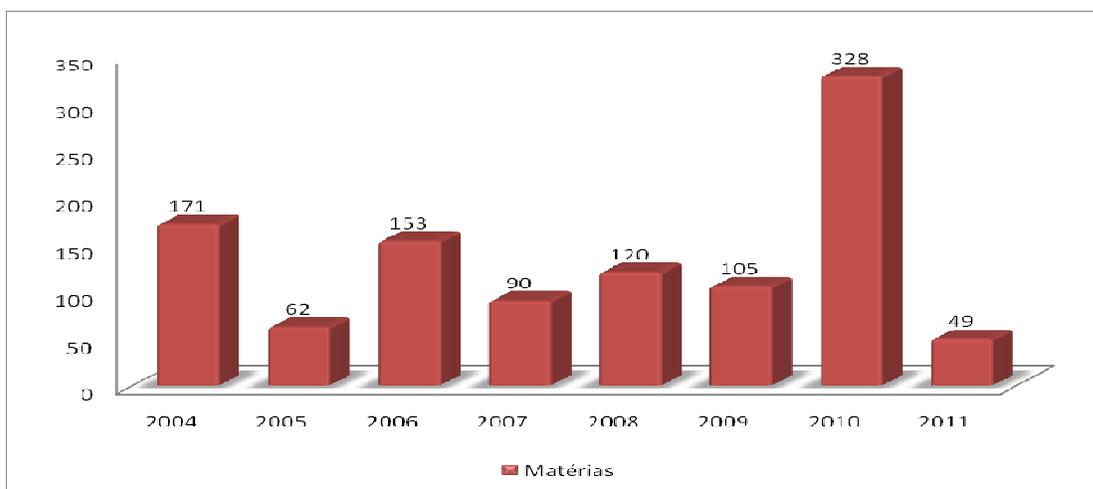
Mas, antes do terremoto, como vimos, os periódicos noticiavam a possibilidade da saída das tropas brasileiras do Haiti. Essa saída poderia ocorrer após as eleições do primeiro semestre do ano de 2010. Conforme *O Estado de S. Paulo*:

O desenvolvimento democrático e econômico do Haiti depende de eleições legislativas e presidenciais planejadas para este ano, afirmou ontem Hedi Annabi, o mais graduado representante da Organização das Nações Unidas (ONU) no país caribenho. ‘O êxito permitiria ao país entrar em um círculo virtuoso, em que a estabilidade e o desenvolvimento se reforçam mutuamente’, notou. ‘Seu fracasso exacerbaria a desconfiança e as suspeitas e poderia pôr em perigo o progresso conseguido nos últimos quatro anos’. (‘Futuro do Haiti depende de eleições, afirma ONU’. *O Estado de S. Paulo*, 08/01/10)

Na análise das matérias jornalísticas fica perceptível que o “círculo virtuoso” eleitoral do Haiti possibilitaria a passagem de comando da Missão, do Brasil a outro membro da Minustah.

Depois do terremoto de 6,7 graus na escala Richter, ocorrido no Haiti a 12 de janeiro de 2010, até o final do mês de janeiro, não houve um dia sem uma reportagem ou artigo sobre o Haiti nos meios de comunicação analisados. Dessa forma, a produção jornalística do ano de 2010 supera quantitativamente todos os outros anos conforme o gráfico abaixo.

GRÁFICO 5 - Número de matérias analisadas de janeiro de 2004 a março de 2011



Fonte: *Folha de S. Paulo*; *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*

Após o terremoto, foi feita pelos periódicos uma retrospectiva da Minustah, relatando seus objetivos e resultados. A manchete “Missão brasileira no Haiti teve início após revolta de 2004” de *O Estado de S. Paulo* (13/01/10) e “Tremor mata 11 militares do Brasil e deixa 7 desaparecido” da *Folha de S. Paulo* (14/01/10), são exemplos.

O Globo e a *Folha de S. Paulo* dão destaque para os gastos militares do Brasil com a missão. Segundo o jornalista Fábio Zanini, da *Folha de S. Paulo*, são estimados em R\$ 700 milhões os gastos do Brasil com a missão (“Brasil gasta R\$ 700 mi com missão de paz”. *Folha de S. Paulo*, 15/01/10). Nesse contexto, *O Globo*, que desde o início da missão fez comparações entre os gastos com a missão com os efetuados pela União com a segurança pública no Rio de Janeiro, reforça essa perspectiva na matéria da jornalista Luisa Daimé “Lula assina Medida Provisória liberando recursos para vítimas do terremoto que devastou o Haiti” (26/01/10). Já *O Estado de S. Paulo* prefere ocupar sua pauta jornalística com temas políticos “Amorim homenageia número 2 da ONU morto no Haiti” (21/01/10).

Um importante episódio que poderia retirar a posição de destaque do Brasil na Minustah, consiste no fato da ação norte-americana de enviar cerca de 10 mil soldados ao Haiti, superando o próprio efetivo da Minustah que era formado, no momento, por cerca de 7 mil soldados de 17 nacionalidades. Essa ação foi motivo de tensões entre os EUA e o Brasil, sendo que a *Folha de S. Paulo* relata um telefonema do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para a secretária de Estado americana, Hillary Clinton, demonstrando a insatisfação brasileira com a “interferência indevida dos EUA sobre sua posição de comando nas operações de segurança no Haiti” (ZANINI, Fábio; NUBLAT, Johanna. “Brasil critica ‘unilateralismo’ dos EUA”. *Folha de S. Paulo*, 16/01/10). Segundo o chanceler brasileiro, ocorreu um acordo entre ambos os países, no sentido de que todo o auxílio ao Haiti seria feito sob a égide da ONU:

A Folha apurou que o governo brasileiro está insatisfeito com o que considera um exagerado ímpeto dos EUA de ocupar espaços sem se importar com a opinião da ONU de maneira mais geral e de sua representante em solo haitiano, a Minustah. Para o Brasil, a reconstrução do Haiti é uma oportunidade de afirmação da diplomacia do país no cenário internacional, como indica uma declaração de ontem do próprio Amorim. “A percepção do que nós temos feito é muito grande, não só no Brasil mas no mundo”. (ZANINI, Fábio; NUBLAT, Johanna. “Brasil critica ‘unilateralismo’ dos EUA”. *Folha de S. Paulo*, 16/01/10).

Sobre o fato acima, tanto *O Estado de S. Paulo* como *O Globo* mostraram o quanto a ação americana importunou o comando do Exército no Haiti, a ponto de essa força militar empreender uma campanha para marcar sua posição de liderança perante os americanos. Conforme matéria do dia 22/01/10, “General diz que Brasil 'marca posição' com distribuição de comida no Haiti” de *O Globo*:

O general brasileiro Floriano Peixoto, chefe das tropas da missão de paz das Nações Unidas no Haiti (Minustah), afirmou que uma grande operação de distribuição de alimentos realizada nesta sexta-feira em Porto Príncipe foi uma forma de o Brasil "marcar posição" no país caribenho.

"Não podemos perder essa oportunidade para mostrar a importância do Brasil, lamentavelmente, nessa tragédia", disse o general durante a operação, que atraiu uma multidão de haitianos para a frente do palácio presidencial, que foi destruído pelo tremor do último dia 12.

A logística para a distribuição de alimentos nesta sexta-feira foi a maior já organizada no país desde o terremoto [...].

"Esse evento é uma forma de marcar posição", disse o general, que, durante a operação, pedia a jornalistas que registrassem a ação com fotos.

As declarações do general foram feitas em um momento em que alguns setores brasileiros veem com desconfiança a maior interferência americana nas operações no país caribenho. (“General diz que Brasil 'marca posição' com distribuição de comida no Haiti”. *O Globo*, 22/01/10 – grifo nosso)

O chamado “unilateralismo” americano rendeu muitas matérias no mês de janeiro, principalmente da *Folha de S. Paulo*. Esse veículo noticiou uma declaração do ministro da Defesa, Nelson Jobim. Segundo ele, a missão “após o terremoto, mudou automaticamente de perfil – de uma missão de paz, para uma missão de reconstrução”. (ZANINI, Fábio, HUDSON, *Corrêa*. “Exército continua mais cinco anos no Haiti, diz Jobim”. *Folha de S. Paulo*, 17/01/10). Entendemos que a fala do ministro é mais um discurso retórico que uma ação efetiva, pois para ocorrer tal feito seria necessária a aprovação do CS/ONU. Fica subentendida, no discurso do ministro, a tentativa de comandar o processo de reconstrução e a intenção de manter-se no Haiti por mais tempo, para garantir o controle da missão.

No campo diplomático, o tema “unilateralismo” também gerou movimentação da diplomacia brasileira e da americana, pois trouxe à tona um debate sobre qual seria o país a coordenar a reconstrução do Haiti (PALMER, Randall. “Chanceleres terão reunião sobre o Haiti, no Canadá”. *O Globo*, 18/01/10). Segundo a matéria da *Folha*, “Brasil quer ‘Plano Lula’ para reerguer país”, do dia 24/01/10, do enviado especial ao Haiti, em Porto Príncipe,

Luis Kawgutti⁵⁰, o governo brasileiro, buscava projetar-se como um possível articulador dessa reconstrução, conforme palavras do próprio ministro das relações exteriores Celso Amorim que:

[...] sugeriu ontem, durante visita a Porto Príncipe, que o governo brasileiro lidere os esforços internacionais para reconstruir o Haiti, devastado por um terremoto ocorrido há doze dias. Amorim fez a oferta depois de ser questionado por um jornalista sobre a possibilidade, apresentada pelo FMI, de se adotar para o Haiti um novo plano Marshall, o programa pilotado pelos EUA que norteou e financiou a reconstrução de países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial. ‘Por que tem que ser um plano Marshall? Pode ser **plano Lula. Não é só quem dá mais dinheiro, é quem está mais empenhado**’, disse o ministro em entrevista coletiva na base das tropas brasileiras que comandam desde 2004 a Minustah (KAWGUTTI, Luis. “Brasil quer ‘Plano Lula’ para reerguer país”. *Folha de S. Paulo*, 24/01/10 – grifo nosso).

Não ocorreram diferenças no tratamento dado ao tema acima pelas matérias analisadas, ambas mostram o “drama” brasileiro ao ter desgastada sua imagem de país líder dos esforços de reconstrução do povo haitiano e a fragilidade da missão efetivada pela ONU no Haiti.

Em nossa análise, o jornal *Folha de S. Paulo* destaca-se pela preocupação com a política externa brasileira. Esse jornal, no dia 26 de janeiro de 2010, chega a enviar o jornalista Sérgio Dávila para Montréal para acompanhar a reunião no Canadá que decidira sobre qual país iria reconstruir o Haiti. (“Reunião dá a Haiti comando da reconstrução”. *Folha de S. Paulo*, 26/01/10). Na mesma matéria, é noticiado o aumento de efetivo das tropas brasileiras, dobrando o número de soldados enviados para o Haiti, de 1.300 para 2.600⁵¹ soldados. Com esse aumento do efetivo o Brasil passa a ter um segundo Batalhão no Haiti, batizado de BRABATT 2, também sob o comando do general Floriano Peixoto.

Por causa do terremoto, as cadeias haitianas foram destruídas e, conseqüentemente, há uma fuga em massa dos presos de Porto Príncipe. Tal fato fez a violência aumentar em bairros já pacificados, como o Cite Soleil. Nesse cenário, ocorreu a mobilização de alguns grupos haitianos contra a presença brasileira no Haiti, sendo que

⁵⁰ Sua experiência como jornalista no Haiti, resultou no livro: KAWAGUTI, L. **A República Negra: histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti**. Rio de Janeiro, Globo, 2006.

⁵¹ Dos 1.300 soldados, 900 foram enviando imediatamente e 400 ficaram na reserva.

muros pintados e protestos começaram a ficar mais frequentes na capital haitiana. Tal cenário de caos também foi discutido pelo jornalista especializado em política, Gerson Camarotti, no artigo “Lula quer adotar o Haiti” do jornal *O Globo* do dia 15 de janeiro de 2010.

Com relação a essa onda de violência, *O Globo* informa que “Violência volta a Cité Soleil após o terremoto” (26/01/2010); e diz que “Os moradores de Cité Soleil, uma das favelas mais conhecidas de Porto Príncipe, a capital do Haiti, sofrem com a violência e o medo, duas semanas depois do terremoto de sete graus de magnitude que devastou o país”. Evidenciamos que a notícia é sobre a vida dos haitianos, diferente da cobertura da *Folha* em que o enviado especial ao Haiti, Fábio Zanini, na matéria “Mobilização anti-Brasil ecoa pós-tremor” da *Folha de S. Paulo*, (31/01/10), destaca:

Acuada e radicalizada, uma franja da sociedade haitiana aproveita o caos pós-terremoto para aumentar o volume de uma demanda que completa seis anos: **brasileiros, voltem para casa!** São na maioria simpatizantes do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, deposto em 2004 por uma ação norte-americana (para a qual a ONU fez vistas grossas) e hoje exilado na África do Sul.

Vivem em bairros miseráveis de Porto Príncipe, como Cité Soleil e Bel Air, onde Aristide aparece em grafites nos muros ao lado de Bob Marley e Martin Luther King. “**Aristide construiu tudo por aqui, e os brasileiros destruíram**”, disse um homem que se identificou apenas como Jean, tomando cerveja e fumando maconha às 10h numa rua em ruínas em Bel Air. A seu lado, outro que se apresentou como “Matador” disse que os brasileiros não têm o que fazer no país. “Eles nunca construíram nem um banheiro aqui”, queixou-se. Muitas pessoas na região nutrem ressentimento pelas operações de “pacificação” conduzidas pelos militares do Brasil entre 2004 e 2007, que desarmaram gangues pró-Aristide após duros combates. “Eles [os soldados brasileiros] não são nossos amigos. Eles matam nosso povo”, diz Vanel Louis Paul, dirigente do Massa Popular, uma agremiação de base pró-Aristide que tem sede na gigantesca favela de Cité Soleil, a maior de Porto Príncipe [...]. (ZANINI, Fábio. “Mobilização anti-Brasil ecoa pós-tremor”. *Folha de S. Paulo*, 31/01/10 – grifo nosso)

Como visto, a *Folha* novamente se manifesta de forma mais sensacionalista sobre a participação do Brasil no Haiti, mostrando que a aprovação da ação brasileira não é unanimidade no Haiti. Contudo, não há questionamento, por parte do veículo de comunicação, sobre qual é a legitimidade dos indivíduos que são contra as ações do Brasil na Minustah. O uso de termos vagos como: “Acuada e radicalizada, uma franja da sociedade haitiana aproveita o caos pós-terremoto para aumentar o volume de uma demanda que completa seis anos: brasileiros, voltem para casa!” (grifo nosso), não dá

margem para sabermos o número correto dos membros da sociedade haitiana que estão, de fato, se mobilizando contra o Brasil e, sobretudo, falta a apuração sobre quais são as origens desses grupos, já que havia muitos grupos ligados ao tráfico de drogas para os quais não havia interesse da permanência de tropas nas ruas do Haiti.

De acordo com Bourdieu “há, de uma certa maneira, uma crença na legitimidade das palavras (da ideologia) e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é de competência das palavras” (1989, p.14). Isso pode significar que há um posicionamento do jornal sobre a participação do Brasil na Minustah, mas que o leitor, ao não perceber a intenção do discurso, acaba por assimilar o ponto de vista expresso, acreditando ter sido ele próprio o construtor do conceito ora assimilado.

Portanto, a comunicação é um instrumento de poder que pode manipular através de “Soft Power”, com mensagens curtas e diárias, provocando a reprodução de uma ideia que pode se tornar a própria verdade para uma sociedade.

3.5 Um balanço da missão e os novos desafios da Minustah

As análises do primeiro semestre de 2011 representam 4% do total pesquisado, mas com a posse da presidenta Dilma Rousseff e, posteriormente com uma mudança ministerial, especulou-se que haveria possibilidade de um tratamento diferente do governo anterior na esfera da diplomacia. A distribuição das matérias está na tabela abaixo:

TABELA 20: Distribuição das matérias jornalísticas no ano de 2011

Produção de Notícias	FSP	OESP	GLOBO
Editorial	-	-	-
Agências de Notícias Internacionais	3(15%)	3(16%)	3(30%)
Dos enviados ao Haiti	4(20%)	3(16%)	-
Da redação ou sucursal	12(60%)	-	6(60%)
Artigos de Opinião	1(5%)	-	-
Colunistas	-	-	1(10%)
Total	20(100%)	19(100%)	10 (100%)

Fonte: *Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo*

O jornal *O Globo* imprime um tom crítico a seu discurso sobre a participação brasileira ao Haiti, ao publicar a matéria “Um ano após terremoto, agência humanitária

critica trabalho de recuperação do Haiti”, do dia 06 de janeiro de 2011, em que expressa a opinião da ONG Oxfam prevendo problemas em relação ao envio do dinheiro doado pelos países ao Haiti, conforme o relatório da ONG no qual “cita dados da ONU, que mostram que haviam sido entregues menos de 45% dos US\$ 2,1 bilhões prometidos para a recuperação do Haiti em 2010, durante uma conferência internacional de doadores em março, em Nova York”, nesse aspecto *O Globo* aproxima-se de *O Estado de S. Paulo*, que também se utiliza do discurso de ONG’s ou autoridades para expressar sua opinião sobre as ações do Brasil no país caribenho.

Por seu turno, o jornal *Folha de S. Paulo* traz um balanço mais crítico da participação brasileira no Haiti, conforme a matéria “Um ano depois do terremoto, a missão da ONU não tem data para deixar o Haiti”, do dia 13 de janeiro de 2011. Há duas visões, na matéria, sobre a missão: a primeira é a do então comandante das tropas no Haiti, o general Luiz Guilherme Paul Cruz; e, a segunda, fica expressa no texto que mostra algumas críticas à missão do cientista político Ricardo Seitenfus, que já havia exercido a função de representante da OEA no Haiti e, também, enviado do governo brasileiro àquele país. . O general Paul Cruz afirma que no ano de 2009 o Haiti caminhava para a recuperação e o progresso, mas que, com a catástrofe do dia 12 de janeiro de 2010, a situação torna-se mais complexa, pela falta de infraestrutura e pelos milhares de mortos e refugiados. Segundo o general “o efetivo da Minustah foi ampliado, e hoje é composto por 8,6 mil militares de 19 países”, demonstrando que ao longo do tempo a Minustah restabeleceria sua normalidade. Com relação às críticas, Ricardo Seitenfus afirma: “a questão do Haiti deveria sair do Conselho de Segurança da ONU e ser assumida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”. A matéria continua com as declarações de Seitenfus “O desenvolvimento do Haiti tem que ser feito pelos haitianos. Se a gente imagina que pode fazer isso por meio da Minustah e por meio de ONGs, estaremos enganando os haitianos e a opinião pública mundial”.⁵² Há, segundo a matéria da *Folha*, também na sociedade haitiana uma visão pessimista da presença das tropas da ONU, pois, segundo um morador “a presença da Minustah não é unanimidade. Alguns críticos apelidaram as tropas de

⁵² Por fazer críticas publicamente sobre as tropas da ONU no Haiti, Seitenfus foi afastado do cargo.

"Touristah", em referência à suposta falta de envolvimento de alguns de seus membros no processo de reconstrução".

Podemos afirmar que os frequentes choques com civis⁵³ ou com grupos armados, aliados à falta de infraestrutura e de verbas, fez com que o cenário haitiano retornasse aos patamares de 2004. Além disso, a missão no Haiti, depois de mais de seis anos, sofreu algumas acusações de violação aos direitos humanos. De forma geral, os jornais apontam que o caos econômico, social e político, além da desorganização e da miséria ainda persistem de forma estrutural no Haiti em 2011, conforme o jornalista Jamil Chade de *O Estado de São Paulo*:

Um ano depois do terremoto que deixou 230 mil mortos, a situação no Haiti ainda é de tragédia. Um milhão de pessoas estão desabrigadas e estima-se que sejam necessários dez anos para reconstruir o país. Em março de 2010, governos de todo o mundo se reuniram para doar US\$ 4 bilhões para o país, mas menos de 25% do dinheiro chegou. (CHADE, Jamil. "Apenas 25% do dinheiro doado chegou ao país; prédios públicos, escolas e hospitais estão em ruínas e a cólera matou 3,6 mil pessoas". *O Estado de S. Paulo*. 12/01/11).

A matéria é enfática ao expor a opinião de várias autoridades sobre os atuais problemas do povo haitiano.

‘É uma vergonha o financiamento que temos hoje’, disse ao Estado, Elisabeth Byrs, porta-voz do escritório da ONU que coordena o trabalho humanitário no Haiti. "É lamentável dizer à comunidade local que não temos como tratar das pessoas com cólera por falta de dinheiro." [...] Sem coordenação entre os 1,4 mil projetos em andamento, sem governo e sem estratégia, o progresso na recuperação do país tem sido lento. Ao todo, 188 mil casas e 60% dos prédios públicos foram destruídas, 810 mil pessoas vivem ainda em barracas, em acampamentos, e 200 mil em casas semidestruídas (CHADE, Jamil. "Apenas 25% do dinheiro doado chegou ao país; prédios públicos, escolas e hospitais estão em ruínas e a cólera matou 3,6 mil pessoas. *O Estado de S. Paulo*. 12/01/11).

Como exposto, o mês de janeiro é marcado por incertezas, tal perspectiva é reforçada por Albert Ramdin, subsecretário-geral da OEA e responsável pela força-tarefa do órgão no Haiti, em entrevista a Andréia Murta, da *Folha de S. Paulo*:

⁵³ Alguns protestos no Haiti foram causados pelo aumento do preço dos alimentos no mercado internacional, o que gerou escassez de alguns produtos e o aumento dos preços de outros (*Folha de S. Paulo*, 06/01/11).

Estou preocupado, sim, devido ao que já vimos no passado. Infelizmente, alguns dos líderes políticos e dos candidatos presidenciais não se comportaram de forma responsável. Espero que todos entendam, principalmente os candidatos, que há uma enorme responsabilidade sobre eles agora, para responder de forma muito calma ao relatório. Isso significa não convocar protestos nem apoiar nenhum tipo de ação violenta. Se não, vamos ter uma situação muito difícil (MURTA, Andrea. “OEA vê risco de mais instabilidade no país”. *Folha de S. Paulo*. 14/01/2011).

Conforme a perspectiva dos três jornais, em *O Globo*, “Planos para o Haiti não foram seguidos de ações diz chefe de ONG”, (11/01/11), na *Folha* “Um ano depois do terremoto, missão da ONU não tem data para deixar o Haiti”, e em *O Estado de S. Paulo*, “Jobim diz que situação do Haiti não evoluiu e preocupa” (12/01/11), a missão no Haiti terá de ser criada novamente, com novas propostas e métodos; pois, quase tudo que foi conquistado ao longo dos sete anos da missão se perdeu.

Um segundo desafio das tropas brasileiras é, juntamente com a PNH, o de manter a ordem dos vários movimentos pró-Duvalier, porquanto a vinda do ex-mandatário haitiano, da França, aumentou o clima de desconfiança na sociedade haitiana (“Ex-ditador ‘Baby Doc’ retorna ao país depois de 25 anos exilado em Paris”, *Folha de S. Paulo*, 17/01/11). Posteriormente, retornaria ao país o ex-presidente Aristide. Ressaltamos que Aristide tem apoio de vários grupos e gangues, principalmente dos *Chimènes*, e do presidente René Préval. Tal situação também pode ser encarada como um novo desafio aos soldados da ONU, pois colocaria em risco todas “as conquistas feitas pela Minustah” depois do terremoto de 2010. (GUYLER DELVA, Joseph; FLETCHER, Pascal “Ex-presidente Aristide volta ao Haiti após o exílio”. *O Globo*, 18/01/11 e MARREIRO, Flávia; KAWAGUT, Luis. “Brasil se diz preocupado com o retorno de Aristide”. *Folha de S. Paulo*, 21/01/11).

Uma terceira questão é a epidemia da cólera, que também representa um desafio. A epidemia já matou milhares de haitianos e foi tema tratado em diálogo, por telefone, entre Dilma Rousseff e o secretário da ONU, Ban-Ki Moon. A presidenta afirmou, para o secretário da ONU, que o governo brasileiro tinha interesse em continuar na liderança da Minustah. (PIRES, Carol. “Dilma recebe telefonema do secretário-geral da ONU”. *O Estado de S. Paulo*, 03/1/11 e MARCELLO, Maria Carolina “Dilma diz a Ban Ki-Moon que país quer debater segurança na ONU”, *O Globo*, 03/01/11).

O último tema analisado nos jornais é o da recolocação dos soldados brasileiros que estavam no Haiti. Um exemplo de recolocação desses soldados ocorreu durante catástrofe do início de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro em que muitos soldados e médicos que trabalharam no Haiti, com experiência em regiões de calamidade extrema, ajudaram nos resgates das vítimas cariocas (“Forças Armadas já têm 506 homens atuando na região serrana do Rio.” *O Estado de S. Paulo*, 14/01/11). Outra função desses soldados viria a ser a atuação como Força Militar, como ocorreu a ação no Complexo do Alemão. Para isso, seria necessário debater e modificar preceitos constitucionais, já que, segundo o art. 142 da CF, as ações da FFAA se restringem à defesa da Pátria, dos poderes constitucionais e, se requisitadas por qualquer um desses poderes, à defesa da lei e da ordem. Segundo o jornal *O Globo*, o ministro da Justiça José Eduardo Cardoso, declarou que as Forças Militares que estão no Haiti, poderiam ser incorporadas à Força Nacional de Segurança para atuar no Rio de Janeiro (“Pacto de segurança passa a ganhar forma e ministro da Justiça inicia visitas pelo Rio”. *O Globo*, 05/01/ 2011).

A partir do final de 2010 e início de 2011, há um deslocamento do foco dos jornais, de anteriormente estava sobre “quando o governo retiraria suas tropas do Haiti”, agora recai sobre a especulação sobre quais seriam as ações possíveis para os ex-soldados da ONU que vieram do país caribenho. A ordem das matérias e os temas tratados modificam as antigas percepções e remodelam, transferem o debate para outras esferas. Agora o problema passa a ser o do como será a passagem de comando da Minustah para outro país e o do que será feito dos soldados que acumularam experiências nesse processo.

-----*-----*-----*

O primeiro destaque, deste capítulo, recai sobre os enviados especiais. O governo brasileiro chegou a hospedar jornalistas em sua base no Haiti. Percebemos, com essa atitude, a intenção do governo em usar a mídia como instrumento de divulgação de suas ações, talvez na busca da construção de uma imagem positiva diante da sociedade brasileira obtendo o reconhecimento pretendido.

O segundo destaque recai sobre o começo da missão, na medida em que os três veículos analisados se posicionaram a favor da entrada do Brasil na Minustah. Ao longo da

missão, percebe-se diferenças nas estratégias de divulgação entre os jornais analisados. *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* utilizaram discursos dos comandantes da Minustah ou do governo brasileiro, reproduzindo seus posicionamentos. Um exemplo desse uso é a manchete do jornalista Eduardo Nunomura do Estadão: “General pede paciência com o Haiti” (18/09/2005). Essa manchete reflete o padrão adotado pelo jornal, qual seja o de usar frases mais objetivas, diferentemente da *Folha de S. Paulo*, que buscou marcar sua posição com matérias mais exclamativas, a ponto de ser sensacionalista, como exemplo, “Soldados revelam o horror da vida no Haiti” (29/01/2006).

O conflito pelo domínio das representações sobre a missão foi pautado, no campo midiático, por dois grupos a partir de 2006. A *Folha de S. Paulo*, como veículo contrário à participação do país na Minustah e, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, como veículos moderados ou, muita vezes, como veículos do discurso do governo brasileiro.

Considerações Finais

Depois desse balanço feito nos três *campos* - no acadêmico, no Congresso Nacional e na mídia impressa brasileira - é possível responder ao questionamento feito na introdução deste trabalho, ou seja, dar resposta à pergunta: qual foi a imagem formada sobre a participação brasileira na Minustah que repercutiu na opinião pública nesses sete anos de missão?

Podemos afirmar que, a repercussão na opinião pública gerada por esses três *campos* sobre a participação brasileira na Minustah é controversa, fato comum considerando-se a complexidade do tema. Ocorreram vários momentos de críticas, muitas dessas resultantes da tentativa de legitimar as ações do governo Lula da Silva, ponto que ficou evidente no jornal *Folha de São Paulo* pelas opiniões de apoio à missão. Muito desse apoio se deve ao alinhamento com a agenda e a plataforma política do governo Lula da Silva, como no caso de Ricardo Seitenfus. Nesses sete anos, essa diversidade de interpretações, incluído este trabalho, proporcionaram vários debates e diferentes percepções sobre a participação do Brasil na Minustah nas instituições pesquisadas.

Como foi verificado no *métier* acadêmico - no Capítulo Um - não há apenas uma visão dualista sobre o fato pesquisado (imagem positiva, dos que apoiam a participação do Brasil na Missão; ou negativa, talvez até pessimista, do grupo formado pelos que são críticos a ela); mas há, na realidade, quatro visões distintas: a dos autores que apoiam a política externa brasileira com relação à Minustah a visão dos que compreendem que o Brasil atua na reconstrução do Haiti; a perspectiva dos revisionistas que veem de forma positiva a participação do Brasil na missão; e, por fim, a visão dos críticos da participação do Brasil na Minustah. Resumindo, temos apenas um grupo que se posiciona contrariamente à participação do Brasil na Minustah, ao passo que há três grupos que não se posicionam de forma veemente a favor ou contra.

Entendendo a esfera acadêmica como conjunto de intérpretes da Minustah, pode-se afirmar que há um *ethos* sendo construído em torno de uma imagem oficial sobre a participação brasileira na Minustah, mesmo que a Política Externa brasileira não tenha conquistado todos os benefícios almejados.

O debate no Senado Federal, analisado no Capítulo Dois, demonstrou que mesmo alguns políticos da oposição ao então governo Lula da Silva, avaliaram que o país contribuiu na reconstrução do Haiti. Ressaltamos que o debate sobre a presença das tropas brasileiras teve momentos mais intensos, apenas quando ocorria alguma comunicação de membros do governo, por exemplo, de ministros de Estado ou de autoridades convidadas. Podemos asseverar o interesse do Congresso na missão, posto ter empregado várias estratégias para melhor entender a situação das tropas brasileiras no Haiti, dentre as quais citamos as comitivas organizadas pelo senado que estiveram no país caribenho. Tais comitivas chegaram a modificar a visão até mesmo dos críticos mais fervorosos da missão no Congresso, como no caso do deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ), que em entrevistas a jornais no final de 2010, argumentou a favor da participação brasileira na Minustah. Devemos ressaltar que, mesmo com algumas críticas, todas as requisições ou moções feitas pelo Executivo ou por parlamentares das bases governistas, foram aprovadas, desde a ida ao Haiti até os vários aumentos de contingente e passando pelas questões de repasse de verbas.

Já a leitura sistemática das 1.078 matérias de jornais, no Capítulo Três, também mostrou que a participação brasileira na missão foi um tema pertinente para os meios de comunicação impressos. O posicionamento da mídia passou por várias fases. No início da missão, há um nítido apoio dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* à participação do Brasil na Minustah. Em um segundo momento, mais especificamente a partir de 2005, ocorrem as primeiras críticas à participação brasileira, com destaque para o periódico *Folha de S. Paulo* que foi o mais crítico, produzindo matérias de cunho sensacionalista sobre a participação brasileira no Haiti, no mínimo, mais sensacionalistas que os outros dois veículos de comunicação. Para a *Folha de São Paulo*, as ações do governo brasileiro no Haiti visam à conquista de um Assento no Conselho de Segurança da ONU. Essa perspectiva também foi assumida pelo jornal *O Estado de São Paulo* e expressa por seu jornalista Jamil Chade.

Destaca-se o fato noticiado ainda em 2004 (“Haiti é treino para ação no Rio, diz Exército”. FSP, 16/05/2004), na qual há o prognóstico de que as tropas brasileiras no Haiti poderiam auxiliar policiais nos morros do Rio de Janeiro, o que se tornou realidade.

No ano de 2006 havia indícios da saída das tropas, algo que não ocorreu naquele momento, fato que também foi alvo de crítica pelos meios jornalísticos. Entre os anos de 2005 e 2007 ocorreu a pacificação dos bairros-favela da capital haitiana, mas os avanços sociais no Haiti não ocorreram de fato. A *Folha de S. Paulo* também explorou os discursos dos próprios políticos haitianos que criticavam a participação do Brasil no Haiti, conforme a matéria analisada: “No Senado, haitianos pedem que missão liderada pelo Brasil acabe” (17/06/2009). Na matéria citada, fica claro que não é o Senado haitiano que visa à saída dos soldados brasileiros, mas é apenas um senador que faz algumas críticas aos *modos operandi* da missão. A *Folha de São Paulo* buscou, constantemente, fazer de fatos isolados, verdades gerais.

Um fato relevante encontrado nos três periódicos estudados é o da ausência de análise mais profunda sobre a história do Haiti, o que provocou uma percepção enviesada da construção política desse país.

Em 2010, ano da tragédia no Haiti, há um esforço do governo brasileiro no sentido de reconstruir o Haiti, chamado de “Plano Lula cuja intenção não foi concretizada.” *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* descrevem a tragédia e mostram os esforços dos soldados brasileiros em meio ao caos no Haiti; a *Folha de S. Paulo* foi além, e publicou matérias como a de Fábio Zanini “Mobilização anti-Brasil ecoa pós-tremor” (31/01/10).

Os jornais iniciaram o ano de 2011 mostrando os desafios dos soldados no Haiti, desde a reconstrução do país, após o terremoto, até a atuação dos soldados (*ex-peacekeepers*) na resolução dos problemas de defesa civil e de segurança pública no Brasil.

Pode-se, ao final desta pesquisa, fazer um balanço sobre a atuação da mídia. Ela teve liberdade e autonomia para noticiar os fatos ocorridos no Haiti, a ponto de jornalistas visitarem o país caribenho como convidados pelas FFAA. Ressaltamos que não se evidencia, de forma veemente, influência das FFAA sobre as opiniões expressas nas matérias produzidas por esses jornalistas, mas talvez, possamos observar nelas a linha editorial do jornal.

Depois da exposição desses três *campos*, é possível afirmar, respondendo à nossa hipótese, que a imagem da participação do Brasil na missão repercutida na opinião pública que prevaleceu, até o momento, é pautada mais pela imagem que o governo pretendia criar sobre a atuação na Minustah.

Esperamos que este trabalho, que buscou em várias esferas sociais de debate a percepção das ações brasileiras na ilha caribenha, possa ampliar o conjunto dos instrumentos necessários, contribuindo para análise da participação brasileira no Haiti.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. H. **Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro.** Dados, 31, p.5-38, 1998.

ADGHIRNI, Samy. **Protestos contra a fome crescem no Haiti.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09, abr. 2008, p. 20. Mundo.

ALBERTINI, Lauriani Porto. **Imprensa e Forças Armadas no Brasil: Pós-Guerra Fria (1995-1998).** São Carlos, 2006. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

AMATO, Fábio. **‘Humildade’ do Brasil garantiu acordo, diz Lula.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27, mai. 2010, p.23. Mundo.

AMORIM, C. L. N. **Audiência do Ministro das Relações Exteriores**, em Sessão Conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, 02/12/2004.

_____. **A Diplomacia multilateral do Brasil.** Brasília: FUNAG, 2007.

_____. **Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores**, por ocasião da abertura do “Seminário de Alto Nível sobre Operações de Manutenção da Paz” 05, fev. 2007.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Haiti: disarmament delayed, justice denied.** AI Index: 36/005/2005; Disponível em <<http://www.amnesty.org/en/library/info/AMR36/005/2005>>. Acesso em 10 de julho de 2010.

ARAÚJO, Marcelo Renato Alves de. **A atuação das tropas de paz da ONU no Haiti**. (2010). Disponível em: <<http://www.fa7.edu.br>>. Acesso em 20 de junho de 2010.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. 6ª ed. São Paulo. Perspectiva, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 2008

BLOCH, Vicente. **Com base em mitos e fantasias, presidente gerou a crise**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24, fev. 2004, p.20. Mundo.

BRASIL. **Lei nº2953, de 17, de novembro de 1956**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128741/lei-2953-56>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2010.

_____. **Lei Complementar nº97 de 10 de junho de 1999**. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/1999/97.htm>>. Acesso em 12 de janeiro de 2011.

_____. **Decreto nº3080 de 10 de junho de 1999**, Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110954/decreto-3080-99>. Acesso em 12 de janeiro de 2011.

_____, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Decreto nº5484. Política de Defesa Nacional**. Brasília, de 30 de junho de 2005. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2011. Acesso em 12 de janeiro de 2011.

_____. **Sistema de Planejamento do Exército MDE51-M-01**. Brasília: 2005

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa. Difel, 1989.

BUENO, Clodoado; CERVO, Amado Luiz. **História da Política Exterior do Brasil**. 3ª Ed. Brasília, Universidade de Brasília, 2010

CÁCERES, FLorival. **História da América**. São Paulo. Ed. Moderna. 1980.

CHADE, Jamil. **Missão no Haiti pode ajudar País no CS da ONU**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 05, mai. 2004, p.13. Internacional.

_____. **Brasil quer mais tropas no Haiti**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 05, mar. 2005, p.20. Internacional..

_____. CHADE, Jamil. **Apenas 25% do dinheiro doado chegou ao país; prédios públicos, escolas e hospitais estão em ruínas e a cólera matou 3,6 mil pessoas**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12, jan. 2011, p.19. Internacional.

CHARLEAUX, João Paulo. **Haiti expõe fraqueza da ‘ONU Civil’**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12, out. 2008, p.21. Internacional.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996

CAMAROTTI, Gerson. **Lula quer adotar o Haiti**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15, jan. 2010, p.12. Mundo.

CAMPOS, Marcela. **No Senado, haitianos pedem que missão liderada pelo Brasil acabe**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7, jun. 2009, p.22. Mundo.

CANTANHÊDE, Eliane. **Brasil não pretende sair em breve do Haiti**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15, ago. 2006, p.23. Mundo.

CAPRIGLIONE, Laura; BERGAMO, Marlene. **Soldados revelam o horror da vida no Haiti**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29, jan. 2006, p.13. Mundo.

CARIELLO, Rafael. **Fórum acaba rachado e crítica Brasil.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30, out. 2006, p.20. Mundo.

CAVALCANTE, Fernando. Revisitando o Debate Nacional: Cinco anos de missão no Haiti. **Revista III Encontro da ABED: Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas.** 2010.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: <<http://www.alep.pr.gov.br/system/files/corpo/Con1988br.pdf>>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

CORBELLINI, Maria Dalalana. **Haiti: da crise à MINUSTAH.** Porto Alegre, 2009. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CRUZ, Carlos Alberto dos Santos Cruz. **Haiti: interferência externas e deformação na política interna.** *Revista Política Externa.* Vol. 19, nº1. Jun/jul/Ago. 2010. p. 93-101.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **MINUSTAH e diplomacia solidária: criação de um novo paradigma nas operações de paz?** São Carlos, 2009. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos.

CRUZ, Carlos Alberto dos Santos. Haiti **interferências externas e deformações na política interna.** *Revista Política Externa.* Vol. 19, nº1 jun/jul/ago de 2010, p. 93-101.

DAIMÉ, Luisa. **Lula assina Medida Provisória liberando recursos para vítimas do terremoto que devastou o Haiti.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 26, jan. 2010, p. 14. Mundo.

DÁVILA, Sérgio. **Reunião dá a Haiti comando da reconstrução.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26, jan. 2010, p.20. Mundo.

DIANNI, Cláudia. **Brasil defende vitória de Préval no 1º turno.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16, fev. 2006, p.22. Mundo.

DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da Comunicação de Massa.** 5ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

ESCOTO, Roberto. **Construção do Estado e Democratização do Haiti:** Uma análise das Intervenções da ONU sob o Enfoque da Segurança Humana (1993-1996 e 2004-2008). Distrito Federal, 2009. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

FAÇANHA, Luisa Café Figueiredo. **As motivações da política brasileira para Participação das Missões de Paz das Nações Unidas: O caso do Haiti (2008).** Disponível em: Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org>>. Acesso em: 20 de junho de 2010.

FERGUSON, J. **Papa Doc, Baby Doc:** Haiti and The Duvaliers (1987).

FLOR, Ana. **Brasil não mandará tropas agora.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02, mar. 2004, p.21. Mundo.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo. 10, jan. até 20 de dez. 2010.

FONTOURA, P. R. C. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz.** Brasília, FUNAG, 1999.

GARCEZ, Bruno. **Brasil não tem prazo para sair do Haiti, diz Jobim.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28/05/2008, p.23. Mundo.

GEOLOGY.COM. Disponível em: <<http://geology.com/world/haiti-map>>. Acesso em 14 de janeiro de 2011.

GIULIANA, Damaris. **Mais seguro, Haiti vai às urnas.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18/04/2009, p. 20. Internacional.

GLYCERIO, Carolina. **Votação no Haiti começa com mais de uma hora de atraso.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07, fev. 2006, p.23. Mundo.

GODOY, Roberto. **Brasileiros devem entrar em combate no Haiti.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 06, mai. 2004, Internacional.

GOMIDE, Raphael. **Estado incipiente segura ONU no Haiti.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11, mar. 2007, p.22.Mundo.

_____. **Brasil toma bastião de gangues no Haiti,** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01, fev. 2007, p. 23. Mundo.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias: história de Ruanda.** São Paulo, Cia das Letras. 2000

Harvard Law Advocates for Human Rights. Disponível em: <<http://hlsorgs.com/advocates/>>. Acessado em 12 de março de 2010.

HIRST, Mônica. **O Haiti e os desafios de uma reconstrução sustentável – um olhar sul-americano.** *Revista Política Externa*. Vol. 19, nº1. Jun/jul/Agos. 2010. p. 103-111.

HUMAN RIGHTS WATCH, **Human Rights Watch World Report 2006 - Haiti**, 18 January 2006. Online. UNHCR Refworld, Disponível em: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/43cfae9916.html>>. Acessado em 10 de janeiro de 2010.

JUNIOR, Reali. **Minustah é acusada de ‘fragilidade**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28, jan. 2006, p. 18. Internacional.

KAWAGUTI, L. **A República Negra: histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti**. Rio de Janeiro, Globo, 2006.

_____. **Brasil quer ‘Plano Lula’ para reerguer país**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24, jan. 2010, p.17. Mundo.

KLEIN, Shelley. **Os Ditadores Mais Perversos da História**. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2004

LAMAS, Bárbara Gomes. **MINUSTAH e implicações para as aspirações internacionais do Brasil (2005)**. Disponível: <<http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/>>. Acesso em 19 de janeiro de 2011.

LEITE, Pedro Dias; SCOLESE, Eduardo. **Alencar prevê saída das tropas até o fim do ano**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12, jan. 2006, Mundo.

LEITE, Pedro Dias. **Brasil não deixará Haiti tão cedo, diz Lula**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10, fev. 2006, p. 20. Mundo. .

LYNCH, Colum. **Uma ONU ofensiva: mais riscos**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16, ago. 2005, p. 20. Internacional.

MAFRA, Claudio. **Violência destrói Estado Haitiano.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 02, out. 2007, p. 22. Internacional.

MAISONNAVE, Fabiano. **Uribe acusa vizinhos de ligação com Farc .** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03, mar. 2008, p. 22. Mundo.

_____. **Brasil insiste em que só reconhece eleição com Zelaya no poder.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05, nov. 2009, p. 22. Mundo.

MARCELLO, Maria Carolina. **Dilma diz a Ban Ki-Moon que país quer debater segurança na ONU.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 03, jan. 2011, p.12. Mundo.

MARREIRO, Flávia; KAWAGUT, Luis. **Brasil se diz preocupado com retorno de Aristide.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21, jan. 2011, p. 22. Mundo.

MATHIAS, Suzeley Kalil; PEPE, Leandro Leone. **Segurança e Democracia: A Atuação do Brasil no Haiti.** LASA'S XXVI Internacional Congress. San Juan, march 15 -18, 2006. Disponível: <<http://www.resdal.org>>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

MAYRINK, José Maria. **Morre general brasileiro no Haiti.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08, jan. 2006, p. 14. Internacional.

_____. **Atrasos, tumultos e mortes no Haiti.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08, fev. 2006, p. 13. Internacional.

_____. **No Haiti, 33 disputam presidência do Haiti.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 05, fev. 2006, p. 16. Internacional.

_____. **Estabilização e segurança são desafios para candidatos no Haiti.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 09, fev. 2006, p. 20. Internacional.

_____. **Gabeira defende tropas no país.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 06, fev. 2006, Internacional.

_____. **Confusão é um caos criador.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08, fev. 2006, p. 14. Internacional.

_____. **Haiti terá prontidão até a posse.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9, fev. 2006, p.12. Internacional.

_____. **Países pressionam por definição no Haiti sem segundo turno.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16, fev. 2006, p. 19. Internacional.

_____. **Países pressionam por definição no Haiti.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16, fev. 2006, p. 15. Internacional..

MELO, Raquel Bezerra Cavalcanti Leal de. **Construindo as operações de paz multidimensionais das Nações Unidas.** Revista: Tendência Mundial, Fortaleza, v.2, nº1, Jan/jul, 2006.

MONTEIRO, Tânia. **Brasil deve comandar força de paz no Haiti.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 05, mar. 2004, p. 16. Internacional.

_____. **Brasil vai lutar para manter o comando das forças de paz no Haiti.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 9, jan. 2006, p. 17. Internacional.

_____. **Tropa pode sair do Haiti este ano.** *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12, jan. 2006, Internacional.

NASCIMENTO, Alisson Reis do. **A ONU e as intervenções armadas intra-estatais: o caso do Haiti.** Universitas: Relações Internacionais. [Vol. 7, No 2 \(2009\)](#). Disponível em <www.publicacoesacademicas.uniceub.br>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.

NOBLAT, Ricardo. **Saiu barato.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 16, ago. 2004, p. 12. Mundo.

_____. **País ganha nova moeda.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 13, dez. 2004, p. 18. Mundo.

_____. **Mais oito meses no Haiti.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 16, fev. 2007, p. 15. Mundo.

NUNOMURA, Eduardo, **General pede paciência com o Haiti.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18, set. 2005, p. 14. Internacional.

_____. **Brasil assume hoje missão da ONU no Haiti.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01, jun. 2004, p. 20. Internacional.

_____. **General pede paciência com o Haiti.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01, jun. 2004.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo. Mundo. 10, jan. até 20 dez. 2010.

O GLOBO. Rio de Janeiro. Mundo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 10 e 20 de outubro de 2010.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Democracia e Defesa Nacional:** a criação do Ministério da Defesa na presidência de FHC. Barueri, SP: Manole, 2005.

OLIVEIRA, Eliane. **Brasil pode comandar missão no Haiti.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 05, mar. 2004, p. 12. Mundo.

_____. **Forças brasileiras só irão num segundo momento.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 02, mar. 2004, p. 16. Mundo.

OURIQUES, Nildo Domingos. Plano Real: estabilização monetária e estratégica recolonizadora. In: BIANCHI, A; BORIN, J; Et AL. **A Crise Brasileira e o Governo FHC**. São Paulo, Xamã, 1997.

PAIXÃO, Severino de Ramos Bento da. **O impacto dos novos parâmetros adotados pelas nações unidas para as operações de paz na tradição política externa brasileira**. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2010.

PALMER, Randall. **Chanceleres terão reunião sobre o Haiti, no Canadá**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18, jan. 2010, p.20. Mundo.

PARDELLAS, Sérgio; MARQUES, Hugo. **ONU diz que general se matou**. *O Globo*, Rio de Janeiro, 08, jan. 2006, Mundo.

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados. **Uma campanha para saída das Tropas brasileira no Haiti**. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/especial_haiti.asp. Acessado dia 20/11/2010>. Acesso em: 10 de dez. de 2010

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical**. Revista Brasileira de Política Internacional, nº 51 (2), 2008.

PNUD, BRASIL. Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 20 de junho de 2010

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. Missões de paz em Estados frágeis: elementos para se refletir sobre a presença do Brasil no Haiti. In: NASSER, Reginaldo Mattar (org) **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões**. SP, UNESP, 2009.

ROSA, Renata de Melo. **A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais**. Universitas: Relações Internacionais. Vol.4, nº2. 2006.

RUPPENTHAL, Tailon. **Um Soldado Brasileiro no Haiti**. São Paulo, Globo, 2007

SABÓIA, Napoleão. **FHC acha ‘impertinente’** Brasil passar por líder. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30, jan. 2003, p.19. Internacional.

SAMUELS, David. A Democracia Brasileira sob o governo de Lula e do PT. In: ANGELO, V.A; VILLA, M. A. (org). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980 - 2006)**.

SANT’ANNA, Lourival. **Amorim lança programa de Alimentação hoje no Haiti**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20, dez. 2004, p. 20. Internacional.

SARMIENTO, Luis Capelo. **O Brasil e a Minustah**: As motivações e conseqüências de uma operação liderada pelo Brasil. Fortaleza, 2010. Monografia em Ciências Sociais, apresentada à Universidade Federal do Ceará.

SCOLESE, Eduardo; RANGEL, Sérgio. **Diplomacia de chuteiras**: Seleção é ovacionada na capital do Haiti. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19, ago. 2004, p. 20. Mundo.

_____ ; SOLIANI, André. **Haiti é treino para ação no Rio, diz Exército**. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16, mai. 2004, p. 16. Mundo.

SEITENFUS, R. Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea. In: **Carta Internacional** Vol. 1, No. 1, Março de 2006[a].

_____. **De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas Operações de paz**. Disponível em <[http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus - De Suez ao Haiti.pdf](http://www.seitenfus.com.br/arquivos/Seitenfus_-_De_Suez_ao_Haiti.pdf)>. Acesso em: 20 de abril de 2010 [b].

SENADO FEDERAL. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.SENADO.GOV.BR/SF/SENADORES](http://www.senado.gov.br/sf/senadores)>.

ACESSO EM: 17, OUT. 2010.

SILVA, Carlos Eduardo de Melo Viegas da. **O sistema de planejamento do Exército Brasileiro (SIPLEX):** Uma análise da doutrina militar terrestre do Exército Brasileiro e do seu planejamento (2002-2007). São Carlos, 2009. Tese de Doutorado em Ciência Política, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos.

STOCHERO, Tahiane. **DOPAZ:** como a tropa de leite do exército brasileiro pacificou a favela mais violenta do Haiti. Rio de Janeiro, Objetiva. 2010.

_____. **Haiti torna-se trunfo em luta por influência regional.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 09, jun. 2007, Internacional.

_____. **Morre soldado brasileiro no Haiti.** *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 04, ago. 2007, p.22. Internacional.

_____. **Após pacificação, Itamaraty promove arte brasileira no Haiti.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26, fev. 2008, p.21. Mundo.

_____. **Objetivo cumprido no Haiti em 2011.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 10, mai. 2009, p. 14. Mundo.

STOCK, Adriana. **Tropas do Brasil fazem ocupação do Haiti, diz OAB.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03, set. 2007, p. 20. Mundo.

SUWWAN, Leila; CANTANHÊDE, Eliane. **Brasil continua no comando no Haiti, diz ONU.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10/01/2006, p. 22. Mundo.

_____. **ONU está "satisfeita" com atuação do Brasil.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12, jan. 2006, p.24. Mundo.

TORRES, Demóstenes. **Lula é melhor no Haiti.** *O Globo*, Rio de Janeiro, 25, out. 2005, p. 15. Mundo.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2011.

VERENHITACH, Gabriela Daou. **A MINUSTAH e a Política Externa Brasileira:** motivações e conseqüência. Dissertação de Mestrado em Direito da Integração, apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Integração da Universidade Federal de Santa Maria.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação.** Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 29, nº2, julho/dez, 2007. P.273-335.

VILA-NOVA, Carolina. **Tropa cumpre regras rígidas, diz militar.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29, jan. 2006, p.12. Mundo.

UNITED NATIONS. Disponível em: <<http://www.un.org/en/>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2010.

ZANINI, Fábio; NUBLAT, Johanna. **Brasil critica 'unilateralismo' dos EUA.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16, jan. 2010, p. 17. Mundo.

_____; HUDSON, Corrêa. **Exército continua mais cinco anos no Haiti, diz Jobim.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17, jan. 2010, p.18. Mundo.

_____. **Brasil gasta R\$ 700 mi com missão de paz.** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15, jan. 2010, p.22. Mundo.

_____. **Mobilização anti-Brasil ecoa pós-tremor,** *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31, jan. 2010, p. 23. Mundo.

Atas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Congresso Nacional. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizada no dia 12 de maio de 2004[a]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>> Acesso em: 13 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 25 de novembro de 2004 [b]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 13 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizada no dia 02 de dezembro de 2004 [c]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 19 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 14 de abril de 2005 [a]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 13 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 22 de junho de 2005[b]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 13 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 29 de junho de 2005[c]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 07 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 17 de novembro de 2005[d]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 06 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 13 de dezembro de 2005[e]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 08 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 19 de janeiro de 2006 [a]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 09 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 02 de fevereiro de 2006 [b]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 01 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 29 de março de 2007[a]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>> Acesso em: 16 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 22 de novembro de 2007[b]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 14 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 03 de julho de 2008 [a]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 21 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 20 de agosto de 2008 [b]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 23 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 02 de abril de 2009 [a]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 22 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 17 de junho de 2009[b]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 13 de setembro de 2010

_____. Senado Federal. Ata da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal realizada no dia 06 de agosto de 2009 [c]. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/pesqComissao.asp>>. Acesso em: 27 de setembro de 2010

Resolução do Conselho das Nações Unidas

UNITED NATION. Security Council. Resolução nº1529 [2004]. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1542 [2004]. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1576 [2004]. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1601 [2005]. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1608 [2005]. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1658 [2005]. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1702 [2006]. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1743 [2007]. Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1780 de [2007]. Disponível em:
<<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1840 [2008]. Disponível em:
<<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1892 [2009]. Disponível em:
<<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1908 [2010]. Disponível em:
<<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

_____. Security Council. Resolução nº1927 [2010]. Disponível em:
<<http://www.un.org/Docs/sc/>>. Acesso em: 04 de setembro de 2010.

ANEXO 1



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 207, DE 2004

Autoriza o envio de contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica autorizado o envio de contingente de 1.200 (mil e duzentos) militares brasileiros para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em modificação do referido contingente, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de maio de 2004

SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

ANEXO 2

Síntese dos temas das reuniões da CRE que envolveram questões sobre a Participação do Brasil na operação da ONU no Haiti

Data da Sessão na CRE	Reuniões da CRE	Lista de Parlamentares
12-05-2004	Tema: A reunião destinou-se a uma Audiência Pública com a presença do Ministro das Relações Exteriores, e o Ministro da Defesa, para prestarem esclarecimentos sobre a Minustah.	Anexo 3
25-11-2004	Tema: A reunião ficou em torno do debate sobre o requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que pediu uma “Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, conjunta com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados”.	Anexo 3
02-12-2004	Tema: Na reunião ocorreu uma Audiência Pública com a presença do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chanceler Celso Amorim, para exposição sobre as atividades da MINUSTAH. Na Audiência participou o Professor Ricardo Seitenfus. Ele foi enviado especial do Governo brasileiro no Haiti, em 2006.	Anexo 3
14-04-2005	Tema: O debate desta sessão ficou entorno da mensagem de autoria da Presidência da República. A Presidência submeteu à apreciação do Senado Federal a indicação do Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Haiti.	Anexo 3
22-06-2005	Tema: O Senador Hélio Costa convidou o Vice-Presidente da República José Alencar, o Ministro da Defesa; o Embaixador Celso Amorim – Ministro das Relações Exteriores; e o General Augusto Heleno Ribeiro – ex-Comandante da Força de Paz da ONU no Haiti, para prestarem esclarecimentos sobre o Desempenho das Tropas Brasileiras atualmente servindo à MINUSTAH.	Anexo 3
29-06-2005	Tema: Chegou à CRE um ofício do Ministro de Estado das Relações Exteriores, encaminhando informações em resposta ao requerimento do senador Hélio Costa que versava sobre os gastos das missões de paz sob a égide da ONU.	Anexo 3
17-11-2005	Tema: Voto de aplauso ao General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-Force Commander da Minustah. Chegou à CRE um ofício do Ministro da Defesa que informa o agravamento da situação na República do Haiti e determina o envio de um avião da Força Aérea Brasileira àquele País, bem como de um destacamento de fuzileiros navais, a fim de promover a retirada de brasileiros e dar segurança às instalações diplomáticas do Brasil em Porto Príncipe, capital do país.	Anexo 3

13-12-2005	Tema: Discussão do requerimento de autoria do Senador Aelton Freitas, que requer voto de aplauso ao General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, <i>Ex-Force Commander</i> da Minustah.	Anexo 3
19-01-2006	Tema: Requerimento para Audiência para a Comissão ficar bem informada sobre a situação do Haiti, no que se refere a realização de eleições presidenciais e para o Parlamento, previstas para o próximo dia 7 de fevereiro, e o papel da MINUSTAH.	Anexo4
02-02-2006	Tema: Nesta sessão é formada uma comissão que foi vistoriar as eleições no Haiti e as tropas brasileiras.	Anexo 4
29-03-2007	Tema: A Reunião teve como eixo ouvir o Ministro de Estado Celso Amorim. Ele foi prestar aos membros da comissão os esclarecimentos sobre as ações da Política Externa.	Anexo 4
22-11-2007	Tema: Aprovação de um novo Embaixador ao Haiti.	Anexo 4
03-07-2008	Tema: Discussão sobre o “Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2008, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “Aprova o texto da Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Defesa e das Relações Exteriores, relativa ao aumento do efetivo do contingente brasileiro na MINUSTAH”.	Anexo 5
20-08-2008	Tema: Audiência Pública onde é exibido um filme que mostra cenas no Haiti. Uma cópia do filme é encaminhada ao Ministro Celso Amorim, Ministro Paulo Vanucci e ao Ministro da Defesa.	Anexo 5
02-04-2009	Tema: Nesta sessão há referência sobre a imagem positiva que o Brasil produz em participar da missão da ONU no Haiti.	Anexo 5
17-06-2009	Tema: Audiência Pública que discutiu a presença das tropas brasileiras no Haiti, em decorrência da aprovação do Requerimento, de autoria do Senador José Nery.	Anexo 5
06-08-2009	Tema: Debate sobre o requerimento nº 52, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer autorização para que delegação parlamentar represente esta casa em viagem oficial ao Haiti, no período de 13 a 15 de agosto do corrente.	Anexo 5
04 – 04-2010	Tema: Audiência Pública sobre a Política Externa brasileira. Participação de membros de várias comissões do Congresso Nacional	Anexo 6
22-06-2010	Tema: Debate sobre as ações das tropas brasileiras no Haiti.	Anexo 6
09-12-2010	Tema: Relato de parlamentares referentes à atuação do Brasil no Haiti.	Anexo 6

Fonte: Atas da CRE

ANEXO 3

ANO 2004

UF	Partido	S/D	M/P	Nomes	Período	Mai	Nov.	Dez
UF	Partido	S/D	M/P	Nomes	Período	Dia 12	Dia 25	Dia 02
MG	PL	S	NM	Aelton Freitas	2003-2007	X	X	
SP	PT	S	M	Aloísio Mercadante,	2003-2011			X
SP	PSDB	D	NM	Antônio Carlos Pannunzio	2003-2007	X		
BA	PFL	S	M	Antônio Carlos Magalhães	2003-2007	X	X	
AM	PSDB	S	M	Arthur Virgílio	2003-2011	X		
PR	PT	S	NM	Augusto Botelho	2003-2011			X
MG	PFL	D	NM	Carlos Melles,	2007-2011			X
DF	PDT	S	P	Cristovam Buarque	2003-2011	X	X	
PR	PT	D	NM	Dr. Rosinha	2007-2011			X
PR	PT	D	NM	Dra. Clair	2003-2007			X
MA	PMDB	S	M	Edison Lobão	2003-2011			X
MG	PSDB	S	P	Eduardo Azeredo	2003-2011	X		
SP	PT	S	P	Eduardo M. Suplicy	2003-2015	X	X	
RO	PT	S	M	Fátima Cleide	2003-2011	X	X	
RN	PTB	S	M	Fernando Bezerra	2003-2007		X	
RJ		D	M	Fernando Gabeira.	2007-2011	X		X
PR	PSDB	S	M	Flávio Arns	2003-2011	X		
AM	PMDB	S	M	Gilberto Mestrinho	2003-2007	X		
MG	PMDB	S	M	Hélio Costa	2003-2011		X	
SP	PSOL	D	NM	Ivan Valente	2003-2007	X		
SC	PT	S	NM	Ideli Salvatti	2003-2010			X
CE	PCdoB	N	NM	Inácio Arruda	2007-2015			X
AM	PDT	S	M	Jefferson Péres	2003-2008	X		X
MA	PMDB	S	M	João Alberto Souza	2003-2007	X	X	
PA	PSOL	D	NM	João Batista Babá	2003-2007	X		
AP	PSB	S	M	João Capiberibe	2003-2005		X	
TO	PR	S	M	João Ribeiro	2003-2007			X
RN	PFL	S	M	José Agripino	2008-2011	X		
SC	PP	D	NM	Leodegar Tiscoski	2003-2007			X
GO	PSDB	S	M	Lucia Vânia	2003-2011	X		X
PR	PSDB	D	NM	Luiz Carlos Haully	2003-2007	X		
PA	PMDB	S	M	Luiz Otávio	1999-2007	X		X
DF	PSOL	D	NM	Maninha,	2003-2007	X		X
RJ	PRB	S	M	Marcelo Crivella	2003-2011	X	X	
PE	DEM	S	M	Marco Máciel	2003-2011	X		X
PR	PTB	S	M	Mozarildo Cavalcanti	1999-2006	X	X	
MS	PFL	D	NM	Murilo Zauith	2003-2007	X		
RS	PT	S	NM	Paulo Paim	2003-2011	X		
RS	PMDB	S	M	Pedro Simon	2007-2015	X		X
SP	PT	D	NM	Ricardo Zaratinni	2007-2010	X		X
BA	PFL	S	M	Rodolpho Tourinho	1999-2007	X	X	
AC	PT	S	M	Sibá Machado	2003-2011		X	
AC	PT	S	M	Tião Viana	2007-2015		X	
RO	PMDB	S	M	Valdir Raupp	2003-2011	X	X	X

ANO 2005

UF	Partido	S/D	MP	Nomes	Período	Abril	Jun.	Jun.	Nov	Dez
UF	Partido	S/D	MP	Nomes	Período	Dia 14	Dia 22	Dia 29	Dia 17	Dia 13
MG	PL	S	NM	Aelton Freitas	2003-2007	X			X	X
PR	PSDB	S	M	Alvaro Dias	2007-2015			X		
PA	PT	S	M	Ana Júlia Carepa	2007-2010					X
GO	PMDB	S	M	Antonio Leite	1999-2007		X			
AM	PSDB	S	M	Arthur Virgílio	2003-2011	X		X		
PR	PT	S	NM	Augusto Botelho	2003-2011	X				
BA	PR	S	M	César Borges	2003-2011		X	X		X
DF	PDT	S	P	Cristovam Buarque	2003-2011	X	X	X		X
MA	PMDB	S	M	Edison Lobão	2003-2011	X				
MG	PSDB	S	P	Eduardo Azeredo	2003-2011	X	X	X	X	X
SP	PT	S	P	Eduardo Suplicy	2007-2015			X	X	
PA	PSDB	S	M	Flexa Ribeiro	2003-2011		X	X	X	X
ES	PMDB	S	M	Gerson Camata	2003-2011		X		X	X
MG	PMDB	S	M	Hélio Costa	2003-2011	X	X	X		
PI	PFL	S	P	Heráclito Fortes	2003-2011	X	X	X		X
AM	PDT	S	M	Jefferson Péres	2003-2008	X	X		X	X
ES	PSDB	S	M	João Batista Mott	1999-2007			X		
RN	PFL	S	M	José Agripino	2003-2011		X			
PE	PFL	S	M	José Jorge	1999-2007	X	X	X	X	X
GO	PSDB	S	M	Lucia Vânia,	2003-2011			X		
PI	PSC	S	M	Mão Santa	2003-2011	X	X			X
RJ	PRB	S	M	Marcelo Crivella	2003-2011	X		X		
PE	PFL	S	M	Marco Máciel	2003-2011	X		X	X	X
PR	PTB	S	M	Mozarildo Cavale	1999-2006		X	X		
PB	PMDB	S	M	Ney Suassuna	1999-2006	X				
RS	PMDB	S	M	Pedro Simon	2007-2015	X		X		
RJ	PT	S	P	Roberto Saturnino	1999-2007	X	X	X	X	X
BA	PFL	S	M	Rodolpho Tourinho	2003-2011	X	X	X	X	X
SP	PTB	S	M	Romeu Tuma	2003-2011	X		X	X	X
RS	PTB	S	M	Sergio Zambiasi	2003-2011	X	X	X	X	X
MT	PT	S	M	Serys Silhessarenk	2003-2011	X	X		X	
CE	PSDB	S	M	Tasso Jereissati	2003-2011			X		
RO	PMDB	S	M	Valdir Raupp	2003-2011				X	X
MG	PMDB	S	M	Wellington S. de C	2003-2011				X	X

Legenda

S/D= Senador (S) e Deputado Federal (D)

MP = Membro da Comissão (M) - Presidente da CRE (P) - Não Membro (NM)

ANEXO 4

Ano 2006

UF	Partidos	S/D	MP	Nomes	Período	JAN. DIA 19	FEV. DIA 02
MG	PL	S	M	Aelton Freitas	1999-2007	X	
MG	PSDB	S	P	Eduardo Azeredo	2003-2011	X	X
SP	PT	S	P	Eduardo Suplicy	2007-2015	X	X
PA	PSDB	S	M	Flexa Ribeiro	2003-2011	X	X
ES	PMDB	S	M	Gerson Camata	2003-2011		X
PI	PFL	S	P	Heráclito Fortes	2003-2011		X
AM	PDT	S	M	Jefferson Péres	2003-2008	X	X
RN	PFL	S	M	José Agripino	2008-2011	X	X
PE	PFL	S	M	José Jorge	1999-2007	X	X
PI	PSC	S	M	Mão Santa	2003-2011		X
PE	PFL	S	M	Marco Macie	2003-2011	X	X
PR	PTB	S	M	Mozarildo Cavalcant	2003-2011	X	
RS	PMDB	S	M	Pedro Simon	2007-2015		X
RJ	PT	S	P	Roberto Saturnino	1999-2007	X	X
BA	PFL	S	M	Rodolpho Tourninho	2003-2011		X
SP	PTB	S	M	Romeu Tuma	2003-2010	X	X
RS	PTB	S	M	Sergio Zambiasi	2003-2011	X	X
MT	PT	S	M	Serys Silhessarenko	2003-2011	X	X
MG	PMDB	S	M	Wellington S. de Oliveira	2003-2011		X

Legenda

S/D= Senador (S) e Deputado Federal (D)

MP = Membro da Comissão (M) - Presidente da CRE (P) - Não Membro (NM)

Ano 2007

UF	Partidos	S/D	MP	Nomes	Período	Março Dia 29	Nov. Dia 22
SP	PT	S	M	Aloisio Mercadante	2003-2011	X	
SE	PSB	S	M	Antonio Carlos Valadares	2003-2011	X	X
PR	PT	S	NM	Augusto Botelho	2003-2011		X
BA	PR	S	M	César Borges	2003-2011	X	
DF	PDT	S	P	Cristovam Buarque	2003-2011	X	X
MA	PMDB	S	M	Edison Lobão	2003-2011	X	
MG	PSDB	S	P	Eduardo Azeredo	2003-2011	X	X
SP	PT	S	P	Eduardo Suplicy	2003-2015	X	X
AL	PRB	S	M	Euclides Mello	2007-2008		X
RO	PT	S	M	Fátima Cleide	2003-2011		X
AL	PTB	S	M	Fernando Collor	2003-2015	X	
PA	PSDB	S	M	Flexa Ribeiro	2003-2011	X	X
AC	PMDB	S	M	Geraldo Mesquita Júnior	2003-2011		X
AP	PMDB	S	M	Gilvam Borges	2005-2011	X	
PI	PFL	S	P	Heráclito Fortes	2003-2011	X	X
CE	PCdoB	S	M	Inácio Arruda	2007-2015	X	X
PE	PMDB	S	M	Jarbas Vasconcelos	2007-2015	X	
AL	PSDB	S	M	João Tenório	2003-2011	X	X
PI	PSC	S	M	Mão Santa	2003-2011	X	X
PE	PFL	S	M	Marco Maciel	2003-2011	X	X
SE	PFL	S	M	Maria Do Carmo Alvim	2007-2015	X	X
PR	PTB	S	M	Mozarildo Cavalcant	2007-2015		X
RJ	PMDB	S	M	Paulo Duque	2007-2007	X	X
RS	PMDB	S	M	Pedro Simon	2007-2015	X	X
SP	PTB	S	M	Romeu Tuma	2003-2011	X	X
RN	PFL	S	M	Rosalba Ciarlini	2007-2015	X	
MT	PT	S	M	Serys Silhessarenko	2003-2011	X	X
MG	PMDB	S	M	Wellington S. de Oliveira	2003-2011		X

ANEXO 5

Ano 2008

UF	Partido	S/D	MP	Nomes	Período	Julho	Agosto
						Dia 03	Dia 20
SE	PMDB	S	M	Almeida Lima	2003-2011	X	
SE	PSB	S	M	Antonio Carlos Valadares	2003-2011	X	X
PR	S/P	S	NM	Augusto Botelho	2003-2011	X	
BA	PR	S	M	César Borges	2003-2011	X	
DF	PDT	S	P	Cristovam Buarque	2003-2011	X	
MG	PSDB	S	P	Eduardo Azeredo	2003-2011	X	X
SP	PT	S	P	Eduardo Suplicy	2007-2015	X	X
AL	PTB	S	M	Fernando Collor	2007-2015		X
PA	PSDB	S	M	Flexa Ribeiro	2003-2011	X	X
AP	PMDB	S	M	Geovanni Borges	2008-2008	X	X
AC	PMDB	S	M	Geraldo Mesquita Júnior	2003-2011	X	X
PI	DEM	S	P	Heráclito Fortes	2003-2011	X	X
CE	PCdoB	S	M	Inácio Arruda	2007-2015	X	
PE	PMDB	S	M	Jarbas Vasconcelos	2007-2015	X	
AM	PDT	S	M	Jefferson Praia	2003-2011		X
PA	PSOL	S	M	José Nery	2003-2011	X	X
PI	PSC	S	M	Mão Santa	2003-2011	X	X
TO	DEM	S	M	Marco Antônio Costa	2008-2008		X
PE	DEM	S	M	Marco Maciel	2003-2011	X	
AC	PV	S	M	Marina Silva	2003-2011	X	X
RJ	PMDB	S	M	Paulo Duque	2008-2009	X	X
RS	PMDB	S	M	Pedro Simon	2007-2015	X	
SP	PTB	S	M	Romeu Tuma	2003-2011	X	X
RN	DEM	S	M	Rosalba Ciarlini	2007-2015	X	X
MT	PT	S	M	Serys Slhessarenko	2007-2015	X	
SE	PSC	S	M	Virgínio de Carvalho	2008-2009		X

Legenda

S/D= Senador (S) e Deputado Federal (D)

MP = Membro da Comissão (M) - Presidente da CRE (P) - Não Membro (NM)

Ano 2009

UF	Partido	S/D	NM	Nomes	Período	Abril	Junho	Agosto
						Dia 02	Dia 17	Dia 06
DF	DEM	S	M	Adelmir Santana	2003-2011			X
PR	PSDB	S	M	Alvaro Dias	2007-2015	X		
SE	PSB	S	M	Antonio Carlos Valadares	2003-2011	X	X	X
DF	PDT	S	P	Cristovam Buarque	2003-2011	X		
MG	PSDB	S	P	Eduardo Azeredo	2003-2011	X	X	X
SP	PT	S	P	Eduardo Suplicy	2007-2015		X	
PB	DEM	S	M	Efraim Morais	2003-2011		X	
AL	PTB	S	M	Fernando Collor	2007-2015	X		X
PR	PSDB	S	M	Flávio Arns	2003-2011	X	X	
CE	PDT	S	M	Flávio Torres	2003-2011			X
PA	PSDB	S	M	Flexa Ribeiro	2003-2011	X	X	X
RJ	PP	S	M	Francisco Dornelles	2007-2015		X	
AC	PMDB	S	M	Geraldo Mesquita Júnior	2003-2011		X	X
PI	DEM	S	P	Heráclito Fortes	2003-2011	X		X
CE	PCdoB	S	M	Inácio Arruda	2007-2015			X
AM	PT	S	M	João Pedro	2007-2010	X	X	X
TO	PR	S	M	João Ribeiro	2003-2011	X	X	X
AI	PSDB	S	M	João Tenório	2003-2011	X		
PA	PSOL	S	NM	José Nery	2003-2011		X	
TO	PMDB	S	M	Leomar Quintanilha	2003-2011	X		
PE	DEM	S	M	Marco Maciel	2003-2011	X	X	
PR	PTB	S	M	Mozarildo Cavalcanti	2007-2015	X	X	X
CE	PDT	S	M	Patrícia Saboya	2003-2011	X		
RJ	PMDB	S	M	Paulo Duque	2008-2009	X		X
RS	PT	S	M	Paulo Paim	2003-2011			X
RS	PMDB	S	M	Pedro Simon	2007-2015	X		X
ES	PSB	S	M	Renato Casagrande	2007-2015	X	X	X
SP	PTB	S	M	Romeu Tuma	2003-2011		X	X
RN	DEM	S	M	Rosalba Ciarlini	2007-2015	X	X	
AC	PT	S	M	Tião VIANA	2007-2015	X		X
RO	PMDB	S	M	Valdir Raupp	2003-2011	X	X	
MG	PMDB	S	M	Wellington S. De Oliveira	2003-2011		X	

ANEXO 6

Ano 2010

UF	Partido	S/D	MP	Nomes	Período	Ano 2010		
						Abril Dia 8	junho 22	dezembro 9
DF	DEM	S	M	Adelmir Santana	2003-2011	x		x
SP	DEM	S	M	Alfredo Cotait	2003-2011			x
SE	PMDB	S	M	Almeirda Lima	2003-2011		x	
SP	PT	S	M	Aloizio Mercadante	2003-2011	x		
SE	PSDB	S	M	Antônio Carlos Valadares	2003-2011	x	x	x
AM	PSDB	S	NM	Arthur Virgílio	2003-2011	x		
RR	PT	S	M	Augusto Botelho	2003-2011		x	x
DF	PDT	S	P	Cristovam Buarque	2003-2011	x	x	x
MS	PT	S	M	Delcídio Amaral	2003-2011	x		
GO	DEM	S	M	Demóstenes Torres	2003-2011			x
MA	PMDB	S	NM	Edison Lobão	2003-2011	x		
MG	PSDB	S	P	Eduardo Azeredo	2003-2011	x		
SP	PT	S	M	Eduardo Suplicy	2003-2011	x	x	x
GO	DEM	S	M	Eliseu Resende	2003-2011	x		
RO	PT	S	M	Fátima Cleide	2003-2011	x		
PR	PSDB	S	M	Flávio Arns	2003-2011	x		
PA	PSDB	S	M	Flexa Ribeiro	2003-2011	x	x	x
RJ	PP	S	M	Francisco Dornelles	2003-2011	x	x	x
AC	PMDB	S	M	Geraldo Mesquita Junior	2003-2011		x	
MT	DEM	S	NM	Gilberto Goellner	2003-2011	x		
PI	DEM	S	NM	Heráclito Fortes	2003-2011	x	x	
CE	PCdoB	S	P	Inácio Arruda	2003-2011	x	x	x
MT	DEM	S	NM	Jayme Campos	2003-2011	x		
AM	PDT	S	NM	Jefferson Praia	2003-2011	x		
RN	DEM	S	M	José Agripino	2003-2011	x		
PE	DEM	S	NM	Marco Maciel	2003-2011			x
PI	PSC	S	NM	Mão Santa	2003-2011	x		
RJ	PRB	S	NM	Marcelo Crivella	2003-2011	x		
MT	PSDB	S	NM	Marisa Serrano	2003-2011	x		
CE	PDT	S	NM	Patricia Saboya	2003-2011		X	
RS	PT	S	M	Paulo Paim	2003-2011		x	
RS	PMDB	S	M	Pedro Simon	2003-2011		x	
ES	PSB	S	NM	Renato Casagrande	2003-2011	x	x	
PB	PRB	S	NM	Roberto Cavalcanti	2003-2011	x		x
SP	PTB	S	NM	Romeu Tuma	2003-2011	x	x	
RN	DEM	S	M	Rosalba Ciarlini	2003-2011	x		
MT	PT	S	NM	Serys Slhessarenko	2003-2011	x		
CE	PSDB	S	NM	Tasso Jereissati	2003-2011	x		
RO	PMDB	S	NM	Valdir Raupp	2003-2011	x	x	

Legenda

S/D= Senador (S) e Deputado Federal (D)

MP = Membro da Comissão (M) - Presidente da CRE (P) - Não Membro (NM)

ANEXO 7

As comissões permanentes no Senado Federal, além da Comissão Diretora, são as seguintes:

- I – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE [27 membros];
- II – Comissão de Assuntos Sociais – CAS [21 membros];
- III – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ [23 membros];
- IV – Comissão de Educação – CE [27 membros];
- V – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA [17 membros];
- VI – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH [19 membros];
- VII – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE [19 membros];
- VIII – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI [23 membros];
- IX – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR [17 membros];
- X – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA [17 membros].

Fonte: Art. 72 do regimento interno do SF.